



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA
CAMPUS SANT’ANA DO LIVRAMENTO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

SANT’ANA DO LIVRAMENTO

Dezembro, 2018.

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Prof. Dr. Marco Antonio Fontoura Hansen

VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Prof. Dr. Maurício Aires Vieira

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Prof. Dr. Ricardo Howes Carpes

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Prof. Dr. Evelton Machado Ferreira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PAMPA

Prof^ª. Dr^ª. Nádia Fátima dos Santos Bucco

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA

Prof. Dr. Pedro Roberto de Azambuja Madruga

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA

Sandro Burgos Casado Teixeira

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Prof. Msc. Luiz Edgar Araujo Lima

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA

Prof. Dr. Luís Hamilton Tarragô Pereira Jr.

DIRETOR DO CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt

COORDENADOR ACADÊMICO DO CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Prof. Dr. Alexandre Vicentine Xavier

COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Jeferson da Luz Ferron

COORDENADOR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

IDENTIFICAÇÃO

1 - UNIVERSIDADE

- Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)
- Mantida: Fundação Universidade Federal do Pampa
- Lei de Criação: Lei 11.64011, 11 de janeiro de 2008
- Publicação: DOU n. 9, Seção 1, de 14/01/2008, pág. 1
 - Natureza jurídica: Pública federal
 - Página: <http://www.unipampa.edu.br>

2 - ENDEREÇO

- Reitoria

Endereço: Avenida General Osório, n. 900, CEP 96400-100, Bagé (RS) Fone: +55 53 3240-5400

E-mail: reitoria@unipampa.edu.br

Página: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/gabinete-da-reitoria>

- Pró-Reitoria de Graduação

Endereço: Avenida General Osório, n.1139, CEP 96400-100, Bagé (RS)
Fone: +55 53 3240-5436 (Geral) / +55 53 3240-5400 Ramal 4803 (Gabinete)

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

Página: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/>

- Campus Sant'Ana do Livramento – Curso de Relações Internacionais

Endereço: R. Barão do Triunfo, 1048 - Centro, Santana do Livramento - RS, 97573-63

Fone: (55) 3967-1700

Página web: <http://novoportal.unipampa.edu.br/livramento/>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	6
1.1 UNIPAMPA	6
1.1.1 Campus Sant’Ana do Livramento	10
1.2. REALIDADE REGIONAL	11
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 LEGISLAÇÃO	19
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO	22
2.1.1 Perfil do Curso	23
2.1.2 Objetivos	24
2.1.3. Perfil do Egresso do Curso de Relações Internacionais	25
2.2. DADOS DO CURSO	27
2.2.1. Administração acadêmica	27
2.2.2. Funcionamento	29
2.2.3 Formas de Ingresso	29
2.3.1 Integralização Curricular	34
2.3.2. Metodologias de ensino e avaliação	44
2.3.3. Matriz curricular e estrutura do currículo	45
2.3.4 Matriz de equivalência dos componentes curriculares	49
2.3.4. Ementário	54
2.3.5. Flexibilização curricular	96
3 RECURSOS	98
3.1 CORPO DOCENTE	98
3.2 CORPO DISCENTE	100
3.3 INFRAESTRUTURA	102
4 AVALIAÇÃO	104
REFERÊNCIAS	108
ANEXO I: NORMAS DE TCC	110
ANEXO II: DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2017)	119

INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Sant’Ana do Livramento – é uma construção coletiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Sendo assim, concepções, acertos e erros serão fruto de uma ação consciente e organizada do NDE, docentes e discentes do Curso de Relações Internacionais. O documento demonstra a autonomia, participação e descentralização do processo educativo mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB). Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico visa melhorar a qualidade da educação e essa preocupação expressa-se muito bem na tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho (VEIGA, 2003).

Com o mesmo cuidado com que foi conduzida a construção deste será feita a reflexão contínua dos processos que nele constam, buscando a qualidade do Curso e da Educação Superior. O trabalho foi realizado pelo planejamento coletivo, flexível, questionado e refletido em busca de um tipo de cidadão que se quer formar, com que meios, que tipo de sociedade se deseja e o que a UNIPAMPA pode e deve fazer considerando a realidade em que está inserida. Dessa forma, este Projeto Pedagógico representa o marco inicial de um Curso Superior relativamente jovem nas Instituições de Ensino Superior e foi concebido pela Universidade a partir dos Padrões de Qualidade do Ministério da Educação para os Cursos de Relações Internacionais (de 2009) e demais regulamentações do Ensino Superior brasileiro e da própria Universidade, que então regulavam os cursos de Relações Internacionais.

Esse Projeto Pedagógico é a primeira alteração do Projeto original, concebido a partir de 2009, quando o curso iniciou no 2º semestre e finalizado em 2013, com o reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação, com conceito máximo (5,0). Com a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Relações Internacionais (bacharelado), em 4 de outubro de 2017 (no DOU nº 192, quinta-feira, 5 de outubro de 2017, pág. 18), e com as demandas e experiências vividas ao longo desses 9 anos de curso, houve a necessidade de atualizações importantes na estrutura do currículo ora apresentado.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

Visando o desenvolvimento de regiões economicamente desvalorizadas, o Governo Federal brasileiro estabeleceu, em 2005, um programa de Desenvolvimento Regional prevendo, dentre outras medidas, a instalação de Universidades Federais cuja finalidade seria fomentar valores locais no intuito de potencializar essas economias. Diante dessa conjuntura específica e, instrumentalizado pelo programa de expansão das universidades federais do Brasil, promoveu-se o Acordo de Cooperação Técnica financiado entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para a ampliação de ações no âmbito da Educação Superior Pública na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Com a criação desse programa deu-se início à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a qual passou a contribuir diretamente para minimizar o processo de estagnação econômica da região, pois a educação estimula o crescimento e viabiliza o desenvolvimento regional.

A Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, em seu artigo primeiro instituiu a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Ficou definido, também, pelo texto da Lei que a UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Sul do Rio Grande do Sul (Figura 1).

Figura



Universidade.

Fonte: Projeto Institucional da UNIPAMPA (2009).

Segundo o Projeto Institucional da UNIPAMPA, nesse período inicial coube à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) implantar os *Campi* com seus cursos localizados em: São Borja (Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Serviço Social), Itaqui (Agronomia), Alegrete (Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica), Uruguaiana (Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia) e São Gabriel (Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental). À Universidade Federal de Pelotas (UFPel) coube os *campi* de Jaguarão (Pedagogia e Licenciatura em Letras – Português e Espanhol), Bagé (Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras – Português e Espanhol, Licenciatura em Letras – Português e Inglês), Dom Pedrito (Zootecnia), Caçapava do Sul (Geofísica) e Sant’ana do Livramento (Administração).

Na construção do Projeto Institucional (2009), a UNIPAMPA adotou os seguintes princípios orientadores para nortear seu trabalho: (a) Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; (b) Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas; (c) Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2014, a UNIPAMPA estabelece como missão, integrando ensino, pesquisa e extensão, a promoção da "educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional" (UNIPAMPA, 2013: 13). Dentre o conjunto de princípios que pautam as políticas de ensino da instituição, destacam-se formação cidadã, qualidade acadêmica, universalidade de conhecimentos e inovação pedagógica (UNIPAMPA, 2013: 29, 30).

Atualmente são ofertados na instituição 67 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com aproximadamente 3.390 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 52% delas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas. A Universidade conta com um corpo de, aproximadamente, 1739 servidores nos dez campi e reitoria, os quais proporcionam suporte para atender aos discentes que podem realizar os seguintes cursos, ofertados nos 10 *campi* da Universidade:

1. Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia Software e Engenharia de Telecomunicações;

2. Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Física-Licenciatura, Química-Licenciatura, Matemática-Licenciatura, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa-Licenciatura, Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas-Licenciatura e Música-Licenciatura;

3. Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Licenciatura em Ciências Exatas, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;

4. Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio e Licenciatura em Ciências da Natureza; Educação do Campo

5. Campus Itaqui: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Licenciatura em Matemática e Engenharia de Agrimensura;

6. Campus Jaguarão: Pedagogia e Letras-Português e Espanhol-Licenciatura; História-Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e Produção e Política Cultural; Pedagogia (EaD/UAB); Letras – Português (EaD/UAB)

7. Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Direito, Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Administração Pública (EaD/UAB)

8. Campus São Borja: Jornalismo, Relações Públicas, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda; Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas; Geografia (EaD/UAB)

9. Campus São Gabriel: Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;

10. Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Licenciatura em Ciências da

Natureza, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Licenciatura em Educação Física e Fisioterapia, Medicina

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Encontram-se em funcionamento 19 (dezenove) programas de pós-graduação *stricto sensu* (16 mestrados e 3 doutorados) e 20 (vinte) programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nos 10 (dez) *campi* da UNIPAMPA:

Modo *Stricto sensu*

1. **Campus Alegrete:** Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia.
2. **Campus Bagé:** Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada.
3. **Campus Caçapava do Sul:** Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral.
4. **Campus Jaguarão:** Mestrado Profissional em Educação.
5. **Campus Santana do Livramento:** Mestrado Acadêmico em Administração.
6. **Campus São Borja:** Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.
7. **Campus São Gabriel:** Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas; Doutorado em Ciências Biológicas.
8. **Campus Uruguaiana:** Mestrado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas; Doutorado em Bioquímica; Doutorado em Ciências Fisiológicas.

Modo *Lato Sensu*

1. **Campus Alegrete:** Especialização em Engenharia Econômica.
2. **Campus Bagé:** Especialização em Educação e Diversidade Cultural; Especialização em Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação.
3. **Campus Caçapava do Sul:** Especialização em Educação Científica e Tecnológica.
4. **Campus Dom Pedrito:** Especialização em Produção Animal; Especialização em Agronegócio; Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza; Especialização em Ensino de Ciências na Educação do Campo.
5. **Campus Itaqui:** Especialização em Ciências Exatas e Tecnologia.

6. **Campus Jaguarão:** Especialização em Direitos Humanos e Cidadania; Especialização em Ensino de História; Especialização em Gestão Estratégica em Turismo.
7. **Campus Santana do Livramento:** Especialização em Gestão Municipal (EaD/UAB); Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas.
8. **Campus Uruguaiana:** Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Especialização em Neurociência Aplicada à Educação; Especialização em Atividade Física e Saúde; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Na Figura 1 pode-se visualizar a localização dos dez *campi* da Universidade e suas respectivas fronteiras.

1.1.1 Campus Sant'Ana do Livramento

O Campus de Sant'Ana do Livramento, RS, onde foi implantado o Curso de Relações Internacionais, localiza-se na zona de fronteira entre Brasil/Uruguai (Figura 2). O município tem como limites geográficos, as cidades de Rosário do Sul, ao norte; Bagé e Dom Pedrito, a leste; Quaraí, a oeste; e ao sul, em divisa seca (uma rua urbana) a cidade de Rivera, capital do Departamento de mesmo nome, da República Oriental do Uruguai.

Figura 2 – Localização do município de Sant'Ana do Livramento.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php>. Acesso em: 02 ago. 2011.

A UNIPAMPA, em Sant'Ana do Livramento, está sediada em um prédio próprio, situado à Rua Barão do Triunfo, nº 1048, com uma área construída de 4.214,00m², em um terreno de superfície de 5.529,17m². O prédio conta com salas de aula, 01 auditório (para 350

pessoas e 200 pessoas), 4 laboratórios de informática, biblioteca e espaços para os setores administrativos. Conta ainda, com um ginásio de esportes com área construída de 1.283,40m². As atividades acadêmicas do Campus tiveram início em outubro de 2006. Na ocasião, o Campus contava com 7 docentes, 11 técnicos administrativos e 100 alunos. Em março de 2018, o Campus conta com um corpo docente formado por 67 professores com regime de Dedicção Exclusiva, sendo 33 Doutores e 15 Mestres e 17 substitutos, com 29 servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e corpo discente com aproximadamente 1.200 alunos. Atualmente o Campus Livramento está em expansão, pois está sendo construído um novo prédio anexo que irá oferecer ampliação de espaço, acessibilidade, anfiteatro e cantina.

As atividades acadêmicas iniciaram em outubro de 2006, com 7 docentes, 11 técnicos-administrativos e 100 alunos. No segundo semestre de 2016 conta com, aproximadamente, 1.022 acadêmicos matriculados. Já foram formados 535 acadêmicos no Campus. Os cursos oferecidos são: Administração Diurno e Administração Noturno, Relações Internacionais, Ciências Econômicas, Tecnólogo em Gestão Pública e Direito.

Quadro 1: Cursos do Campus Santana do Livramento e seus respectivos atos autorizativos

Cursos do Campus Santana do Livramento	Atos Autorizativos
Administração	Reconhecido pela Portaria nº 1.148, de 20 de maio de 2011, publicada no DOU de 23/05/2011. Portaria de Renovação nº 705, de 18 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 19/12/13.
Relações Internacionais	Reconhecido pela Portaria nº 664, de 12 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 13/12/2013; Portaria nº 270, de 03 de abril de 2017, de Renovação automática de reconhecimento, publicada no DOU de 04/04/2017.
Tecnólogo em Gestão Pública	Reconhecido pela Portaria nº 488, de 20 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 22/12/2011.
Ciências Econômicas	Ata da 7ª Reunião do Conselho de Dirigentes da UNIPAMPA - de 9 de julho de 2009.
Direito	Autorizado pela Portaria nº 332, DE 5 DE MAIO DE 2015, publicada no DOU de 05/05/2015.
Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira	Renovada pela Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIPAMPA.
Especialização em Gestão Pública	Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIPAMPA.
Especialização em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas	Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIPAMPA.
Mestrado em Administração	Ata nº 51 da 51ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIPAMPA.
Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas	Ata nº 50 da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIPAMPA.

Fonte: Secretaria Acadêmica do Campus Santana do Livramento.

1.2. REALIDADE REGIONAL

De acordo com o Ministério da Integração, “a mesorregião Metade Sul do Rio Grande

do Sul possui um território de 154.100 km² que abrange 105 municípios do Extremo Sul do país, abriga uma população de 2.638.350 habitantes, com densidade demográfica de 17,12 hab/km² (...) e faz fronteira com Argentina e Uruguai, além de atingir uma parte do litoral gaúcho”.” (BRASIL, 2009: 32)). Tomando-se o espaço de inserção da UNIPAMPA, esta abarca dois COREDES (regiões geopolíticas do estado do RS), a Região Fronteira Oeste (com 13 municípios) e a Região da Campanha (com 7 municípios).

A história do Rio Grande do Sul já contou com esta região como sustentáculo da economia de todo o estado. Grandes movimentos políticos e econômicos surgiram neste espaço de grandes levas de terra e de grande potencialidade agropecuária. No entanto, o mesmo modelo que garantiu a pujança regional é a causa do atraso social e econômico estabelecido contemporaneamente. O modelo da pecuária extensiva, da monocultura, do latifúndio, acompanhado de uma industrialização dependente do capital ou do mercado externo, perde espaço com a mudança da fronteira agrícola e com o acirramento das condições competitivas impostas pelo processo de abertura da economia.

A dualidade socioeconômica Sul-Norte no estado singulariza a situação da Metade Sul, impondo grandes desafios para a superação dos condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento: o Norte mais desenvolvido (com base na indústria metal-mecânica e na agricultura extensiva) se contrapõe ao Sul subdesenvolvido (baseado numa estrutura produtiva dependente dos setores primário e de serviço). Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual: pouco investimento público *per capita*, que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; a distância dos polos desenvolvidos do estado, que prejudicam a competitividade, a atração de benefícios, dentre outros. Essa realidade econômica vem afetando, fortemente, a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

Desse modo, enfatiza-se que a Metade Sul do RS perdeu espaço no cenário do agronegócio nacional pelo avanço da fronteira agrícola em direção aos importantes centros consumidores, pela distância geográfica que causa limites na logística de distribuição e pela demora no avanço sobre os elos de industrialização dos complexos agroindustriais, cuja matéria-prima é produzida regionalmente. Isso tudo contribui para compor o cenário de subdesenvolvimento econômico regional. Aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico regional tendem a contribuir para a resistência na adoção de novas tecnologias e para a limitação no avanço de cadeias agroindustriais coordenadas (a cadeia da carne bovina sistematicamente sofre de falta de coordenação).

Nesse sentido, o processo de recuperação da região considera sua localização como elemento fundamental, haja vista ela encontrar-se perfeitamente integrada aos demais estados do MERCOSUL. Ainda, tomando por base a proposta dos últimos governos federais de privilegiar as relações com os Estados latino-americanos, mais uma vez a região assume ares de destaque e papel diferenciados. Tais potencialidades foram detectadas pelos membros da comunidade acadêmica durante o estudo realizado na construção do PI, em que, além de verificarem essas características relacionadas à posição geográfica, também perceberam a recuperação do potencial no desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande, na abundância de terras, nos exemplos de excelência na produção agropecuária, nas reservas minerais e na existência de significativas instituições de ensino e pesquisa, ou seja, diferenciais altamente positivos.

Ainda, está previsto pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE)¹ que, entre 2003 e 2015, o PIB per capita das regiões Fronteira Oeste e Campanha passe de R\$ 8.845 para R\$ 12.058, gerando um crescimento esperado de 36,3% no período. Sua participação no PIB gaúcho cairá de 5,7% para 5,39%. Crescendo a taxas mais baixas que o Estado, a região tende a se afastar do PIB médio *per capita*: sua proporção quanto a ele deverá passar de 76% em 2003 para 73% em 2015.

Inserida nesse contexto regional, Sant'Ana do Livramento é uma cidade fronteiriça, situada no extremo sul gaúcho, na fronteira Brasil/Uruguai – a chamada “Fronteira da Paz”. Referindo-se diretamente à cidade onde se localiza o Campus Sant'Ana do Livramento, segundo Gutierrez-Bottaro (2002, s/n), “Las ciudades fronterizas de Rivera y Santana do Livramento tienen, en conjunto, una población de 189.000 habitantes. Una característica muy peculiar de esta frontera es que no existe ningún obstáculo geográfico que separe a las ciudades. Están separadas (o unidas) solamente por una calle y por una plaza denominada ‘Parque Internacional’”. Seguindo informações disponibilizadas por Gutierrez-Bottaro (2002), e utilizando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deu-se conta que este grupamento populacional pode ser considerado uma das 10 maiores cidades do estado do Rio Grande do Sul e entre as 5 maiores do Uruguai, entre os anos de 2005 e 2010.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística do Uruguai – (Uruguai, 2011), Rivera possui uma população de 103.447 habitantes, enquanto que Santana do Livramento, segundo dados do IBGE (2010), possui 82.464 habitantes, totalizando um

¹ Conforme dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Fronteira+Oeste> Acesso em: 01 mar. 2012.

grupamento populacional de 185.911 habitantes. As figuras 3 e 4 demonstram este agrupamento.

Figura 3: Foto panorâmica das cidades de Rivera e Santana do Livramento



Fonte: Badra *apud* Meirelles (2006, p. 4)

Figura 4: Foto aérea das cidades de Rivera-ROU e Santana do Livramento-BR



Fonte: Badra *apud* Meirelles (2006, p. 5)

A economia de Sant'Ana do Livramento foi uma economia pujante até a década de 1960, calcada no comércio de importações, produção pecuária. Como o restante da região, sob a influência da mudança do contexto macroeconômico, com desenvolvimento de outros polos produtores de matérias-primas, mais próximos dos centros industrializadores do país (região

sudeste principalmente) e com mudanças dos padrões competitivos nos mercados de inserção, fora a crise macroeconômica do país que se estendeu do final da década de 1970 até início da década de 1990, a economia entrou em processo recessivo e encontra-se estagnada nas últimas duas décadas. Existe um esforço local para buscar alternativas que possam desencadear um novo ciclo de desenvolvimento. Este esforço passa por vários atores locais e regionais e vem contando também com o suporte do governo federal, dentro da sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2006). Em consonância com esse, há o Plano de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, também do governo federal, lançado em 2005 e reestruturado em 2007, que prevê uma série de investimentos e ações públicas e privadas nos municípios da Faixa de Fronteira brasileira, especialmente naqueles que possuem cidades-gêmeas com os países limítrofes (o caso de Sant’Ana do Livramento-Rivera).

Nota-se, assim, que o curso de Relações Internacionais (Bacharelado) do campus Sant’Ana do Livramento por ser curso único ofertado na região da Fronteira Oeste e Campanha gaúcha em instituição de ensino superior pública, levando em conta sua matriz curricular interdisciplinar e profundamente vinculada à realidade da Faixa de Fronteira do Brasil com Uruguai e Argentina, busca estimular a região, a partir da formação de bacharéis com a capacidade de atuarem na resolução de conflitos internacionais, na mediação e regulação legislativa fronteiriça, na assessoria às questões de logística de infraestrutura/transportes, em órgãos públicos e privados regionais e internacionais, representações diplomáticas, entre outros, e que possam agregar valor ao desenvolvimento da região de fronteira. E essa percepção é coadunada pela legislação que trata do curso de Relações Internacionais (Bacharelado), ao identificar que a qualidade do ensino ofertado na área deva levar em conta o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em outras disciplinas como História, Política, Economia e Direito, mas também que “Relações Internacionais constitui área distinta de estudo” (2009). Assim sendo, nota-se uma demanda desses profissionais específicos na região em que se insere a Universidade Federal do Pampa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Mostra-se importante resgatar alguns aspectos do processo que levou à sugestão da criação do Bacharelado em Relações Internacionais na UNIPAMPA. No dia 27 de agosto de 2008, os professores, técnicos administrativos e representação discente do Campus tiveram uma reunião com a Reitora, Vice-reitor e Pró-reitor de Planejamento da Universidade. A pauta referia-se ao planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades do Campus. Naquele

momento o grupo foi incentivado a pensar a expansão do Campus para curto e médio prazo, considerando aspectos estratégicos não só do próprio Campus, mas também da UNIPAMPA como um todo.

Ficaram como diretrizes naquele momento o pedido de que o grupo “pensasse em bacharelados e tecnólogos, que fosse ousado, que se lembrasse da necessidade de buscar cursos que pudessem fornecer formação generalista, focando as humanidades, que se buscasse cursos capazes de criar massa crítica e que se olhasse possibilidades que pudessem provocar interferência no desenvolvimento regional”. Com estes elementos orientando a discussão, o corpo docente local começou a estruturar o plano de expansão do Campus em 03 de setembro seguinte. A proposta do curso de Relações Internacionais surgiu durante a proposição das estruturas curriculares para os cursos definidos nas primeiras reuniões, pois os grupos de trabalho formados passaram a estudar as possibilidades curriculares de cada curso tendo como grandes objetivos: aproveitar ao máximo as expertises já estabelecidas, contemplar as diretrizes deixadas pela Reitoria e preparar uma proposta que mostrasse convergência entre os cursos. As pesquisas feitas para dar suporte às estruturas abriram um leque de possibilidades não pensadas inicialmente.

Estas possibilidades fundamentam-se em um aspecto acordado pelos professores envolvidos neste planejamento, de que seria necessário trazerem-se para o Campus cursos capazes de sustentar a formação de um Centro de Excelência em Gestão. Esta sustentação se deu não apenas pelos conhecimentos gerados dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Economia, Contabilidade e Direito), mas também por aqueles oriundos das Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, História, Geografia e Pedagogia). Outro aspecto reforçado pelo grupo diz respeito à necessidade de valorizar-se recursos locais, sejam eles reais ou potenciais, visando encontrar alternativas para o desenvolvimento regional. A ênfase no posicionamento fronteiriço da região (Faixa de Fronteira) foi elencada como um ponto a ser considerado neste contexto.

Ao estudar-se o curso de Relações Internacionais se percebeu, por um lado, que a proposta conseguia tanto ter permeância com as propostas de Gestão Pública e Administração, quanto traria para dentro do Campus expertises que poderiam contribuir para a formação de massa crítica. Por outro lado, o curso trabalha uma característica regional enaltecida ao longo do tempo: o fato de localizar-se em uma ampla fronteira seca com outro país, com o qual se conseguiu estabelecer relações amistosas, a ponto de identificar a região como “Fronteira da

Paz”².

No caso específico de Relações Internacionais, há uma clara demanda por profissionais da área nessa região fronteiriça, por ser um curso não ofertado pelas universidades instaladas locais (UERGS e URCAMP), além de os mais próximos serem ofertados em Universidades públicas na faixa leste do Estado (Porto Alegre e Pelotas) ou na região central (Santa Maria). Sua ligação com a área das Ciências Sociais Aplicadas, apesar de ser um curso relacionado também às Ciências Humanas, diferencia-se pela proximidade com a área de Administração e Economia, conforme se destaca no perfil desejado para o egresso do curso, constante do presente Projeto Pedagógico: “o bacharel em relações internacionais estará capacitado para atuar [...] em empresas de consultoria, instituições financeiras nacionais e internacionais [...]. Ele estará apto às mais diversas tarefas como a interpretar conjuntura, formular e executar estratégias de inserção internacional, captar recursos em organismos multilaterais ou agências de fomento, e produzir análises de risco.” Ou seja, mesmo sendo um humanista, com formação de ciências sociais, o bacharel em relações internacionais precisa ter fortes bases de formação nas ciências sociais aplicadas.

Assim, baseando-se nos “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais” (2009), a interdisciplinaridade da área de Relações Internacionais a configura como campo potencialmente rico e complexo, pois sua relativa fragmentação, entendida como força e não fraqueza permite compreender seu objeto de estudo (o sistema internacional), sob diferentes aspectos, onde o conhecimento será construído a partir de uma base ampla e sustentada por diversas visões. Logo, a interpretação e o estudo são amparados em uma análise completa do problema em questão, não focado exclusivamente em um único viés. Outro aspecto positivo da área refere-se à sua constante evolução, baseado em um triplo dinamismo: a) a modernização dos componentes curriculares que a formam; b) a constante reavaliação disciplinar dentro do campo das Relações Internacionais; e c) o debate e a mudança como naturais e impulsionados pela própria evolução constante do objeto de estudo. Essa configuração se reflete na composição do corpo docente, que possibilita uma variedade interessante dos caminhos de pesquisa.

O estabelecimento de um curso de Relações Internacionais no Campus incrementou a compreensão das potencialidades que a região fronteiriça pode ter para desenvolver-se dentro de outros padrões, que não aqueles historicamente tentados. Regiões de fronteira podem

² Esta última percepção já constava do planejamento do Campus quando do início da estruturação deste. Na proposta original do MEC, havia sido projetado um Instituto de Relações Internacionais para o Campus de Livramento, buscando usufruir não só das boas relações existentes, como da concentração de conhecimento na

encontrar alternativas de desenvolvimento que contemplem visões de mercado globalizado diferentes daquelas que afetam o regional em outros pontos do país. Pode-se pensar que as soluções ganha-ganha, buscadas dentro dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou das redes de empresas estabelecidas ou necessárias, precisem superar os limites territoriais do país, criando novas configurações, pois a cultura, a geografia e o clima, além de expertises específicas, não respeitam os limites territoriais impostos pela geopolítica. Assim, um curso com este perfil tende a influenciar a ampliação das discussões relativas não só ao desenvolvimento da própria Livramento, olhando-se para aspectos internacionais, como também a buscar estratégias competitivas que superem a fronteira, ou melhor que a usem como vantagem.

Neste contexto é relevante considerar-se alguns aspectos ligados ao MERCOSUL e às relações do Brasil com seus pares na América do Sul e a própria reestruturação legislativa e de desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Por um lado, uma das principais contribuições do Uruguai com o desenvolvimento da região fronteira está relacionada a possibilidade de exportação de parte de suas mercadorias produzidas no norte do país, via transportes ferroviários até o Porto do Rio Grande/RS, havendo também espaço para que produtos nacionais entrem naquele país pelas mesmas vias.

Por outro lado, dentro da formação do MERCOSUL, existem manifestações do Uruguai junto aos países-membro, conclamando estes a uma maior integração. Visando isto, a Embaixada do Brasil em Montevideu tem realizado eventos de caráter acadêmico-empresarial, com os quais objetiva identificar soluções de problemas e o desenvolvimento de iniciativas visando o fortalecimento do processo de coesão intra-bloco. O Campus de Sant'Ana do Livramento têm participado destes eventos. Considerando-se ainda os movimentos da política internacional contemporânea, o Governo Brasileiro tem empreendido esforços para fortalecimento das relações continentais. Suas recentes iniciativas foram lançar em Montevideu um escritório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outro do Banco do Brasil. O objetivo destas iniciativas é, de um lado, facilitar a oferta de linhas de financiamentos naquele país e, de outro, viabilizar a apreciação de projetos que possam ser financiados por aquelas instituições financeiras junto aos países-membros do MERCOSUL. Nesse sentido, cabe destacar a aproximação da Unipampa, campus Santana do Livramento com a Universidad de la Republica (UdeLAR, reitoria em Montevideu e Centro Universitário em Rivera), especialmente entre os respectivos cursos de Relações

Internacionais, no sentido de intercâmbio de docentes, alunos e pesquisas.

Este contexto internacional faz perceber que o Campus de Sant’Ana Livramento³ não só está localizado estrategicamente no Mercado Comum do Sul, como também vem construindo ações que fortaleçam as relações internacionais possíveis, principalmente com o país vizinho. Estas ações convergem para sustentar a proposta de um curso de Relações Internacionais, estruturado no Campus, pois este tende a contribuir com as ações que já estão sendo desenvolvidas no âmbito local, e no âmbito do próprio Governo Federal, bem como tende a fazer emergir novas ações que podem contribuir para o desenvolvimento regional. Estes são os principais motivos que levam a pensar que a oferta deste curso no Campus de Sant’Ana do Livramento tende a contribuir significativamente não só com a expansão do Campus e da UNIPAMPA, mas também a qualificar suas atividades dentro de aspectos relevantes para o desenvolvimento regional.

Logo, os aspectos fronteiriços (geográficos, socioculturais, históricos, políticos e econômicos, além dos de integração) que permeiam profundamente as regiões gaúchas da Campanha e Fronteira Oeste servem de justificativa basilar ao demandar profissionais para compreenderem essa realidade tão específica e rica, além de passarem a pensar mais amplamente o desenvolvimento da região e principalmente as relações com os vizinhos Uruguai e Argentina (mas não apenas). O curso de Relações Internacionais (Bacharelado) permite a formação de profissionais que transformarão, no médio e longo prazo, as potencialidades da região numa realidade concreta, baseada nas noções de desenvolvimento regional correlacionadas às complexas relações externas aqui presentes, no âmbito da União, do estado do Rio Grande do Sul, dos municípios envolvidos, da sociedade civil, dos países vizinhos e de outros atores internacionais que evidenciam a localização estratégica da “Fronteira da Paz”, como demais membros do MERCOSUL, China ou ainda países árabes. Comércio externo, tributação, diplomacia, direito internacional público e privado, pesquisa, academia, segurança pública são algumas das áreas que serão beneficiadas com a atuação desses profissionais.

1.4 LEGISLAÇÃO

Por se tratar de uma área curricular recente no Brasil (a primeira graduação iniciou no ano de 1974, na Universidade de Brasília), a graduação em Relações Internacionais não possuía Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) até 2017, que regulamentam os conteúdos

³ Sant’Ana do Livramento possui o título de “cidade símbolo da integração no MERCOSUL”, conforme Lei nº. Lei nº 12.095, de 19 de novembro de 2009.

mínimos a serem ofertados. No entanto, em face de crescente demanda por profissionais da área na primeira década dos anos 2000 e, por consequência, de novos cursos de graduação, o Ministério de Educação divulgou, no ano de 2009, um documento intitulado “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais”. Elaborado por renomados profissionais da área no Brasil, esse trabalho lista os principais requisitos dos cursos de graduação, como o perfil da coordenação e do corpo do docente, a carga horária mínima, a estrutura do Projeto Pedagógico do Curso (e as cargas horárias dos componentes curriculares) e as instalações mínimas da Universidade. Entretanto, no ano de 2013, a Associação Brasileira de Relações Internacionais enviou ao MEC uma Minuta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Graduação em Relações Internacionais. A elaboração deste documento contou com a participação dos professores da UNIPAMPA que são sócios plenos da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e reflete o quanto o curso de graduação está integrado ao cenário nacional e dialogando com os demais cursos.

Assim, ao longo de 4 anos, foi discutida nos ambientes acadêmicos e institucional nacional a minuta das DCNs da área, que em 2017, enfim, tornaram-se a Resolução nº4, de 4 de outubro de 2017 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado. Essas DCNs, conjugadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº. 9394/1996), à Resolução CNE/CES Nº. 2, de 18 de junho de 2007 (sobre carga horária mínima e duração dos cursos de bacharelados), à Lei Nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 (referente aos estágios para estudantes) e aos regulamentos internos da Universidade Federal do Pampa, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, o Regimento Interno e as Normas Acadêmicas da Universidade (especialmente a Resolução Nº 29, de 28/04/2011) são a base de regulamentação que rege o curso.

É em consonância com as DCNs que surge, em 2018, uma segunda versão do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Relações Internacionais. As Diretrizes apontam para a necessidade de um mínimo de 2.700 horas para os cursos de Graduação em Relações Internacionais. De acordo com o PPC de 2009, o Curso de Relações Internacionais contava com 2.490. É necessário também que a organização curricular se dê em torno de quatro Eixos de Formação: Estruturante, Interdisciplinar, voltado a atividade profissional e complementar. Sendo assim, uma revisão do PPC se fazia urgentemente necessária.

Anteriormente a publicação das DCNs, devido às preocupações dos docentes membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Relações Internacionais em aperfeiçoar a grade curricular, iniciou-se estudos para uma reforma que refletisse e atualizasse o PPC à

realidade do curso (docentes e discentes). O objetivo inicial foi desmembrar e/ou ampliar componentes curriculares, substituir e criar novos componentes curriculares, melhor aproveitando as expertises dos docentes do curso. Para tanto, desde de 2015 se começou uma série de reuniões com a comunidade acadêmica: docentes discentes e técnicos administrativos em educação. As sugestões e contribuições foram discutidas e dialogadas, aproveitando-se o conhecimento e as experiências de cada membro da comunidade acadêmica, para a construção de um novo PPC que atendesse as demandas identificadas.

Foi identificada também a necessidade de que os componentes curriculares pudessem contar com um tempo dedicado ao estímulo e acompanhamento da pesquisa por parte dos discentes. Pensando nisso é que alguns temas que contavam com apenas dois componentes curriculares passam a ter três; componentes curriculares de 30h foram ampliados para 60h; diferentes temas que antes eram tratados em apenas um componente curricular, tem agora componentes curriculares específicos. O objetivo central dessas reformas é possibilitar aos discentes mais tempo para a pesquisa dos temas específicos de cada componente curricular e, com isso, qualificá-los para os trabalhos de conclusão de curso I e II (TCC I e TCC II). Desta forma, os discentes terão contato com a pesquisa dos mais diversos temas, o que possibilitará não só mais experiência, como também maior conhecimento no momento da escolha do tema de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

A qualificação de Bacharel em Relações Internacionais é uma formação superior, estabelecida como tal desde os anos cinquenta do século XX nas principais universidades norte-americanas e europeias. Sua consolidação está ligada ao surgimento da área de estudos sobre Relações Internacionais, especificamente no período Entre-Guerras, como consequência do embate entre o pensamento Realista e Idealista na cena acadêmica de então.

Na Europa (especialmente Inglaterra) e nos Estados Unidos, o profissional de Relações Internacionais passou a ser formado com o fim de realizar análises sobre a complexa realidade internacional – característica da Guerra Fria a partir das décadas de 1950 e 1960 –, bem como formular e implementar políticas e estratégias de um número crescente de segmentos públicos e privados. Tratava-se de preparar profissionais que viessem a auxiliar os agentes do Estado na formulação e implementação das políticas externas e que pudessem exercer as funções diplomáticas e mesmo assumir o papel, fundamental nas sociedades democráticas, de crítico e interlocutor do poder público na sua atuação internacional.

No Brasil, a formação superior em Relações Internacionais existe desde 1974, quando a Universidade de Brasília criou o primeiro curso de graduação e em seguida, a pós-graduação. Contudo, foi somente na década de 1990 e especialmente na primeira década dos anos 2000 (como consequência de todas as mudanças que o período pós-Guerra Fria trouxe ao sistema internacional e ao Brasil) que a área conheceu uma grande expansão, em todas as regiões e na maioria das Universidades do país.

Se do pós-Segunda Guerra até o final da década de 1980, escolas e cursos de Relações Internacionais desenvolviam atividades de ensino e de pesquisa, conforme a lógica da bipolaridade do sistema internacional da época, atualmente este enfoque foi parcialmente substituído pelo entendimento de uma ordem mundial modificada, beirando a multipolaridade e interdependência, onde a percepção de relações horizontais e diagonais (cooperação sul-sul e sul-leste) passaram a permear as ações dos Estados, em complemento às relações verticais históricas (cooperação sul-norte).

Desde o final da Guerra Fria, as transformações ocorridas no sistema internacional alteraram a percepção das realidades internas e externas: em decorrência da nova onda de globalização, da gradual democratização das relações internacionais, da nova etapa da

liberalização econômica, da livre circulação de pessoas, ideias, informações, mercadorias e serviços, testemunha-se, por um lado, a crescente relativização do poder do Estado (porém continuando este a ser o ator do sistema internacional prevalecente), e por outro, o aparecimento de organismos internacionais e de novos atores não-estatais na política e na economia internacional. Logo, a demanda por profissionais da área tem aumentado significativamente na última década, especialmente num momento em que o Brasil remodela sua forma de inserção internacional, baseando-se em ações pró-ativas no eixo Sul-Sul, pautando o desenvolvimento como vetor.

Em 2009/2, iniciou as atividades da primeira turma; e em 2013/02 formou-se a primeira turma do Curso de Relações Internacionais - Bacharelado da Universidade Federal do Pampa.

Partindo desses pressupostos, tem-se a seguinte estrutura do Curso:

- a) Denominação: Relações Internacionais
- b) Modalidade: Bacharelado
- c) Titulação Conferida: Bacharel(a) em Relações Internacionais
- d) Duração do Curso: 8 semestres
- e) Carga horária total: 3.000 horas
- f) Turno: Integral
- g) Número de vagas oferecidas: 50 vagas/ano
- h) Regime Acadêmico: semestral
- i) Tempo mínimo de integralização do curso: 8 semestres
- j) Tempo máximo de integralização do curso: 12 semestres
- k) Coordenador do Curso: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

l) Atos legais de autorização: Ata da 10ª Reunião do Conselho Dirigente da Universidade Federal do Pampa, datada de 30 de outubro de 2008 e Reconhecido pela Portaria nº 664 do Ministério da Educação, de 12 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 13/12/2013 e Portaria nº 270 do Ministério da Educação, de 03 de abril de 2017, de Renovação automática de reconhecimento, publicada no DOU de, terça-feira, 4 de abril de 2017.

2.1.1 Perfil do Curso

O curso de Curso de Relações Internacionais - Bacharelado visa preparar profissionais com uma sólida formação teórica, científica, metodológica, ética e prática de maneira a

orientá-los para o conhecimento e a compreensão crítica do cenário internacional e dos fenômenos que incidem neste contexto. A recente estruturação desta área do conhecimento no Brasil indica a necessidade de profissionais cujas habilidades estejam voltadas para as novas dimensões da vida social abertas pela crescente internacionalização e a capacidade de articulação entre o local e o global.

A complexidade e a dinâmica do estudo das Relações Internacionais requerem um profissional de formação múltipla que domine o instrumental teórico para processar os fenômenos e os agentes do cenário internacional de forma adequada às necessidades dos desafios contemporâneos e do mercado de trabalho. Assim, a formação deve buscar um profissional em sintonia com as constantes mudanças internacionais, da mesma forma, com conhecimento das diversas culturas e ampla visão de mundo.

2.1.2 Objetivos

2.1.2.1 Objetivo geral/fundamental

Atentando-se ao artigo 3º das DCNs de Relações Internacionais, o curso de Relações Internacionais-Bacharelado irá preparar profissionais com formação humanística, técnica e científica, compatível com a realidade global em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, com capacidade para, em contínuo desenvolvimento profissional, analisar conjunturas internas e externas, cenários e mercados, tomar decisões com competência e atuar interdisciplinarmente na área, visando a satisfação e bem estar humano, dentro dos princípios de responsabilidade social, justiça e ética profissional.

2.1.2.2 Objetivos Específicos

O curso tem como objetivos específicos preparar um acadêmico apto a:

- a) constituir um senso crítico a partir do instrumental necessário para a análise das Relações Internacionais;
- b) elaborar cenários a partir da análise da conjuntura internacional;
- c) possuir capacidade técnica para estabelecer contatos entre Câmaras de Comércio, Embaixadas, Associações, Organismos Internacionais, Empresas e órgãos governamentais;
- d) analisar e tecer considerações acerca dos processos políticos, econômicos, sociais, culturais e jurídicos em países e/ou regiões;
- e) produzir análises técnicas acerca de crises econômicas e/ou conflitos bélicos na comunidade internacional;
- f) produzir estratégias de ação visando à cooperação e integração no contexto regional

e internacional;

g) identificar os objetivos, métodos de operação, padrões e regras de procedimento das Organizações Internacionais (governamentais e não governamentais);

h) analisar instrumentos jurídicos que congreguem atores envolvidos em questões do Direito Público e/ou Privado;

i) compreender e propor intervenções nas inter-relações entre Estados, instituições, organizações e associações transnacionais;

j) utilizar sua capacitação teórica no desenvolvimento de projetos voltados para a área de ensino e pesquisa em Relações Internacionais.

2.1.3. Perfil do Egresso do Curso de Relações Internacionais

Segundo o artigo 4º das DCNs, o curso de graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a formação profissional que apresente, dentre outras habilidades, capacidade de compreensão de questões internacionais, capacidade de solução de problemas em âmbito diverso, capacidade de elaboração e planejamento estratégico, capacidade de tomada de decisões, sem perder a postura crítica e a compreensão ampla dos fenômenos internacionais (BRASIL, 2017). O perfil do egresso da UNIPAMPA tem uma formação acadêmica generalista e humanística, sendo que:

Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e de inseri-los em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (UNIPAMPA, 2009, pág. 09).

.Em consonância com esses elementos da Universidade, o Bacharelado em Relações Internacionais objetiva formar profissionais conectados com as transformações e demandas do mundo atual de maneira que estejam aptos a interagir mediante essas mudanças, articulando-se na arena doméstica e no cenário internacional. O bacharel em Relações Internacionais é o profissional apto a entender e agir em vista dos fenômenos interestatais, internacionais e interculturais, jamais perdendo o cenário local de vista, acompanhando as tendências e transformações de forma crítica e analítica, conforme as competências e habilidades adquiridas por meio de sua formação multidisciplinar, sempre de maneira propositiva. De acordo com as DCNs de Relações Internacionais, o egresso do curso deve ser profissional capaz de exercer atividades com interface internacional público ou privado. Desta forma, o

curso deve "possibilitar formação que contemple as competências e as habilidades cognitivas e socioemocionais que permitam ao profissional acompanhar as rápidas transformações e a complexidade dos fenômenos mundiais" (BRASIL, 2017: 16)

Esse profissional deverá ser capaz de interpretar esses fenômenos, sejam eles políticos, econômicos, sociais e/ou culturais, e analisar as suas possíveis consequências para os mais diversos interesses, sejam de governos, empresas públicas ou empresas privadas voltadas para a inserção internacional e organizações da sociedade civil. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso integra as diversas áreas de conhecimento no intuito de formar um profissional de Relações Internacionais orientado não só para o mercado de trabalho, mas para a construção de uma efetiva cidadania. Busca-se, também, proporcionar aos nossos estudantes uma sólida formação básica em sua área específica de atuação, de modo que possam atuar destacadamente em seu campo profissional. Com isto, evita-se uma opção unívoca por um dos polos da dicotomia especialista/generalista. Tendo em vista que a especialização e a formação de caráter geral devam caminhar conjuntamente, de modo a complementarem-se. Uma vez que o curso de Relações Internacionais tem o caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo em que adquire uma formação que contempla as necessidades específicas da carreira particular, o estudante capacita-se a entender a realidade a partir de perspectivas mais amplas, conjugadas à complexidade da vida social.

2.1.3.1. Desenvolvimento de competências

As competências do egresso do curso de Relações Internacionais estão contempladas nos objetivos da UNIPAMPA, os quais visam formar um acadêmico que respeite à diversidade, à solidariedade, à liberdade, à justiça e à democracia como princípios de valores; que possuam autonomia intelectual, postura crítico-reflexiva e transformadora da realidade em que estiver inserido, bem como a nível regional, nacional e internacional. Um acadêmico humanista, consciente das exigências éticas e da relevância pública e social. Desse modo, o curso de Relações Internacionais pretende formar um profissional que possa atuar como pesquisador, conselheiro, assessor, consultor ou executor nas mais diversas instituições, públicas ou privadas.

2.2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

2.2.1. Administração acadêmica

- a) Coordenador Acadêmico: Prof. Dr. Alexandre Vicentini Xavier
- b) Coordenador do Curso: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
- c) Coordenador Substituto do Curso: Prof. Dr. Rafael Balardim
- d) Técnico Administrativo-acadêmico do Curso: Renata Conte
- e) Bibliotecária-chefe: Karen Pureza Britto
- f) Comissão de Curso: Todos os docentes que atuam no Curso, um representante dos discentes e um representante dos técnicos administrativos em educação.
- g) Núcleo Docente Estruturante: composto por oito (08) docentes diretamente envolvidos com questões de ordem estrutural do curso, com rotatividade anual.
- h) NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional (Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogo).
- i) Endereço de funcionamento do curso:
Universidade Federal do Pampa – Campus Sant’Ana do Livramento
Rua Barão do Triunfo, nº 1048 – Centro
CEP 97573-590 – Sant’Ana do Livramento/RS
Telefone: (55) 3967-1700

O Curso de Relações Internacionais está estruturado a partir de uma coordenação, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso e a assessoria do NuDE, sendo esse o setor responsável pelo atendimento de docentes e discentes do campus, dentro da área do Desenvolvimento Educacional, visando a qualificação do ambiente acadêmico com orientação de conhecimentos da Pedagogia e áreas afins.

Os integrantes do NuDE trabalham a partir de demandas apresentadas pelos docentes e discentes, bem como pela proposição de projetos de intervenções específicas, na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino -aprendizagem na instituição e também na implementação de Projetos Institucionais de natureza pedagógica. O trabalho é desenvolvido pelos Técnicos em Assuntos Educacionais, Assistentes Sociais, Pedagogos e outros profissionais.

A Comissão de curso tem a finalidade de operacionalizar questões relativas à vida diária do curso, implementação do Projeto Pedagógico do curso, bem como ações para a melhoria da qualidade de desempenho do curso e de seus alunos, entre outras competências. Essa Comissão é presidida pelo Coordenador de Curso eleito para um mandato de dois (02)

anos, podendo ser substituído, nas faltas ou impedimentos eventuais, pelo Coordenador substituto. Atualmente, a coordenação do curso está a cargo dos professores Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento e Dr. Rafael Balardim, como segue:

Tabela 1 – Coordenação do curso (2018)

Formação	Flávio Augusto Lira Nascimento	Rafael Balardim
Cargo	Coordenador	Coordenador Substituto
Graduação	Relações Internacionais (UNESP, 2005)	História (UFRGS, 2003)
Mestrado	Relações Internacionais (PPGRI San Tiago Dantas-UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2008)	Relações Internacionais (UFRGS, 2005)
Doutorado	Relações Internacionais (USP, 2015)	Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS, 2016)
Linha de pesquisa	Segurança Internacional, Rússia, Eurásia, Geopolítica Energética.	Política Externa Brasileira, Cuba, Relações Internacionais da América Latina.

A Comissão de Curso é composta por todos os docentes que estão em atividade no Curso, um representante dos discentes (eleito por mandato de dois anos) e um representante dos Técnicos Administrativos em Educação. Quanto à participação do corpo docente na administração acadêmica do Curso, ela se procede por meio da realização de uma reunião mensal, com todos os docentes, na participação quando das reuniões gerais (acadêmicas ou gerais), ocasiões onde são discutidos o planejamento das atividades e as iniciativas a serem implementadas no período acadêmico em questão.

Complementar à Comissão de curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), primeiramente designado pela Portaria da Reitoria Nº. 1606, de 13 de outubro de 2011 (e atualizado a cada ano), possui função relacionada à avaliação e aprimoramento da estrutura curricular e de outros elementos estruturais da proposta curricular, incluindo sistemáticas de avaliação desta. O NDE se reúne ordinariamente uma vez ao mês, para debater o desenvolvimento do curso, fazer autoavaliações a partir das percepções docentes e discentes, pensar as áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas ao campo internacional, bem como resolver questões pertinentes ao andamento acadêmico do curso, como seriação de alunos, matrículas, pré-requisitos, etc. O NDE atualmente está composto pelos seguintes professores, com a respectiva formação:

Tabela 2 – Titulação dos membros do NDE (2018)

DOCENTES	TITULAÇÃO
Anna Carletti	Doutor
Fábio Régio Bento	Doutor
Flávio Augusto Lira Nascimento	Doutor
Kamilla Raquel Rizzi	Doutor
Margarete Leniza Lopes Gonçalves	Mestre
Nathaly Silva Xavier Schutz	Doutor
Rafael Balardim	Doutor
Rafael Vitória Schmidt	Doutor
TOTAL	--

2.2.2. Funcionamento do Curso

A titulação conferida aos egressos do Curso de Relações Internacionais será Bacharel(a) em Relações Internacionais, sendo o curso em regime semestral, com a oferta de 50 vagas por ano, em turno integral, com o regime de no máximo 32 horas semanais e no mínimo de 8 horas semanais. A realização da Semana Acadêmica do Curso de Relações Internacionais ocorre uma vez no ano, constando no Calendário Acadêmico do Campus. O curso deverá integralizar 3.000 horas, distribuídas no mínimo de oito (8) semestres e no máximo 12.

2.2.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, todas previstas na Resolução N° 29/2011:

- Processo Seletivo UNIPAMPA (por meio do SISU-ENEM a partir de 2010), conforme a Resolução N° 29/2011, ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1° (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2° (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- Reopção: o Art. 7º da citada Resolução Nº 29 prevê que a Reopção é a forma de mobilidade acadêmica regulamentada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou turno de oferecimento de curso de graduação dessa Universidade. Assim, a mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes e o prazo máximo para integralização curricular é computado a partir do semestre do ingresso por Reopção.
- Ingresso via processo seletivo complementar: É previsto pelo Art. 8º da referida Resolução Nº 29/2011, que, em virtude da disponibilidade de vagas, o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior. Esse Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA e aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono ou cancelamento de curso e que desejam reingressar. As vagas são oferecidas nas categorias de Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma e o número de vagas destinadas ao ingresso é determinado a partir das vagas não preenchidas em processo seletivo regular somadas as de evasão por cancelamento, desligamento, reopção, transferência, óbito ou abandono de curso. O número de vagas é disponibilizado, mediante edital semestral, no momento da abertura do processo e cabe à Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica determinar o número de vagas disponíveis para cada curso, por meio de consulta à Coordenação Acadêmica do Campus. Para o ingresso no Processo Seletivo Complementar é considerada a seguinte prioridade: I. Reingresso; II. Transferência Voluntária; III. Portador de Diploma.
- Transferência compulsória (Transferência ex-officio): é a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei. É permitida a transferência de discentes regulares entre instituições de ensino superior, vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, de acordo com os seguintes requisitos, previstos em lei: a) requerimento do interessado; b) comprovação da transferência, deslocamento, redistribuição ou remoção ex-officio do servidor público civil ou militar; c) comprovação de dependência de servidor público civil ou militar movimentado ex-officio; d) comprovação de ter

ingressado em Instituição de Ensino Superior via processo seletivo; e) comprovação de estar vinculado à outra Instituição de Ensino Superior; f) histórico escolar original; g) comprovante de residência (anterior e atual); h) programa dos componentes curriculares cursados (conteúdo programático). A Resolução Nº 29 em seu Art. 14 prevê que a solicitação de Transferência Compulsória é recebida pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica e analisada pela Consultoria Jurídica e, se caracterizada, o Coordenador do Curso respectivo procede à análise curricular para o aproveitamento de componentes curriculares.

- Regime Especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da Instituição e a solicitação de matrícula é semestral, conforme período estipulado no Calendário Acadêmico. Em caso de deferimento, os registros acadêmicos do estudante não podem ultrapassar 4 (quatro) semestres letivos, e o discente pode cursar no máximo 8 (oito) componentes curriculares, respeitado o limite de 2 (dois) por semestre letivo. Ao final de cada semestre letivo pode ser emitido para cada componente curricular cursado atestado de aproveitamento fornecido pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica.
- Programa Estudante-Convênio: A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O candidato é selecionado no seu país de origem e encaminhado pela SESu/MEC para realizar seus estudos universitários. Essa matrícula deve obedecer aos prazos fixados no Calendário Acadêmico, ficando o discente dispensado do processo seletivo.
- Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional (Programa de intercâmbio): O Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições. Somente é permitida a participação do estudante no Programa, quando atendidos os seguintes requisitos: I. existência de convênio entre as Instituições de Ensino Superior; II. ter integralizado todos

os componentes curriculares dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres do 1º (primeiro) ano do curso; III. possuir, no máximo, 1 (uma) reprovação por semestre; IV. ter um plano de atividades aprovado pela Comissão de Curso de origem; V. ter autorização das Instituições de Ensino Superior envolvidas. O discente participante desse Convênio tem vínculo temporário com a UNIPAMPA. O Art. 28 da Resolução Nº 29/2011 prevê que o Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária, de acordo com as regras do Convênio e da Instituição receptora. _

- Mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros Campi. O plano de atividades que prevê os componentes curriculares de interesse do discente deve ser aprovado semestralmente pelo Coordenador de Curso de origem e de destino. A Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional fica condicionada à existência de vagas no curso de graduação de destino.
- Matrícula institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal Nº 89.758/84 e Portaria Nº 121/84. As Instituições de Ensino Superior, mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores encaminhada pelo Ministério da Educação e Cultura, ficam autorizadas a conceder matrícula de cortesia, em cursos de graduação, independentemente da existência de vaga. O Discente Cortesia é dispensado do Processo Seletivo. Pode solicitar Matrícula Institucional de Cortesia: I. Funcionário estrangeiro de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil e seus dependentes legais; II. Funcionário ou técnico estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a sua organização, assim como seus dependentes legais; III. Técnico estrangeiro que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação técnica ou cultural firmado entre o Brasil e seu país de origem, assim como seus dependentes legais. A Matrícula Institucional de Cortesia somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade. Ao técnico estrangeiro e seus dependentes legais somente pode ser concedida Matrícula Institucional de Cortesia se, no seu contrato de prestação de serviços, constar o tempo de permanência mínima de 12 (doze) meses em território nacional. O Art. 35 da Resolução Nº 29/2001 ressalta que a UNIPAMPA somente efetiva a Matrícula de Cortesia após o recebimento de expediente com a autorização formal da SESu/MEC, em atendimento a pedido formulado pelo Ministério das Relações Exteriores. O beneficiário da Matrícula de Cortesia fica subordinado às

normas que regem o ensino de graduação da UNIPAMPA (Art. 36). No caso de transferência do responsável para novas funções em outro país, o aluno pode manter sua Matrícula Institucional de Cortesia até o término do curso em que tenha ingressado, mediante a substituição do visto diplomático ou oficial pelo temporário correspondente. Ao discente cortesia é facultado o direito de solicitar aproveitamento de disciplinas.

- Políticas de ações afirmativas: no atual Processo Seletivo da Universidade Federal do pampa, 52% das vagas são oferecidas pelo sistema de cotas: são 1.656 vagas oferecidas no regime de políticas afirmativas ao lado das 1.524 vagas de ampla concorrência (essas vagas estão distribuídas nos 53 cursos que a Universidade oferece em seus dez *campi*). De acordo com a Portaria Normativa MEC nº 09, de 05 de maio de 2017, a UNIPAMPA oferta 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 18% (dezoito por cento) para as ações afirmativas L5 e L6; 6% (seis por cento) para as ações afirmativas L9 e L10; 6% (seis por cento) para as ações afirmativas L13 e L14; 2% (dois por cento) para a ação afirmativa V1094; e 48% (quarenta e oito por cento) para a ampla concorrência.. Existe também o Processo Seletivo Específico para ingresso de candidatos de nacionalidade uruguaia que vivem na região de fronteira – fronteiriços, conforme Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004, e que tenham concluído o Curso Secundário até a data da solicitação de matrícula, nos Campi De Sant’Ana do Livramento e Jaguarão (são previstas 02 vagas anuais no Bacharelado em Relações Internacionais).
- PEC-G: O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948, oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O PEC-G é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país. A UNIPAMPA desde 2016 tem ofertado vagas no PEC-G em diferentes cursos. Em 2017, uma vaga foi ofertada no curso de Relações Internacionais.
- Processo Seletivo Específico para Ingresso de Fronteiriços: A partir de Edital público, é previsto o ingresso na Unipampa por meio do processo seletivo específico para ingresso de candidatos de nacionalidade uruguaia e argentina que vivem na Região de Fronteira –

fronteiriços que tenham concluído o curso secundário até a data da solicitação de matrícula, considerando o disposto no Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004, e no Decreto nº 145, de 02 de junho de 2011. São oferecidas vagas disponíveis nos cursos de graduação em todas as Unidades Universitárias da UNIPAMPA para candidatos residentes nas localidades fronteiriças listadas a seguir: de Barra de Chuy/Uruguai; de Rio Branco/Uruguai; de Rivera/Uruguai; de Aceguá/Uruguai; de Artigas/Uruguai; de Bella Unión/Uruguai; de Bernardo de Irigoyen/Argentina; Alba Posse/Argentina; San Javier/Argentina; de São Tomé/Argentina; de Alvear/Argentina; de Paso de Los Libres/Argentina e de Monte Caseros/Argentina. O candidato poderá se inscrever em qualquer Unidade Universitária desde que residentes nas localidades fronteiriças apontadas acima, conforme consta no Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004, e no Decreto nº 145, de 02 de junho de 2011. No Campus de Sant’Ana do Livramento são disponibilizadas 6 vagas para fronteiriços: 5 vagas no Curso de Relações Internacionais e 1 vaga no Curso de Administração.

2.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- Considerando a legislação, a proposta do curso foi estruturada dentro da distribuição apresentada abaixo:

Tabela 3 – Estrutura do currículo

ESTRUTURA	SIGLA	CARGA HORÁRIA	% TOTAL
Eixo de Formação Estruturante	EFE	1.260	42
Eixo de Formação Interdisciplinar	EFI	1.020	34
Eixo de formação voltado à Atividade Profissional	EAP	300	10
Atividades Complementares de Graduação	ACG	180	6
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	CCCG	240	8
TOTAL		3.000	100%

2.3.1 Integralização Curricular

A estruturação curricular segue os Eixos temáticos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Relações Internacionais 2017 (Anexo II):

- **EFE - Eixo de Formação Estruturante** (obrigatoriamente, os conteúdos de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política

Externa; História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais).

- **EFI - Eixo de Formação Interdisciplinar** (contempla os conteúdos das Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística, Metodologia; Ética; e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso).
- **EAP - Eixo de Formação voltado à Atividade Profissional** (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais).

Assim, o curso está da seguinte forma composto:

Tabela 4 – Especificação da estrutura do currículo por Componentes Curriculares obrigatórios

ESTRUTURA DO CURRÍCULO	Semestre Letivo	CH	Créd.
Componentes curriculares do Eixo de Formação Estruturante (EFE)			
Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	1	60	4
História das Relações Internacionais I	2	60	4
Geografia Política	2	60	4
História das Relações Internacionais II	3	60	4
Teoria das Relações Internacionais I	3	60	4
Metodologia Científica para Relações Internacionais	3	60	4
Teoria das Relações Internacionais II	4	60	4
Política Externa Brasileira I	4	60	4
Organizações Internacionais	4	60	4
Política Externa Brasileira II	5	60	4
Teoria das Relações Internacionais III	5	60	4
Relações Internacionais da América do Sul	5	60	4
Relações Internacionais da América do Norte	5	60	4
Introdução aos Estudos Estratégicos e de Defesa	5	60	4
Política Externa Brasileira III	6	60	4
Relações Internacionais da África	6	60	4

Relações Internacionais da Ásia	6	60	4
Relações Internacionais do Oriente Médio	6	60	4
Relações Internacionais da Rússia e Eurásia	6	60	4
Segurança Internacional	7	60	4
Relações Internacionais da América Central e Caribe	8	60	4
Componentes curriculares do Eixo de Formação Interdisciplinar (EFI)	Semestre Letivo	CH	Créd.
História Econômica, Política e Social Geral	1	60	4
Introdução ao Direito	1	60	4
Introdução à Economia para Relações Internacionais	1	60	4
Introdução à Sociologia para Relações Internacionais	1	60	4
Teoria Política Clássica	2	60	4
Teoria Econômica	2	60	4
Estatística Aplicada	2	60	4
Teoria Política Moderna	3	60	4
Formação Econômica do Brasil	3	60	4
Direito Internacional Público	3	60	4
Economia Brasileira Contemporânea	4	60	4
Teoria Política Contemporânea	4	60	4
Direito Internacional Privado	4	60	4
Economia Internacional I	5	60	4
Economia Internacional II	6	60	4
Política Externa Uruguia	7	60	4
Religiões e Relações Internacionais	7	60	4
Componentes curriculares do Eixo de formação voltado à Atividade Profissional (EAP)	Semestre Letivo	CH	Créd.
Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	7	60	4
TCC I	7	90	6
Relações Internacionais Contemporâneas	8	60	4
TCC II	8	90	6

A integralização do currículo também se dará por meio dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs). O objetivo é permitir a formação ampla, abrangente e plural dos acadêmicos de Relações Internacionais. Tais CCCGs tratarão das mais variadas temáticas nacionais e internacionais, de acordo com a disponibilidade e área de pesquisa do corpo docente. Dessa forma, podem ser oferecidos Componentes Curriculares Complementares que contemplem conteúdos mais específicos, temáticos e atuais que não necessariamente estejam previstos na matriz curricular. Além disso, o estudante poderá cursar esses componentes curriculares em outro curso ou Campus sendo aproveitados como CCCG

caso tenha relação com o Curso ou como ACG caso não tenha.

Os CCCGs não serão ofertados permanentemente e sua quantidade poderá variar a cada semestre. Contudo, será oferecido para o acadêmico sempre o mínimo de 240 horas (no decorrer do curso) necessárias para integralização curricular. Esta estrutura numerosa permite ao acadêmico direcionar seus estudos para a área de seu interesse, complementado conteúdos curriculares e aprofundando a pesquisa.

Tabela 5 – CCCGs atualmente ofertados, por demanda

Componentes Curriculares Complementares de Graduação	Créditos	Carga Horária
Agronegócios Internacionais	4	60
Análise de conjuntura I	4	60
Análise de conjuntura II	4	60
Análise de conjuntura III	4	60
Análise de conjuntura IV	4	60
Análise e Resolução de Controvérsias Internacionais	2	30
Blocos Econômicos	4	60
Chinês elementar para leitura I	2	30
Chinês elementar para leitura II	4	60
Cinema e Soft power	4	60
Comércio Exterior	2	30
Conflitos Internacionais e Direito Humanitário	4	60
Contratos Internacionais	2	30
Contabilidade internacional	2	30
Corporações Multinacionais	2	30
Desenvolvimento em regiões de fronteira	2	30
Diplomacia Vaticana	2	30
Direito Aduaneiro	4	60
Direito Ambiental Internacional	4	60
Direito Comunitário e da Integração	2	30
Direito Econômico	4	60
Direito Econômico Internacional	4	60
Direito da Integração Latino-americana	2	30
Direito Fronteiriço	2	30
Direito Humanitário Internacional I	4	60
Direito Humanitário Internacional II	2	30
Direito Internacional e Desenvolvimento	4	60
Direito Internacional do Trabalho	2	30
Direitos Humanos I	4	60
Direitos Humanos II	2	30
Direitos Humanos e Relações Internacionais	4	60

E-commerce	4	60
Economia da América Latina	4	60
Espanhol instrumental I	2	30
Espanhol instrumental II	2	30
Estado e Sociedade na América Latina	4	60
Francês instrumental I	2	30
Francês instrumental II	2	30
Geografia Econômica	4	60
Gênero e Sistema de Justiça	2	30
História da África no Brasil	4	60
História do Brasil I	4	60
História do Brasil II	2	30
História da Ásia oriental	4	60
História do Pensamento Econômico I	4	60
Inglês instrumental I	2	30
Inglês instrumental II	2	30
Idiomas I	2	30
Idiomas II	4	60
Idiomas III	2	30
Idiomas IV	4	60
Inglês instrumental II	2	30
Integração e Blocos Econômicos Internacionais	2	30
Internacionalização de empresa	2	30
Italiano instrumental I	2	30
Italiano instrumental II	2	30
Laboratório I: Análise de Política Internacional	2	30
Laboratório II: Análise de Comércio Internacional	2	30
Leitura e Produção Textual	2	30
Libras I	4	60
Libras II	4	60
Língua portuguesa	4	60
Logística Humanitária	2	30
Logística Internacional	4	60
Mecanismos de solução de Controvérsias Internacionais	2	30
Meio Ambiente e Relações Internacionais	2	30
Mercado de capitais	4	60
Metodologia da pesquisa	2	30
Métodos quanti e qualitativos	2	30
Narcotráfico e Relações Internacionais	2	30
Negociações Internacionais	2	30
Planejamento e Desenvolvimento local	2	30
Propriedade Intelectual e Patentes Internacionais	4	60
Seminário de História do Brasil I	4	60
Seminário de História do Brasil II	2	30
Seminário de Integração Regional I	4	60

Seminário de Integração Regional II	2	30
Seminário de Integração Regional III	4	60
Seminário de Integração Regional IV	2	30
Seminário de relações internacionais da África I	4	60
Seminário de relações internacionais da África II	2	30
Seminário de relações internacionais da África III	4	60
Seminário de relações internacionais da África IV	2	30
Seminário de relações internacionais da América Latina I	4	60
Seminário de relações internacionais da América Latina II	2	30
Seminário de relações internacionais da América Latina III	4	60
Seminário de relações internacionais da América Latina IV	2	30
Seminário de relações internacionais da América Central I	4	60
Seminário de relações internacionais da América Central II	2	30
Seminário de relações internacionais da América do Norte I	4	60
Seminário de relações internacionais da América do Norte II	2	30
Seminário de relações internacionais da Ásia I	4	60
Seminário de relações internacionais da Ásia II	2	30
Seminário de relações internacionais da Ásia III	4	60
Seminário de relações internacionais da Ásia IV	2	30
Seminário de relações internacionais da Europa I	4	60
Seminário de relações internacionais da Europa II	2	30
Seminário de relações internacionais da Europa III	4	60
Seminário de relações internacionais da Europa IV	2	30
Seminário de relações internacionais do Brasil I	4	60
Seminário de relações internacionais do Brasil II	2	30
Seminário de relações internacionais do Brasil III	4	60
Seminário de relações internacionais do Brasil IV	2	30
Seminário de relações internacionais dos EUA I	4	60
Seminário de relações internacionais dos EUA II	2	30
Seminário de relações internacionais I	4	60
Seminário de relações internacionais II	2	30
Seminário de relações internacionais III	4	60
Seminário de relações internacionais IV	2	30
Seminário de relações internacionais V	4	60
Seminário de relações internacionais VI	2	30
Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria I	4	60
Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria II	2	30
Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria III	4	60
Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria IV	2	30
Sistemas de Direitos Humanos	2	30
Sistema financeiro internacional	4	60
Sociedade e cultura no Brasil	4	60
Sociologia das relações internacionais	4	60
Sociologia das relações fronteiriças do Brasil	4	60
Teoria dos jogos	2	30

Teorias do Desenvolvimento e Pensamento Latino Americano	4	60
Terrorismo e relações internacionais	2	30
Tópicos Avançados em Desenvolvimento	4	60
Tópicos Avançados em Economia Internacional	4	60
Tópicos de Relações Internacionais I	4	60
Tópicos de Relações Internacionais II	4	60
Tópicos de Relações Internacionais III	2	30
Tópicos de Relações Internacionais IV	2	30
Tópicos de Relações Internacionais V	4	60
Tópicos de Relações Internacionais VI	2	30
Tópicos emergentes em relações internacionais	4	60
Tópicos em Direito I	4	60
Tópicos em Direito II	2	30
Tópicos em Direito III	4	60
Tópicos em Direito IV	2	30
Tópicos em Direito V	4	60
Tópicos em Direito VI	2	30
Tópicos em Direito Internacional Público I	4	60
Tópicos em Direito Internacional Público II	2	30
Tópicos em Direito Internacional Privado I	4	60
Tópicos em Direito Internacional Privado II	2	30
Tópicos em Economia I	4	60
Tópicos em Economia II	2	30
Tópicos em Economia III	4	60
Tópicos em Economia IV	2	30
Tópicos em Economia Internacional I	4	60
Tópicos em Economia Internacional II	2	30
Tópicos em Economia Internacional III	4	60
Tópicos em Economia Internacional IV	2	30

Cabe destacar que em relação aos Componentes Curriculares referentes às relações étnico-raciais, além dos previstos CCCGs História da África no Brasil, Sociedade e cultura no Brasil e Seminário de relações internacionais do Brasil I (relações Brasil-África), ambos de 60 horas-aula, também em outros componentes curriculares obrigatórios (como Relações Internacionais da Ásia, da África, Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira Contemporânea e Política Externa Brasileira I, II e III) são previstos conteúdos relacionados à essas questões.

2.3.1.1. Atividades Complementares de Graduação:

As Atividades Complementares de Graduação (ACG's) são componentes curriculares

de caráter acadêmico, científico e cultural que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, quando o discente alargará seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas. Objetivam estimular a prática de estudos independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, integrando-se às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Os objetivos das ACG's são:

a) estimular à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares;

b) promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As ACG's obedecem aos seguintes princípios e diretrizes, conforme parecer CNE/CES Nº 0146/2002:

a) flexibilidade curricular dos cursos de graduação mediante adoção de estratégias acadêmicas e de atividades didáticas que despertem no estudante a necessidade de interação com outras áreas do saber e, de modo especial, com o mundo do trabalho e da cultura, desde o início do curso;

b) estímulo ao desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo do estudante e à criação cultural, mediante incentivo à permanente e contextualizada atualização profissional;

c) promoção à participação dos estudantes nas atividades de extensão visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, incentivando-os a estabelecer com a comunidade uma relação de reciprocidade.

As Atividades Complementares serão validadas academicamente pela Comissão de Curso, mesmo se realizadas em situações de aprendizagem fora da instituição, desde que vinculadas ao mundo do trabalho e à prática social. Os tipos de atividades complementares que podem ser validadas na Comissão de Curso, conforme Resolução Nº 29/2011:

1. **Ensino:** A monitoria é entendida como iniciação docente, acompanhada do professor titular da turma ou do componente curricular;

2. **Extensão:** A participação dos acadêmicos em projetos de extensão será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição;

3. **Pesquisa:** Participação em projetos de pesquisa será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição. Nesse item, insere-se a Iniciação científica, pois considera-se como tal a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa que estejam em desenvolvimento na Universidade, ligados à área de estudos do curso, sob a responsabilidade de um professor-pesquisador, que tenha o projeto aprovado pelos órgãos competentes na instituição;

4. **Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão:** Congressos, Simpósios, Módulos Temáticos (grupos de estudos), Palestras, Oficinas, Encontros, Cursos de Língua Estrangeira, Bancas (assistência a bancas: graduação e pós-graduação), estágios não obrigatórios.

Tabela 6 – Horas das ACGs

Atividade	Horas*
Ensino	Mínimo de 18 horas (10% do total)
Pesquisa	Mínimo de 18 horas (10% do total)
Extensão	Mínimo de 18 horas (10% do total)
Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão	Mínimo de 18 horas (10% do total)

Esclarece-se que as horas listadas na Tabela 6 são as mínimas exigidas para cada modalidade, havendo, contudo, a obrigatoriedade de que, no cômputo geral, o(a) discente possua no mínimo 180 horas totais de ACGs ao final do curso.

Cabe ressaltar que a ocasional produção intelectual (por meio de livros, artigos, resumos, apostilas, palestras, material de cunho artístico, obtenção de prêmios, registro de patentes, participação em eventos na condição de membro organizador e demais atividades desta natureza) pode ser inserida em qualquer uma das modalidades, dependente de sua natureza. A orientação básica e normativa da Universidade indica que o aluno deverá possuir o mínimo de 10% do total de horas de ACGs em cada uma das seguintes atividades: ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais. A sequência para o registro das atividades é o seguinte:

- a) entrega dos documentos comprobatórios da realização das atividades na Secretaria Acadêmica, por meio do preenchimento de formulário específico para tal;
- b) avaliação das atividades e certificados pela Comissão de Curso, lideradas pela coordenação de curso;
- c) aprovação e validação (ou não) das atividades pela Comissão de Curso;
- d) atividades aprovadas deverão ser encaminhadas na forma de documento para a

Secretaria Acadêmica, visando o registro no histórico do aluno (SIE);

e) atividades rejeitadas deverão ser indicadas pela Comissão de Curso ao aluno (incluindo motivo da rejeição).

O registro da carga horária se dará da seguinte forma: todas as atividades serão computadas pela sua carga horária registrada no documento que a comprova, considerando os seguintes valores atribuídos conforme demonstrado abaixo:

2.3.1.1.1 Disposições gerais sobre as ACGs:

(a) atividades realizadas pelo discente que não estejam previstas especificamente poderão ser avaliadas e validadas como atividade complementar, caso a Comissão de Curso julgue a solicitação pertinente;

(b) o discente será orientado a realizar as Atividades Complementares ao longo do curso, a partir do 1º semestre, satisfazendo suas exigências, progressivamente, de modo a evitar o acúmulo da carga horária total para o final do curso;

(c) somente serão reconhecidas e validadas as atividades realizadas após o ingresso no curso.

(d) Atividades Complementares realizadas em outra instituição por estudantes que ingressaram através da modalidade extra-vestibular poderão ser validadas desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o estudante estava realizando o curso do qual foi transferido.

(e) discentes afastados da Universidade por trancamento de matrícula ou abandono de curso, poderão ter contabilizadas as Atividades Complementares realizadas nesse intervalo. Casos omissos serão avaliados pela Comissão de Curso.

2.3.1.2. *Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II)*

Os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I, referente à elaboração do projeto de TCC) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) são regidas por normas próprias, discutidas e aprovadas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e da Comissão do Curso de Relações Internacionais (ver Anexo I).

2.3.1.3. *Plano de integralização da carga horária do curso*

A integralização curricular é feita pelo sistema de horas-aula, observados os limites mínimos e máximos de componentes curriculares por período letivo (120h e 540h, respectivamente). Cada crédito significa 15 horas-aula. Considera-se cumprido o currículo

mínimo quando o aluno tiver obtido o total de horas-aula correspondentes ao somatório dos créditos, aí incluída a elaboração e defesa do TCC, as CCCGs e as ACGs.

2.3.2. Metodologias de ensino e avaliação

A ação pedagógica do professor será mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Assim, o discente deve ser o centro do processo educativo. Exigindo uma prática pedagógica inovadora, centrada na realidade: do aluno, do contexto social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida.

Para tanto, faz-se necessária uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Na tentativa de buscar tal proposta, torna-se importante ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, superando a dicotomia entre a teoria e a prática, reconhecendo e buscando construir a interdisciplinaridade. Serão utilizadas estratégias de ensino e aprendizagem, como: aulas expositivo/dialogadas, seminários, debates, resolução de exercícios, estudos dirigidos, simulações computacionais, investigações científicas, resolução de problemas, projetos de trabalho, visitas técnicas. O peso e a periodicidade das avaliações serão definidos pelos professores, individualmente, conforme as necessidades de cada componente curricular ministrado estabelecendo critérios claros e objetivos de acordo com a avaliação a ser realizada.

Quanto à verificação da aprendizagem, conforme a metodologia proposta, acredita-se na avaliação como um processo contínuo, sendo assim, a aprovação nas atividades do curso dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do seu período de realização, na forma prevista nos planos de ensino dos professores. Conforme as Normas da Graduação na Universidade Federal do Pampa, em seu art. 59, parágrafo 6º, estará aprovado o discente que alcançar a nota mínima final de 6,0 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação, além de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular.

Então, como citado, na UNIPAMPA, conforme redação do art. 61, das Normas Básicas da Graduação, a todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação e

promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente. As atividades de recuperação são descritas nos respectivos Planos de Ensino, resguardado ao docente o direito e o dever de planejamento dessas atividades, como exemplo: aulas de reposição, correção de avaliações em conjunto, questionários e exercícios complementares, além de leituras e realização de seminários adicionais sobre o conteúdo em questão.

Na perspectiva proposta a avaliação será realizada com as seguintes finalidades:

- Avaliação Diagnóstica: utilizada no início da aprendizagem para determinar a presença ou ausência de habilidades e/ou pré-requisitos, identificando as causas de dificuldades na aprendizagem e conhecimento dos acadêmicos;
- Avaliação Formativa: empregada durante o processo de aprendizagem para promover desempenho mais eficiente, identificando o progresso do acadêmico quanto aos seus conhecimentos e habilidades, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino. Dessa forma a avaliação possibilita ao professor o planejamento de atividades corretivas, de enriquecimento, de complementação, evolução e aperfeiçoamento dos objetivos estabelecidos e oportuniza aos discentes a possibilidade de novas construções, recuperando conhecimentos antes não atingidos.
- Avaliação Somativa: tem por objetivo quantificar o desempenho apresentado pelos acadêmicos expressando-o de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição.

Ainda, como metodologias de ensino, são propostos pelos docentes do curso seminários com leituras prévias de textos, debates, aulas expositivas dialogadas e atividades de ensino em ambiente virtual de aprendizagem (por meio do uso da Plataforma Moodle). Essas metodologias, em contínuo processo de evolução e avaliação, complementam a formação do discente, pois instigam-no a uma análise crítica dos conteúdos e da realidade. Nesse sentido, o curso entende que a avaliação do discente deve ser processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

2.3.3. Matriz curricular e estrutura do currículo

1º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
--------	-----------------------	----------	---------------	---------------	------------------------

SL0001	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	4	60	--	EFE
SL0002	História Econômica, Política e Social Geral	4	60	--	EFI
	Introdução ao Direito	4	60	--	EFI
	Introdução à Economia para Relações Internacionais	4	60	--	EFI
	Introdução à Sociologia para Relações Internacionais	4	60	--	EFI
	Total	20	300		

2º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
SL0005	História das Relações Internacionais I	4	60	História Econômica, Política e Social Geral	EFE
SL0004	Geografia Política	4	60	--	EFE
SL0006	Teoria Política Clássica	4	60	--	EFI
30604	Teoria Econômica	4	60	Introdução à Economia e Relações Internacionais	EFI
ADM004	Estatística Aplicada	4	60	--	EFI
	Total	20	300		

3º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
SL0010	História das Relações Internacionais II	4	60	História das Relações Internacionais I (SL0005)	EFE
SL0011	Teoria das Relações Internacionais I	4	60	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	EFE
	Metodologia Científica para Relações Internacionais	4	60	--	EFE
SL0009	Teoria Política Moderna	4	60	Teoria Política Clássica	EFI
SL0012	Formação Econômica do Brasil	4	60	--	EFI
SL0008	Direito Internacional Público	4	60	Introdução ao Direito	EFI

	Total	24	360		
--	--------------	-----------	------------	--	--

4º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
SL0015	Política Externa Brasileira I	4	60	Introdução ao Estudo de RI, HEPSG, FEB	EFE
SL0017	Teoria das Relações Internacionais II	4	60	Teoria das Relações Internacionais I (SL0011)	EFE
SL0014	Economia Brasileira Contemporânea	4	60	Formação Econômica do Brasil (SL0012)	EFI
	Teoria Política Contemporânea	4	60	Teoria Política Moderna	EFI
SL0026	Organizações Internacionais	4	60	--	EFE
SL0022	Direito Internacional Privado	4	60	Introdução ao Direito	EFE
	Total	24	360		

5º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
SL0019	Política Externa Brasileira II	4	60	Política Externa Brasileira I (SL0015)	EFE
SL0024	Teoria das Relações Internacionais III	4	60	Teoria das Relações Internacionais II	EFE
SL0020	Relações Internacionais da América do Sul	4	60	História das Relações Internacionais II	EFE
SL0024	Economia internacional I	4	60	Introdução à Economia e Relações Internacionais	EFI
	Relações Internacionais da América do Norte	4	60	História das Relações Internacionais II	EFE
	Introdução aos Estudos Estratégicos e de Defesa	4	60	Teoria das Relações Internacionais I (SL0011)	EFE
	Total	24	360		

6º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
	Política Externa Brasileira III	4	60	Política Externa Brasileira II	EFE

SL0027	Relações Internacionais da África	4	60	História das Relações Internacionais II	EFE
	Relações Internacionais da Ásia	4	60	História das Relações Internacionais II	EFE
SL0030	Relações Internacionais do Oriente Médio	4	60	História das Relações Internacionais II	EFE
	Relações Internacionais da Rússia e Eurásia	4	60	História das Relações Internacionais II	EFE
SL0029	Economia Internacional II	4	60	Economia Internacional I (SL0024)	EFI
	Total	24	360		

7º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
	Política Externa Uruguaia	4	60	História das Relações Internacionais II	EFI
SL0028	Segurança Internacional	4	60	Geografia política, Teoria das Relações Internacionais II	EFE
SL0031	Religiões e Relações Internacionais	4	60	História das Relações Internacionais II	EFI
SL0025	Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	4	60	Direito Internacional Privado	EAP
SL0032	TCC I	6	90	História das Relações Internacionais II, Metodologia Científica para Relações Internacionais, Economia Brasileira Contemporânea, Teoria das Relações Internacionais III, Política Externa Brasileira III, Teoria Política Contemporânea, Direito Internacional Público, Organizações Internacionais, Economia Internacional II	EAP
	Total	22	330		

8º Semestre

Código	Componente curricular	Créditos	Carga Horária	Pré-Requisito	Estrutura do currículo
---------------	------------------------------	-----------------	----------------------	----------------------	-------------------------------

	Relações Internacionais da América Central e Caribe	4	60	Relações Internacionais da América do Norte, Relações Internacionais da América do Sul	EFE
	Relações Internacionais Contemporâneas	4	60	Relações Internacionais da América do Sul, Relações Internacionais da África, Política Externa Brasileira III, Relações Internacionais da Ásia, Relações Internacionais do Oriente Médio, Relações Internacionais da Rússia e Eurásia, Relações Internacionais da América do Norte, Relações Internacionais da América do Sul	EAP
SL0036	TCC II	6	90	TCC I	EAP
	Total	14	210		
	Total da Matriz Curricular		2.580 horas		
	Atividades Complementares de Graduação	-	180 horas		
	CCCGs	-	240 horas		
	TOTAL GERAL		3.000 horas		

2.3.4 Matriz de equivalência dos componentes curriculares

Para os alunos que estão cursando a matriz curricular do PPC vigente do Curso, deverá ser feita a migração de currículo. Para tal, é necessário estabelecer as equivalências dos componentes curriculares. O Quadro abaixo apresenta a equivalência dos componentes obrigatórios entre as matrizes curriculares anterior e atual. A partir de 2019, todos os novos alunos ingressarão automaticamente na nova grade.

1º Semestre

Código	Componente curricular anterior	Carga Horária	Novo Componente curricular	Carga Horária	Observações	Medida Resolutiva
SL0001	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	60	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	60		
SLAD101	Fundamentos de Ciência Política	60	Teoria Política Clássica	60	Será ofertado no 2º semestre	Sem pendências

SL0002	História Econômica, Política e Social Geral	60	História Econômica, Política e Social Geral	60		
SLAD102	Fundamentos de Economia	60	Introdução à Economia para Relações Internacionais	60		
SLAD105	Fundamentos de Sociologia	60	Introdução à Sociologia para Relações Internacionais	60		
			Introdução ao Direito	60		

2º Semestre

Código	Componente curricular anterior	Carga Horária	Novo Componente curricular	Carga Horária	Observações	Medida Resolutiva
SL0006	Introdução ao Direito	60	Introdução ao Direito	60	Será ofertado no 1º semestre	Sem pendências
SL0003	Teoria Política Clássica	60	Teoria Política Clássica	60		
30604	Teoria Econômica	60	Teoria Econômica	60		
SL0004	Geografia Política	60	Geografia Política	60		
SL0005	História das Relações Internacionais I	60	História das Relações Internacionais I	60		
			Estatística Aplicada	60	Equivalente a ADM004	Sem pendências

Código	Componente curricular anterior	Carga Horária	Novo Componente curricular	Carga Horária	Observações	Medida Resolutiva
SL0008	Direito Internacional Público	60	Direito Internacional Público	60		
SL0009	Teoria Política Moderna e Contemporânea	60	Teoria Política Moderna	60		
SL0010	História das Relações Internacionais II	60	História das Relações Internacionais II	60		
33601	Metodologia Científica	30	Metodologia Científica para Relações	60		

			Internacionais			
SL0011	Teoria das Relações Internacionais I	60	Teoria das Relações Internacionais I	60		
SL0012	Formação Econômica do Brasil	60	Formação Econômica do Brasil	60		

3º Semestre**4º Semestre**

Código	Componente curricular anterior	Carga horária	Novo Componente curricular	Carga Horária	Observações	Medida Resolutiva
SL0014	Economia Brasileira Contemporânea	60	Economia Brasileira Contemporânea	60		
SL0015	Política Externa Brasileira I	60	Política Externa Brasileira I	60		
			Teoria Política Contemporânea	60	Equivalente a SL0009	Sem pendências
SL0017	Teoria das Relações Internacionais II	60	Teoria das Relações Internacionais II	60		
SL0026	Organismos Internacionais	60	Organizações Internacionais	60		
			Direito Internacional Privado	60		

5º Semestre

Código	Componente curricular anterior	Carga Horária	Novo Componente curricular	Carga horária	Observações	Medida Resolutiva
SL0019	Política Externa Brasileira II	60	Política Externa Brasileira II	60		
			Teoria das Relações Internacionais III	60	Equivalente a SL0017	Sem pendências
SL0020	Relações Internacionais da América Latina	60	Relações Internacionais da América do Sul	60		
SL0024	Economia Internacional I	60	Economia Internacional I	60		

			Relações Internacionais da América do Norte	60	Equivalente a SL0020	Sem pendências
	Estatística	60	Estatística Aplicada	60	Será ofertada no 2º semestre	Sem pendências
	Contabilidade Internacional	30			Equivalente a CCCG	Aproveitamentos das horas como CCCG
	Direito Internacional Privado	30	Direito Internacional Privado	60	Será ofertada no 4º semestre (60h)	Sem pendências
			Introdução aos Estudos Estratégicos e de Defesa	60	Equivalente a SL0001	Sem pendências

6º Semestre

Código	Componente curricular anterior	Carga Horária	Novo Componente curricular	Carga horária	Observações	Medida Resolutiva
SL0025	Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	60	Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	60	Será ofertado no 7º semestre	Sem pendências
		60	Política Externa Brasileira III	60	Equivalente a SL0019	Sem pendências
SL0027	Relações Internacionais da Ásia e África	60	Relações Internacionais da África	60	Equivalente a SL0027	Sem pendências
			Relações Internacionais da Ásia	60	Equivalente a SL0027	Sem pendências
			Relações Internacionais da Eurásia e Rússia	60	Equivalente a SL0010	Sem pendências
SL0029	Economia internacional II	60	Economia internacional II	60		
	Direito Comunitário e da Integração	30			Equivalente a CCCG	Aproveitamentos das horas como CCCG
	Segurança Internacional	30	Segurança Internacional	60	Será ofertado no 7º semestre	Sem pendências

					(60h)	
--	--	--	--	--	-------	--

7º Semestre

Código	Componente curricular anterior	Carga Horária	Novo Componente curricular	Carga horária	Observações	Medida Resolutiva
			Política Externa Uruguia	60	Equivalente a SL0020	Sem pendências
SL0030	Relações Internacionais do Oriente Médio	30	Relações Internacionais do Oriente Médio	60	Será ofertado no 6º semestre (60h)	Sem pendências
SL0031	História das Grandes Religiões	30	Religiões e Relações Internacionais	60		
SL0032	TCC I	60	TCC I	90		
SL0035	Direito Fronteiriço	2		30	Equivalente a CCCG	Aproveitamento das horas como CCCG
SL0034	Sistema Financeiro Internacional	4		60	Equivalente a CCCG	Aproveitamento das horas como CCCG
SL0025			Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	60		Sem pendências

8º Semestre

Código	Componente curricular anterior	Carga Horária	Novo Componente curricular	Carga horária	Observações	Medida Resolutiva
SL0036	TCC II	60	TCC II	90		
SL0037	Estágio Supervisionado	90			Equivalente a ACG	Aproveitamento das horas excedentes como ACG
SL0038	Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil	60			Equivalente a CCCG	Aproveitamento das horas como CCCG
			Relações Internacionais da América Central e Caribe	60	Equivalente a SL0020	Sem pendências

			Relações Internacionais Contemporâneas	60	Equivalente a SL0010	Sem pendências
--	--	--	--	----	----------------------	----------------

2.3.5. Ementário

2.3.5.1. Ementas dos componentes curriculares obrigatórios.

1º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	Carga horária: 60 h
Ementa	
Introdução ao estudo e conceito de Relações Internacionais. Sociologia das Relações Internacionais: Sistema internacional; Atores internacionais; Meio internacional e seus fatores. Introdução às teorias das Relações Internacionais. Introdução à Política Externa Brasileira. Introdução à Ciência Política.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Abordar os temas principais das Relações Internacionais: conceitos básicos, características do sistema internacional e seus atores: Estados, organizações internacionais e outros agentes internacionais.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os principais conceitos das Relações Internacionais; - Desenvolver habilidades gerais para utilização ao longo das demais disciplinas do curso; - Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; - Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; - Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (org.) Política internacional, política externa & relações internacionais. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações internacionais: teoria e abordagens. Zahar, 2007.</p> <p>PECEQUILO, Cristina. Introdução às Relações Internacionais. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UnB, 1998.</p> <p>JATOBÁ, Daniel. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SARAIVA, José S. (org.) O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: IBRI, 2005.</p> <p>HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.</p> <p>SAFARTI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: História Econômica, Política e Social Geral	Carga horária: 60 h
Ementa	

Pré-História e a transição da Barbárie para a Civilização. História Antiga e a transição do Escravismo para o Feudalismo. Idade Média e a transição do Feudalismo para o Capitalismo. Idade Moderna e a formação/expansão do capitalismo. Idade Contemporânea e as transformações sócio-políticas e econômicas do capitalismo. Século XX, Capitalismo e Socialismo. Pós-Guerra Fria e a Nova (des)ordem mundial no século XXI.

Objetivos

Objetivo Geral:

Compreender o processo histórico da humanidade, analisando as principais mudanças e transformações econômicas, políticas e sociais.

Objetivos Específicos:

- Adquirir capacidade interpretação crítica sobre a história da humanidade.
- Compreender as estruturas políticas, econômicas e sociais históricas (Modos de Produção).
- Identificar os atores sociais que participam da construção e transformação das estruturas política e econômicas.
- Estimular a busca de conhecimentos e pesquisa histórica para compreensão dos fenômenos atuais.

Referências Bibliográficas Básicas

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. São Paulo: Campus, 1989 (reimpressão de 2010).

HOBBSAWM, Eric J. **A era das Revoluções: 1789-1848**. 25ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes & PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britannica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

ARRUDA, José J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ed. Edusc, 2005.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Introdução ao Direito

Carga horária: 60 h

Ementa

Noções do direito. Origem e definições. Direito natural e positivo. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Fontes do direito. Aplicação das normas jurídicas. Ordenamento Jurídico e Direito Comunitário. Ramos do Direito: direito público, direito privado e misto.

Objetivos

Objetivo Geral:

- Discutir, de forma sistêmica, os conteúdos imprescindíveis à compreensão dos principais conceitos que envolvem a Introdução ao Direito, proporcionando a assimilação estruturada, através de método reflexivo e prático, indispensável ao exercício profissional. Introduzir, de modo interdisciplinar, os estudantes aos principais debates teóricos do Direito focando nas relações Internacionais.

Objetivos Específicos:

- Definir o objeto de estudo do Direito e seu campo de atuação;
- Familiarizar os estudantes com os conceitos básicos usados no Direito;
- Compreender as fontes de surgimento do Direito;
- Verificar as formas de aplicação das Normas Jurídicas;
- Introduzir à teoria do ordenamento jurídico;
- Iniciar o estudo dos ramos do Direito público e privado.

Referências Bibliográficas Básicas

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do Direito**. 40ª ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2013.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de direito público e privado**. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do**. 42ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 5 Ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Introdução à Economia para Relações Internacionais	Carga horária: 60 h
---	---------------------

Ementa

Elementos que fundamentam a ciência econômica. Notas sobre o pensamento econômico. Conceito de economia e o problema econômico. Papel dos diversos agentes que intervêm na atividade econômica. Sistemas econômicos. Funcionamento do mercado. Oferta, demanda e elasticidades. Tecnologia e custos de produção. Estruturas de mercado. Teoria macroeconômica: evolução e situação atual. Medidas da atividade Econômica.

Objetivos

Objetivo Geral:

Introduzir aos graduandos conceitos fundamentais de economia, levando-os a conhecer a evolução do pensamento econômico. Compreender as formulações teóricas estudadas na microeconomia e criar competências para aplicá-las.

Objetivos Específicos:

- Compreender os principais conceitos da Economia aplicados às Relações Internacionais;
- Desenvolver habilidades gerais para utilização ao longo das demais disciplinas do curso;
- Desenvolver a capacidade de reflexão crítica;
- Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas;
- Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

Referências Bibliográficas Básicas

CARNEIRO, Ricardo. (Org.) **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 2003. (Vol. 1)

PASSOS, Roberto M.; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 5ª Ed. São Paulo: Thompson, 2006.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**: Princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001

PEREIRA, Luis Carlos Bresser (Org.). **Economia brasileira na encruzilhada**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. PINHO, Diva Benevides;

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 17ª. Ed. São Paulo, Atlas, 2005.

PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5ª edição São Paulo: Ed. Thompson, 2006. WESSELS, Walter J. **Economia**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva 2010.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). **Manual de Economia**: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Introdução à Sociologia para as Relações Internacionais	Carga horária: 60 h
--	---------------------

Ementa

Contexto histórico de surgimento da Sociologia. Diferenças de método entre filosofia social e sociologia. Pensamento sociológico de Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e sua relevância metodológica e temática para o estudo das Relações Internacionais.

Objetivos

Objetivo Geral:

Estudar os paradigmas fundamentais da Sociologia relacionado-os às exigências do campus e do curso específicos como instrumento de exercício da interpretação dos fatos sociais, aplicados às Relações Internacionais.

Objetivos Específicos:

- Compreender os principais conceitos da Sociologia;
- Desenvolver habilidades gerais para utilização ao longo das demais disciplinas do curso;
- Desenvolver a capacidade de reflexão crítica;
- Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas;
- Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

Referências Bibliográficas Básicas

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia política**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, volume 1. Brasília: Ed. UnB, 1999. BOURDIER, Pierre. **Ofício de Sociólogo**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010

2º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: História das Relações Internacionais I	Carga horária: 60 h
Ementa	
A formação do sistema mundial. Os sistemas regionais do mundo pré-capitalista. O capitalismo mercantil e a ascensão da Europa. A Europa mercantil e colonial dos séculos XIV a XVIII. O equilíbrio europeu. A fase ibérica e a expansão colonial. A Pax Britânica (1776-1890). A hegemonia mundial britânica e a Europa conservadora. O Congresso de Viena e a reorganização da Europa.	
Objetivos	
Objetivo Geral: - Analisar e compreender o desenvolvimento do sistema internacional contemporâneo a partir da evolução histórica das estruturas do passado.	
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura do sistema internacional; - Compreender a evolução das relações internacionais a partir dos sistemas regionais do mundo pré-capitalista até a reorganização da Europa no Congresso de Viena; - Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; - Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências . Rio de Janeiro: Campus, 1991.	
LESSA, Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o mundo do século XIX . Petrópolis: Vozes, 2005.	
VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI . Petrópolis: Vozes, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX . São Paulo: UNESP, 1996.	
HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1914–1991 . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	
_____. A era das revoluções . São Paulo: Paz e Terra, 1989	
LESSA, Antônio Carlos. História das relações internacionais: a pax britânica e o mundo do século XIX . Petrópolis, Vozes, 2008.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Geografia Política	Carga horária: 60 h
Ementa	
A criação e significado dos conceitos de Geografia Política e Geopolítica. Declínio do discurso geopolítico. O debate sobre o Imperialismo. Poder espacial no mundo contemporâneo. Aspectos da globalização relacionados com as Relações Internacionais.	
Objetivos	
Objetivo Geral: - Construir, com os acadêmicos, conhecimento introdutório acerca da Geografia Política e Geopolítica. Estudar teorias que deem suporte a análises específicas na área e em outros segmentos de Segurança e/ou Relações Internacionais.	
Objetivos Específicos: 1. Conhecer a história da Geografia Política e Geopolítica; 2. Conhecer as contribuições dos principais teóricos dessa área das Ciências; 3. Entender como os chefes de Estados se apropriam(ram) do conhecimento dessas áreas das Ciências no intuito de promoverem as guerras; e, 4. Entender o	

processo de utilização de teorias de Geopolítica na elaboração das Políticas Externas das Grandes Potências.

Referências Bibliográficas Básicas

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
 MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1999.
 SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal**. São Paulo: Editora Record, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política Território, Escalas de Ação e Instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
 COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: The Geography of International Relations**. Lanhan USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2008.
 LACOSTE Yves. **A geografia Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 17ª. ed. Campinas/SP: Papirus, 2010.
 RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
 RATZEL, Fredrich. **Géographie Politique**. Paris: Economica, 1988.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Teoria Política Clássica	Carga horária: 60 h
---	---------------------

Ementa

Conceitos de política e poder. Estudo de textos clássicos de Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Marsílio de Pádua. Conceitos de sociedade, justiça, educação, cristianismo, livre arbítrio, e predestinação.

Objetivos

Objetivo Geral:

Apresentar aos alunos noções de Filosofia Política e de Teoria Política Clássica, para que possam apreender e compreender os conceitos básicos da política, presentes nas ações de líderes e cidadãos desde a Antiguidade até os dias de hoje. Assim, poderão perceber a Teoria Política Clássica como a origem dos fundamentos estudados pela Ciência Política e pelas principais teorias de Relações Internacionais.

Objetivos Específicos:

1. Adquirir noções de Filosofia Política e de Teoria Política Clássica.
2. Compreender os conceitos básicos da política.
3. Identificar a origem dos fundamentos estudados pela Ciência Política e pelas principais teorias de Relações Internacionais.
4. Problematicar e discutir questões éticas e morais da atividade política e entender como a correta compreensão e análise da teoria e da prática política são essenciais para o bom profissional de Relações Internacionais em âmbito público e privado.

Referências Bibliográficas Básicas

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 16ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
 DALLARI, Dalmo de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: Editora L&M, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 16ª reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

WEFFORT, Francisco (Org). Os clássicos da política (vol 1). 14ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006. BITTAR, Eduardo. Curso de Filosofia Política. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. HOBBS, Thomas. Leviatã. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2008. ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Teoria Econômica	Carga horária: 60 h
Ementa	
Contabilidade social. Política fiscal e Setor Público. Moeda, mercado financeiro e taxa de juros. Setor externo (Política cambial, Política Comercial e Balanço de Pagamentos). Inflação (demanda, custos e inercial) e Curva de Phillips. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Estudo das crises recentes.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Conhecer e interpretar a aplicabilidade da macroeconomia. Oferecer instrumentos de análise que servirão para compreender as mudanças que vem ocorrendo na economia mundial.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aprofundar as discussões sobre justiça a partir dos autores apresentados 2. Estudar os Fundamentos da teoria macroeconômica 3. Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>KRUGMAN, Paul, WELLS, Robin. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>MANKIW, N. G. Introdução à Economia: Princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco A. Economia: Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2011.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>VASCONCELLOS, Marco A. e PINHO, Manual de Economia da USP. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>LOPES, L. M. e VASCONCELLOS, M. A . S. de. <u>Macroeconomia: nível básico e nível intermediário</u>. São Paulo: Atlas. 1998.</p> <p>MANKIW, N. G. <u>Macroeconomia</u>. Rio de Janeiro: LTC. 1995</p> <p>PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 5. ed. São Paulo: Thompson, 2006.</p> <p>ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 17. Ed. São Paulo, Atlas, 2005.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Estatística Aplicada	Carga horária: 60 h
Ementa	
Introdução à Estatística; Estatística Descritiva; Probabilidade e Distribuições de Probabilidade; Amostragem e Inferência Estatística.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Capacitar os acadêmicos na temática estatística por meio da apresentação e discussão de conceitos básicos, bem como pela aplicação de métodos estatísticos em diversos fenômenos das ciências sociais.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender as bases da Estatística, a partir dos conceitos básicos. 	

2. Articular as noções de Estatística aplicadas às Ciências Sociais Aplicadas.
Referências Bibliográficas Básicas
BARBETTA, Pedro A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2008. BARROW, Michael. Estatística para economia, contabilidade e administração . São Paulo: Ática, 2007. DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística aplicada . São Paulo: Saáiva, 2009.
Referências Bibliográficas Complementares
FREUND, J. Estatística aplicada . Porto Alegre: Bookman, 2007. LEVINE, D. M. ; STEPHAN D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. Estatística: teoria e aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 2008. ANDERSON, Davir R. (Org.) Estatística Aplicada à Administração e Economia . 2ª ed. São Paulo: Ed. Cengage 53 Learning, 2011. BRUNI, Adriano Leal. Estatística Aplicada à Gestão Empresarial . 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010 LARSON, Ron. Estatística Aplicada . 4ª ed. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2010.

3º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: História das Relações Internacionais II	Carga horária: 60 h
Ementa	
Antecedentes e eclosão da primeira Guerra Mundial. Período Entre Guerras. Segunda Guerra Mundial. Direitos Humanos. O mundo pós-Segunda Guerra Mundial: O mundo bipolar e a Guerra Fria. Descolonização. Surgimento do Movimento dos Não alinhados. Fim da Guerra Fria. Entre a unipolaridade e a multipolaridade: a construção de uma nova ordem internacional.	
Objetivos	
Objetivo Geral: - Analisar a evolução das Relações Internacionais a partir do período antecedente ao Primeiro Conflito Mundial até o atual período pós-Guerra Fria, visando compreender as matrizes da nova ordem mundial que está se compondo no início do século XXI..	
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura do sistema internacional; - Compreender a evolução das relações internacionais a partir do período antecedente ao Primeiro Conflito Mundial até os nossos dias; - Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; - Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; - Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
KENNEDY, Paul. Ascensão e declínio das grandes potências . Rio de Janeiro, Campus, 1993. SARAIVA, José Flavio S. História das Relações Internacionais Contemporâneas, da sociedade internacional do século XIX à era da globalização . São Paulo: Saraiva, 2008. VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia D. História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI . Petrópolis: Editora Vozes, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP, 1996.
 HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**, São Paulo: Cia das Letras, 1994
 VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Os dez anos que balaram o século XX: a política internacional de 1989 a 1999**. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Teoria das Relações Internacionais I	Carga horária: 60 h
Ementa	
O sistema internacional: os atores, o funcionamento, as forças profundas. Antecedentes e evolução da área de Relações Internacionais. A evolução das Relações Internacionais e os primeiros grandes debates. Teoria liberal e teoria realista das Relações Internacionais.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Compreender as principais correntes teóricas das Relações Internacionais entre o começo do século XX e o início dos anos 1970 a partir do estudo do pensamento clássico e do 1º grande debate entre realistas e idealistas, propiciando ao aluno a aplicação desses conceitos teóricos na análise da atual conjuntura internacional.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os principais atores do sistema internacional, de acordo com as teorias realista e liberal - Analisar as dinâmicas ator-ator e ator-sistema de acordo com as teorias realista e liberal - Compreender noções como equilíbrio de poder, sistema internacional, cooperação/competição internacional e o papel das organizações internacionais de acordo com as teorias supracitadas. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>SAFARTI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. São Paulo: Elsevier, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais: estudos de introdução. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>OLSSON, Giovanni. Relações Internacionais e seus atores na era da globalização. Curitiba: Juruá, 2009. HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. GONÇALVES, Joanesval B. et al. Introdução as Relações Internacionais: teoria e história. Brasília: Ed. ILB, 2009.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Metodologia Científica para Relações Internacionais	Carga horária: 60 h
Ementa	
História da Ciência. Tipos de conhecimento. A pesquisa e a construção do conhecimento em Relações Internacionais. Componentes e etapas da produção científica. Tipos de trabalhos científicos. Pesquisa quantitativa: finalidade, características. Pesquisa qualitativa: finalidade, características; relação entre qualitativo e quantitativo; métodos quantitativos e qualitativos de análise; técnicas e instrumentos de coleta de dados.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver nos discentes uma visão crítico-analítico da finalidade da pesquisa científica, suas 	

características, campos e tipos de pesquisas e atividades práticas, dando ênfase para a produção acadêmica na área de Relações Internacionais.

Objetivos Específicos:

- Identificar e analisar os princípios da evolução da Ciência, enfatizando o campo de Ciências Sociais e Aplicadas (Ciência Política e Relações Internacionais);
- Identificar os componentes e etapas da produção científica, tipos de trabalhos científicos, métodos, objetivos, procedimentos da pesquisa científica.

Referências Bibliográficas Básicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 2009.

CERVO, Amado L. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo Ed. Pearson Prentice Hall, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 01 ago 2016.

AQUINO, Italo de Souza. **Como ler artigos científicos**. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Sérgio da (org.). **Educação científica e desenvolvimento: o que pensam os cientistas**. Brasília: UNESCO/ INSTITUTO SANGARI, 2005.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Teoria Política Moderna

Carga horária: 60 h

Ementa

Introdução à Teoria Política Medieval; bases do pensamento político da modernidade; Maquiavel; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; Kant; Hamilton, Jay e Madison; Tocqueville; Mill; Hegel; Engels; Marx

Objetivos

Objetivo Geral:

Compreender as principais ideias do pensamento político do período moderno.

Objetivos Específicos:

1. Compreender, de forma introdutória, o pensamento político do medievo.
2. Entender as bases do pensamento político da modernidade.
3. Articular as noções de política e poder de acordo com os autores apresentados.
4. Interpretar a ligação entre o republicanismo contemporâneo e os autores modernos
5. Aliar os conhecimentos de Teoria Política Moderna ao estudo e à prática das Relações Internacionais

Referências Bibliográficas Básicas

HAMILTON, Alexander. MADISON, James. O Federalista n. 51. A estrutura do governo deve fornecer os freios e contrapesos (Checks and Balances) adequados entre os diversos departamentos. Disponível em <<http://perguntasapo.files.wordpress.com/2010/06/fed51.pdf>>. Acessado em 17/02/2016.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. Martins Fontes. São Paulo, 1997. Disponível em <[http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Hegel, Friedrich/Princípios_da_Filosofia_do_Direito.pdf](http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Hegel,Friedrich/Princípios_da_Filosofia_do_Direito.pdf)>. Acessado em 17/02/2016.

HOBBS, Thomas. Leviatã. Disponível em

<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>. Acessado em 17/02/2016.

Referências Bibliográficas Complementares

D'AGOSTINO, Fred; GAUS, Gerald. The Routledge Companion to Social and Political Philosophy. Routledge, 2012.

MILL, John Stuart. Sobre la libertad. Disponível em

<http://www.pensamientopolitico.50g.com/textosautores/mill/sobre_la_libertad.pdf>. Acessado em 17/02/2016.

MONTESQUIEU (Charles-Louis de Secondat, Barão de). O Espírito das Leis. Disponível em

<<http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/e/e6/II-texto1-Montesquieu.pdf>>. Acessado em 17/02/2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Disponível em

<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>>. Acessado em 17/02/2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. Martins Editora. São Paulo. 2005.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Formação Econômica do Brasil

Carga horária: 60 h

Ementa

Formação do povo brasileiro. Sentido da colonização. Economia colonial: ocupação do território, economia do açúcar, economia pecuária e economia da mineração. Economia cafeeira, trabalho livre e a política de valorização do café. A cafeicultura e sua relação com a industrialização do Brasil. Mudança do centro dinâmico. Dinâmica regional até 1930 e suas relações com a industrialização do país.

Objetivos

Objetivo geral: proporcionar ao estudante de Relações Internacionais a oportunidade de refletir criticamente sobre o movimento de formação da socioeconomia brasileira e alguns dos debates existentes na literatura econômica brasileira.

Objetivos específicos:

- Estudar o povoamento e a ocupação do Brasil.
- Discutir o ciclo do açúcar.
- Analisar a economia da mineração.
- Compreender a economia cafeeira e sua relação com a industrialização do Brasil.
- Compreender o sentido da colonização e da formação econômica do Brasil.

Referências Bibliográficas Básicas

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (Reimpressão de 2010).

Referências Bibliográficas Complementares

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**, v.9, n.4, p. 38-55, out./dez. 1989.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 11. ed. Campinas: Editora UNESP e Edições FACAMP, 2009.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Reimpressão de 2008).

SAMPAIO JR., P. S. A. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Direito Internacional Público	Carga horária: 60 h
Ementa	
DIP: conceito, objeto e características. Fundamentos do direito internacional. Relação entre direito internacional e direito interno. Personalidade jurídica internacional: Estado, Organizações internacionais e Indivíduo. Relações diplomáticas e consulares. Solução pacífica de controvérsias internacionais. Guerra. Espaços internacionais.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discutir, de forma sistêmica, os conteúdos imprescindíveis à compreensão das principais temáticas que envolvem o Direito Internacional Público, proporcionando a assimilação estruturada, através de método reflexivo e prático, indispensável ao exercício profissional. Introduzir, de modo interdisciplinar, os estudantes aos principais debates teóricos do Direito Internacional contemporâneo. <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a teoria geral do direito internacional (conceito, características, fundamentos, relações entre direito internacional e direito interno e fontes); - Analisar o instituto da personalidade jurídica internacional (Estado, organizações internacionais e indivíduo); - Analisar os órgãos representativos dos Estados em âmbito internacional; - Analisar as formas de resolução dos conflitos no âmbito internacional (solução pacífica e exceção à proibição do uso da força); - Analisar os espaços internacionais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. 9. ed. São Paulo: LTR, 2012.</p> <p>PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 5 Ed. Salvador: Juspodivm, 2013.</p> <p>REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.</p> <p>SEITEINFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. Introdução ao Direito Internacional Público. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.</p> <p>REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>	

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

4º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Política Externa Brasileira I	Carga horária: 60h
Ementa	
A Análise de Política Externa (APE) como ferramenta teórica. O Brasil Colônia e sua inserção Sistema Mundial (1500-1822). A política externa do Brasil Império (I Reinado, Período Regencial e II Reinado). A política externa brasileira durante a República Velha (1889-1930). A política externa brasileira na Era Vargas (Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo).	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral</p> <p>- Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil, do período colonial até a primeira metade do século XX, considerando o perfil agroexportador e o processo de industrialização.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>- Identificar e analisar os princípios teóricos para a análise de política externa brasileira;</p> <p>- Identificar e analisar a inserção internacional do Brasil e sua política externa durante o período de 1500 a 1945.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª. Brasília: Ed. UnB, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa brasileira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.</p> <p>WERNECK DA SILVA, José Luiz; GONÇALVES, Williams. Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930). Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>GARCIA, Eugenio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Brasília: Ed. Contraponto, 2011.</p> <p>CERVO, Amado L. Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.</p> <p>LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.</p> <p>RODER, Ariane. Introdução à Análise de Política Externa – vol. 1. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.</p> <p>RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.</p> <p>POMER, Leon. Os conflitos da Bacia do Prata. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Teoria das Relações Internacionais II	Carga horária: 60 h
Ementa	
Grandes debates e debates interparadigmáticos; Realismo Estrutural (Neorealismo) e Realismo Neoclássico; Liberalismo Sociológico, Institucional e Republicano; Neofuncionalismo; Teoria dos Regimes; Economia Política; Análise de Política Externa; Teoria dos Jogos em Relações Internacionais; Realismo Liberal (Escola Inglesa)	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Compreender as principais correntes teóricas das Relações Internacionais pós-Primeiro Debate.</p>	

Objetivos Específicos:

- Identificar os principais atores do sistema internacional, de acordo com as teorias em ascensão após o Primeiro Grande Debate
- Ampliar e aprofundar as dinâmicas ator-ator e ator-sistema de acordo com as teorias apresentadas
- Aplicar as teorias apresentadas em análises de conjuntura internacional

Referências Bibliográficas Básicas

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. FUNAG, Brasília, 2012.

GILL, Stephen (org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista**. Almedina, Coimbra, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

HEGRE, Håvard; ONEAL, John R.; RUSSETT, Bruce. **Trade does promote peace: new simultaneous estimates of the reciprocal effects of trade and conflict**. Disponível em <<http://www.yale.edu/leitner/resources/docs/HORJune09.pdf>>. Acessado em 20/11/2013.

ROSE, Gideon. **World Politics 51.1: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy**. . The Johns Hopkins University Press, 1998.

SANDHOLTZ, Wayne; SWEET, Alec Stone. **Neo-functionalism and Supranational Governance**. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1585123>. Acessado em 23/11/2013.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Economia Brasileira Contemporânea.

Carga horária: 60 h

Ementa

O processo de industrialização e suas interpretações. O avanço da industrialização sob Getúlio e Juscelino. O PAEG e o milagre econômico. O II PND. A crise da década de 1980 e a aceleração inflacionária. Planos de estabilização econômica. A abertura econômica e a inserção brasileira na globalização. Questões do Brasil atual.

Objetivos

Objetivo Geral:

Desenvolver competências que permitam ao discente compreender a dinâmica da economia brasileira contemporânea e suas transformações (1880 – 2015).

Objetivos Específicos:

- a) Analisar a transição da economia de base primário-exportadora para a economia de base industrial.
- b) Diferenciar os momentos da industrialização brasileira.
- c) Caracterizar as influências do comportamento de economias centrais sobre economias periféricas, como a do Brasil.
- d) Expor os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro.
- e) Relacionar os fatos políticos e sociais com o comportamento da economia brasileira.
- f) Expor as influências do comportamento de economias centrais sobre economias periféricas,

como a do Brasil.

- g) Analisar a inserção do Brasil na globalização a partir do fim do Processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).
- h) Analisar os desdobramentos da implantação do Plano Real.
- i) Expor os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro.
- j) Relacionar os fatos políticos e sociais com o comportamento da economia brasileira contemporânea.
- k) Abordar questões do Brasil atual.

Referências Bibliográficas Básicas

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea: 1945/2015**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2015.

FERREIRA, J. M. R.; MARQUES, R. M. (Orgs.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea - uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LACERDA, Antônio Corrêa de [et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antônio Moreno Serra. **Economia brasileira**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **Da crise internacional à moratória brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BELLUZZO, L. G. M., Almeida, J. S. G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC**. In **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**, São Paulo: Cortez, 1998.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LACERDA, Antônio C. **Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Teoria Política Contemporânea	Carga horária: 60 h
--	---------------------

Ementa

Embasamento político contemporâneo; Weber; Lênin; Gramsci; Arendt; Rawls; Popper; Hayek; Strauss; Sartre; Beauvoir; Althusser; Voegelin; Escola de Frankfurt; Foucault; Taylor

Objetivos

Objetivo Geral:

Compreender as principais ideias do pensamento político do período contemporâneo.

Objetivos Específicos:

1. Compreender as bases do pensamento político da contemporaneidade a partir dos teóricos modernos.
2. Articular as noções de política e poder de acordo com os autores apresentados.
3. Compreender a ligação entre os movimentos políticos revolucionários do século XX e as teorias apresentadas
4. Aprofundar as discussões sobre justiça a partir dos autores apresentados
5. Compreender noções de Economia Política a partir dos autores apresentados
6. Aliar os conhecimentos de Teoria Política Contemporânea ao estudo e à prática das

Relações Internacionais	
Referências Bibliográficas Básicas	
ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. <i>Ler o Capital</i> . Zahar, 1979.	
ARENDDT, Hannah. <i>Origens do Totalitarismo</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 1989.	
BEAUVOIR, Simone. <i>O Segundo Sexo</i> . Nova Fronteira, 2016.	
Referências Bibliográficas Complementares	
POPPER, Karl. A sociedade aberta e os seus inimigos (primeiro volume): o sortilégio de Platão. Lisboa: Edições 70, 2012.	
WIGGERSHAUS, Rolf. A Escola de Frankfurt : história, desenvolvimento teórico, significação política. São Paulo: Difel, 2002.	
SARTRE, Jean-Paul. Crítica da Razão Dialética . São Paulo: DP&A Editora. 2002.	
STRAUSS, Leo. Uma introdução à Filosofia Política . São Paulo: É Realizações, 2016.	
TAYLOR, Charles. Uma era secular . São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Organizações Internacionais	Carga horária: 60 h
Ementa	
Definição e evolução histórica. Conceito. Principais características: multilateralidade, permanência e institucionalização. Criação, personalidade jurídica, participação dos membros e modos de sucessão. Estrutura institucional, funcionamento e financiamento. Principais organizações internacionais. Organizações não governamentais de alcance transnacional.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar ao discente a análise dos temas principais relativos às Organizações Internacionais: conceitos básicos, evolução e origem; características e classificação; competências e instrumentos de ação; estrutura, introduzindo-os ao estudo das principais Organizações Internacionais da atualidade. <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir o que são as organizações internacionais e seu papel nas relações internacionais; - Compreender a evolução da sociedade internacional e o surgimento das organizações internacionais; - Analisar características, classificação, competências e estrutura institucional das organizações internacionais; - Introduzir ao estudo de algumas das principais organizações internacionais da atualidade; - Discutir criticamente os temas mais importantes relativos às organizações internacionais contemporâneas. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
CRETELLA NETO, José. <i>Teoria Geral das Organizações Internacionais</i> . São Paulo: Saraiva, 2007.	
HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. <i>Organizações Internacionais</i> . São Paulo: Ed. Campus, 2005.	
SEITEINFUS, Ricardo. <i>Manual das Organizações Internacionais</i> . 5. ed. Porto Alegre: Livraria do	

Advogado, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

GUERRA, Sidney. Organizações Internacionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
 MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
 REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 SEITEINFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. **Introdução ao Direito Internacional Público**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
 SILVA, Roberto Luiz. Direito Internacional Público. 4ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Direito Internacional Privado	Carga horária: 30 h
--	---------------------

Ementa

Questões jurídicas suscitadas nas relações internacionais privadas e as implicações que tem a diversidade de ordenamentos. Resolução de conflitos de leis, de jurisdições, e de sistemas de cooperação judiciária e administrativa internacional.

Objetivos

Objetivo Geral:

Desenvolver um estudo crítico e reflexivo acerca dos modos de solução de conflitos de leis e de jurisdição, assim como das possibilidades de cooperação internacional diante da diversidade de ordenamentos jurídicos.

Objetivos Específicos:

- Analisar o sistema conflitual brasileiro na perspectiva comparada, enfatizando-a com países próximos ao Brasil.
- Observar as problemáticas mais comuns relativas aos conflitos de leis, de jurisdição bem como de cooperação internacional na região em que se insere o curso, e verificar a sua correspondência com as abordagens teóricas da disciplina.
- Propiciar um espaço de debate acerca de formas de solucionar conflitos conectados a mais de uma ordem jurídica por meio de diversas técnicas, tanto tradicionais quanto alternativas.

Referências Bibliográficas Básicas

ARAUJO, Nadia de, Direito internacional privado: teoria e pratica brasileira / 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
 BAPTISTA, Luiz Olavo, Contratos internacionais. São Paulo: Lex Editora, 2011.
 DOLINGER, Jacob, Direito internacional privado: parte geral / 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL, Legislação de direito internacional / 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 DEL'OLMO, Florisbal de Souza, Curso de direito internacional privado / 8. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2010.
 FERREIRA, Lier Pires; CHAPARRO, Veronica Zarate; Curso de direito internacional privado / 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Bastos, 2013. 380 p.
 GASPARETTI, Marco Vanin, Competência internacional. São Paulo: Saraiva, 2011. 170 p.
 LIMA, Joao Andre, A harmonização do direito privado. Brasília, DF: FUNAG, 2008. 262p.
 MARTINS, Juliano Cardoso Schaefer, Contratos internacionais: a autonomia da vontade na definição do direito material aplicável. São Paulo, SP: LTr, 2008. 149 p. ;
 RECHSTEINER, Beat Walter, Direito internacional privado: teoria e prática / 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. xxi, 436 p.

5º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Política Externa Brasileira II	Carga horária: 60h
Ementa	
Análise da política externa brasileira do período Populista e do Regime Militar (1946-1985), com ênfase no processo de industrialização, no nacionalismo, na Política Externa Independente e no multilateralismo. A política externa brasileira durante a Redemocratização (1946-1964): governo Dutra, governo Vargas, governo JK, governo Jânio e governo Jango. Política externa brasileira do Regime Militar (1964-1985): governo Castelo Branco, governo Costa e Silva, governo Médici, governo Geisel e governo Figueiredo.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral</p> <p>Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil, do pós-II Guerra Mundial até a metade da década de 1980, considerando o cenário internacional de Guerra Fria.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propiciar oportunidades de interpretação crítica sobre a política externa brasileira. • Oferecer instrumentos teóricos e práticos para alicerçar bases dos debates sobre a política externa brasileira. • Compreender as estruturas políticas, econômicas e sociais brasileiras, que afetam a formulação da política externa. • Estimular a busca de conhecimentos e a pesquisa sobre a política externa brasileira. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BERCARD RAMOS, Danielly S. Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.</p> <p>CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.</p> <p>VIZENTINI, Paulo G. F. A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>GARCIA, Eugenio Vargas. Diplomacia brasileira e política externa. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. vol. 1 e 2. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.</p> <p>SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.</p> <p>SOUTO, Cíntia Vieira. Diplomacia do Interesse Nacional: a política externa do Governo Médici. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.</p> <p>VIZENTINI, Paulo. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Teoria das Relações Internacionais III	Carga horária: 60 h
Ementa	
Teoria Crítica: Materialismo Histórico e Realismo de Esquerda; Teoria Crítica: Neogramscianismo;	

Construtivismo; Escola de Copenhague; Sociologia Histórica; Pós-Colonialismo e Orientalismo; Feminismo liberal; Feminismo construtivista e feminismo pós-colonial; Pós-Modernismo.

Objetivos

Objetivo Geral:

Compreender as principais correntes críticas ao *mainstream* da Relações Internacionais.

Objetivos Específicos:

- Identificar os principais atores do sistema internacional, de acordo com as teorias que não se alinham às tradicionais escolas liberal e realista
- Analisar as dinâmicas ator-ator e ator-sistema de acordo com as teorias apresentadas
- Avaliar os questionamentos e as contribuições das escolas não *mainstream* para a análise do sistema internacional
- Aplicar o novo instrumental teórico de tais escolas à análise de conjuntura internacional

Referências Bibliográficas Básicas

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**: vol. 99, nº 47, pgs. 201 a 251, 1999.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista**. Almedina, Coimbra, 2009.

HALLIDAY, Fred. **Teoria das Relações Internacionais**. FUNAG, Brasília, 201, pg. 336 a 359

Referências Bibliográficas Complementares

BAYLIS, John; OWENS, Patricia; SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. Oxford University Press, 2011.

WENDT, Alexander. **A anarquia é o que os estados fazem dela: a construção social da política de poder**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol. 2, No 3 (2).

HALLIDAY, Fred. **Teoria das Relações Internacionais**. FUNAG, Brasília, 2012,
SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Relações Internacionais da América do Sul	Carga horária: 60 h
--	---------------------

Ementa

As relações internacionais da América do Sul: do Estado oligárquico ao populismo (1820-1945). As relações internacionais da América do Sul durante a Guerra Fria (1945-1989). As relações internacionais da América do Sul na virada do século: de 1989 aos dias atuais.

Objetivos

Objetivo Geral:

- Abordar o desenvolvimento das relações Internacionais da América do Sul, sua história, política e instituições, proporcionando aos discentes o conhecimento e a capacidade de análise crítica das relações intra e intercontinentais.

Objetivos Específicos:

- Abordar os desdobramentos dos principais períodos históricos das relações internacionais da América do Sul, possibilitando a compreensão das raízes da inserção internacional contemporânea

da região;

- Familiarizar os discentes com os principais conceitos usados no estudo das Relações Internacionais da América do Sul, auxiliando na adoção de instrumentos teóricos adequados ao estudo dos atores inseridos no subcontinente;
- Compreender as principais forças que agem na geopolítica sul-americana, facilitando a percepção dos atores políticos, sociais e econômicos que compõem o seu cenário internacional;
- Discutir novos enfoques a partir dos debates teóricos clássicos das relações internacionais na América do Sul, apresentando aos acadêmicos as diferentes possibilidades de abordagem de temas recorrentes; novas concepções teóricas; e temas emergentes das relações internacionais regionais;
- Desenvolver a capacidade de reflexão crítica, contribuindo para que os discentes dialoguem com a realidade que se lhes apresenta, questionando-a e discutindo a possibilidade de sua transformação.

Referências Bibliográficas Básicas

- CERVO, Amado. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2007.
- DEL POZO, Jose. História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; REIS DA SILVA, André Luiz. As Relações Internacionais da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina e estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul). 3. Ed. Civilização Brasileira, 2010.
- CEPIK, Marco (Org.). América do Sul: economia e política da integração regional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GINESTA, Jacques. El Mercosur y su contexto regional e internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- WASSERMAN, Claudia (Org.). História da América Latina: cinco séculos. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Economia internacional I	Carga horária: 60 h
---	---------------------

Ementa

Teorias e modelos de comércio internacional; Política comercial e desenvolvimento econômico; Movimentos Internacionais de fatores; Regimes Cambiais; Teoria do Balanço de Pagamentos.

Objetivos

Objetivo Geral:

Desenvolver nos alunos a compreensão da dinâmica da economia mundial através do conhecimento dos principais modelos de comércio internacional, das políticas de comércio exterior e seus impactos no crescimento e desenvolvimento de uma nação.

Objetivos Específicos:

- Apresentar as teorias de comércio internacional.
- Discutir os efeitos das políticas comerciais e cambiais no desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas Básicas

- BAUMANN, R., CANUTO, O., GONÇALVES, R. **Economia Internacional**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia internacional**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e política**. São Paulo: Pearson Education, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, R. Economia internacional: economia e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>VIEIRA, José Luiz. A integração econômica internacional na era da globalização. São Paulo: Letras & Letras, 2004. FIORI, José Luiz & TAVARES, Maria da C. Poder e Dinheiro. 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.</p> <p>GONÇALVES, Reinaldo. Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005. HURRELL, Andrew. et al. Os Brics e a Ordem Global. São Paulo: Ed. FGV, 2008.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Relações Internacionais da América do Norte	Carga horária: 60 h
Ementa	
<p>Analisar a política externa dos países da América do Norte, Canadá, Estados Unidos e México. Compreender as interações comerciais e políticas desses Estados entre si e com os demais atores do sistema internacional. Compreender a preponderância dos Estados Unidos sobre seus contrapartes da América do Norte e os efeitos da "potência hegemônica" como parâmetro nessas relações.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>- Propiciar aos acadêmicos condições para que, com base em elementos históricos, políticos e econômicos, possam desenvolver análises acerca da atuação dos atores norte-americanos junto ao sistema internacional.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>1) Conhecer a história dos países norte-americanos; 2) Analisar a política externa desses países; 3) Analisar a política externa estadunidense como possível parâmetro para dos demais países da região e do mundo; e, 4) Analisar as relações dos países da América do Norte com os demais atores do continente americano.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOW, B.; LENNOX, P. An Independent Foreign Policy for Canada?: Challenges and Choices for the Future. Toronto: University of Toronto, 2008.</p> <p>PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa dos Estados Unidos. 3ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.</p> <p>RICO, Carlos. México y el Mundo: Historia de sus Relaciones Exteriores. Tomo VIII - Hacia La Globalización. Cidade do México: El Colegio del México, 1991.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>JAMES, P.; MICHAUD, N.; O'REILLY, M. (Org.). Handbook of Canadian Foreign Policy. Lanham: Lexington Books, 2006.</p> <p>GONZÁLEZ, Guadalupe; PELLICER, Olga. La política exterior de México. Guadalajara: Siglo XXI Editores, 2013.</p> <p>NOSSA, Kim Richard; ROUSSEL, Stéphane; PAQUIN, Stéphane. The Politics of Canadian Foreign Policy. Ontario: Queen's Policy Studies/Sch Policy Stud, 2015.</p> <p>NASSER, Reginaldo Mattar. Os Arquitetos da Política Externa Norte Americana. São Paulo: EDUC, 2010.</p> <p>TEIXEIRA, Tatiana. Os Think Tanks e a sua Influência Na Política Externa dos Eua. Rio de Janeiro; REVAN, 2007.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Introdução aos Estudos Estratégicos e de Defesa	Carga horária: 60 h
Ementa	
Estudos Estratégicos; Estudos e Pesquisa da Paz; Estudos de Segurança Internacional Inserção Internacional de Segurança e Defesa do Brasil.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral</p> <p>- Compreender a base histórica, teórica e empírica dos estudos estratégicos e de defesa no Brasil e no mundo, aplicando seus conceitos à realidade geopolítica regional e global e seu impacto nas demais temáticas da área de Relações Internacionais.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>- Apresentar o estado da arte dos estudos de segurança internacional e defesa históricos e atuais;</p> <p>- Propiciar ao aluno uma visão metodológica com base em pesquisa empírica (sociológica, política, cultural), permitindo comparar casos e exemplos do Brasil com outros países e regiões.</p> <p>- Elaborar análises, condensações e projeções permitindo acesso a METODOLOGIA para o Balanço Estratégico de Defesa Brasileira, dos anos 90 até os dias atuais, tendo em vista o ano de 2022 (Bicentenário da Independência do Brasil).</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA JR., Domício. Brasil e o Mundo , novas visões. Rio de Janeiro, Francisco Alves/FKA, 2002.	
BUZAN, B., HANSEN, L. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional . São Paulo: Editora Unesp, 2012	
SOARES DE LIMA, Maria Regina <i>et al.</i> Atlas da política brasileira de Defesa . Buenos Aires/CLACSO; Rio de Janeiro/Latitude Sul, 2017.	
Referências Bibliográficas Complementares	
PROENÇA JÚNIOR, DOMÍCIO; DUARTE, ÉRICO ESTEVES. Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional, Revista Brasileira de Política Internacional , 50 (1), pág. 29-46, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em: 18 jan. 2019.	
CARDOSO, Arthur Macdowell. A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA COMO OBJETO DE ESTUDO PARA O CAMPO DA DEFESA NO BRASIL, Revista Brasileira de Inteligência , Brasília, nº. 12, pág.51-63, dezembro 2017	
VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (org). A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil . Porto Alegre: NERINT/UFRGS, LED, ECEME, 2016.	
PROENÇA FILHO, D. DINIZ, E. Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica. Humanidades, 1998.	
UGARTE. J. M. Los conceptos de defensa y seguridad en América Latina: sus peculiaridades respecto de los vigentes en otras regiones, y las consecuencias políticas de tales peculiaridades . Latin American Studies Association. Disponível em: < lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/UgarteJoseManuel.pdf >. Acesso em: 2 fev. 2018.	

6º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Política Externa Brasileira III	Carga horária: 60h
Ementa	

A política externa brasileira da Nova República (1985-hoje), com ênfase na Redemocratização, no Neoliberalismo, no Estado logístico e na cooperação Sul-Sul. Política externa brasileira durante o governo Sarney, governo Collor, governo Itamar, governo FHC, governo Lula, governo Dilma, governo Temer e até os dias atuais. A reorientação neoliberal. A retomada desenvolvimentista no século XXI.

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender a evolução da inserção internacional do Brasil da segunda metade da década de 1980 até os dias atuais, considerando o paradigma de Estado normal (1990-2002) e de Estado Logístico a partir de 2003, bem como o papel da Cooperação Sul-Sul como estratégia da política externa brasileira do século XXI.

Objetivos Específicos

- Identificar e analisar a política externa brasileira durante o Estado Normal (1990-2002);
- Identificar e analisar a política externa brasileira durante o Estado Logístico (2003-hoje);
- Analisar o papel da Cooperação Sul-Sul na política externa brasileira.

Referências Bibliográficas Básicas

- CERVO, Amado L. **Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- VISENTINI, Paulo Gilberto F. **A projeção internacional do Brasil (1930-2012)**. São Paulo: Ed. Elsevier, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

- CANANI, Ney. **Política externa no governo Itamar (1992-1994): continuidade e renovação de paradigma no anos 90**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.
- CERVO, Amado L. (Org.) **O Desafio Internacional: a política exterior brasileira de 1930 aos nossos dias**. Ed. UnB, 1994.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política externa do governo Sarney: a Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.
- SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.
- VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Relações Internacionais da África	Carga horária: 60 h
--	---------------------

Ementa

A África pré-colonial. A África negra e as relações interafricanas no sistema mundial mercantil e imperialista. O surgimento do sistema de Estados africanos independentes. Reorientação e crise no pós-Guerra Fria. A retomada da inserção internacional da África no século XXI e as novas parcerias Sul-Sul. Relações intra-africanas: lideranças regionais, conflitos e processos de integração.

Objetivos

Objetivo Geral:

Introduzir as relações da África em suas dimensões histórica e política, identificando os principais conflitos e analisando a evolução do processo de integração entre as diferentes regiões africanas e os principais atores do contexto mundial.

Objetivos Específicos:

- Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura política da região africana;
- Compreender a evolução das relações endógenas da África;
- Desenvolver a capacidade de reflexão crítica;
- Aprender o uso de fontes de consulta diferenciadas;
- Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

Referências Bibliográficas Básicas

COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. UNESCO/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16146.

SANTOS, Luiz Ivaldo Villafane Gomes. **A arquitetura de paz e segurança africana**, Brasília: FUNAG, 2011.

VIZENTINI, Paulo. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

BISWARO, Joram Mukama. **The role of regional integration in conflict prevention, management, and resolution in Africa: the case of African Union** Brasília: FUNAG, 2013

CARDOSO, Pedro Escosteguy. **A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e as relações do Brasil com a África**. Brasília: FUNAG, 2011.

KORNEGAY, Francis & DADA, Jabulani (orgs.). **A África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana**. Porto Alegre: Editora da Universidade/CESUL/FUANG, 2007.

RIBEIRO, Luis Dario T.; Visentini, Paulo G. F; PEREIRA, Analúcia. **Uma breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, Paulo. **As relações internacionais da África e Ásia**. Petrópolis: Vozes, 2007

Identificação do Componente

Componente Curricular: Relações Internacionais da Ásia	Carga horária: 60 h
--	---------------------

Ementa

Relações internacionais do Império Chinês no período dinástico. Relações internacionais da República Popular da China no período maoista. Política da Porta Aberta e inserção da China no sistema mundial. Relações dos estados do Sudeste asiático e a Austral Ásia. A China e a cooperação Sul-Sul.

Objetivos

Objetivo Geral: Introduzir as relações da Ásia em suas dimensões históricas e políticas, identificando os principais conflitos e analisando a evolução do processo de integração entre as diferentes regiões asiáticas e africanas e os principais atores do contexto mundial.

Objetivos Específicos:

- Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura política da região asiática;
- Compreender a evolução das relações endógenas da Ásia;
- Desenvolver a capacidade de reflexão crítica;
- Aprender o uso de fontes de consulta diferenciadas;
- Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

Referências Bibliográficas Básicas

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China – Uma nova História**. L&PM. Ed. 2. 2007.

LYRIO, Maurio de Carvalho. **A ascensão chinesa como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2008.

VIZENTINI, Paulo. **O Dragão chinês e o elefante indiano**. Porto Alegre: Século XXI, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares	
ALTEMANI, Henrique de Oliveira. China e Índia na América Latina . Curitiba: Juruá Ed. 2010.	
BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. Japão, China e a integração econômica do Leste Asiático e o papel de Estados Nacionais e Redes produtivas . Brasília: FUNAG, 2008	
KISSINGER, Henry. Sobre China . Rio De Janeiro: Objetiva, 2011.	
PINTO, Paulo Antônio Pereira. A China e o Sudeste Asiático . Porto Alegre: UFRGS, 2000.	
POMAR, Wladimir. A Revolução chinesa . São Paulo: UNESP, 2003.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Relações Internacionais do Oriente Médio	Carga horária: 60 h
Ementa	
Análise do Oriente Médio como uma região de importância político-econômica e estratégica para os atores internacionais. Utilização de parâmetros históricos e políticos, haja vista a região ser considerada o epicentro de uma vasta zona de instabilidade provocada por conflitos étnicos, políticos, religiosos e territoriais. Análise pontual de eventos vinculados aos estados da região.	
Objetivos	
Objetivo Geral: - Proporcionar aos acadêmicos condições para a compreensão de como atores nacionais ou internacionais, públicos ou privado, agem na região do Oriente Médio e a consequente instabilidade política e econômica resultante.	
Objetivos Específicos: 1. Ter noções básicas dos preceitos islâmicos; 2. Compreender os processos históricos que formaram os países da região; 3. Compreender a importância econômica da região; 4. Ter condições para analisar a influência externa nos países da região; e, 5. Compreender o conceito de Orientalismo, proposto por Edward Said.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARMSTRONG, Karen. O Islã. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.	
HOURANI, Albert. Uma História dos Povos Árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.	
SAID, Edward W. Orientalismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARMSTRONG, Karen. Em Nome de Deus O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.	
BRADLEY, John R. After The Arab Spring. New York: Palgrave Macmillan, 2012.	
FISK, Robert. A Grande Guerra pela Civilização A Conquista do Oriente Médio. São Paulo: Editora Planeta, 2007.	
HALLIDAY, Fred. The Middle East in International Relations Power, Politics and Ideology. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.	
SHLAIM, Avi. A Muralha de Ferro Israel e o Mundo Árabe. Rio de Janeiro: Fissus Editora, 2004.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Relações Internacionais da Rússia e da Eurásia	Carga horária: 60 h
Ementa	
Política interna da União Soviética. Política externa da União Soviética no exterior próximo. Política externa da União Soviética no exterior estendido. Política externa dos estados da Europa Centro-Oriental durante a União Soviética. Política externa dos estados balcânicos durante a União Soviética. Transição político-econômica na URSS: glasnost e perestroika. A Federação Russa e seus	

novos preceitos de política externa. A independência da Ucrânia, de Belarus e dos Países Bálticos e suas linhas de política externa. A independência de Armênia, Geórgia, Azerbaijão e Moldávia e suas linhas de política externa. A independência de Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão e suas linhas de política externa. O embate ideológico entre ocidentalistas e eurasianistas. Os dilemas de segurança no antigo espaço soviético e no seu entorno. Política externa da Federação Russa para o exterior próximo. Política externa da Federação Russa para a Europa Ocidental e os EUA. Política externa da Federação Russa para América Latina, África e Leste Asiático. Federação Russa e os BRICS.

Objetivos

Objetivo Geral:

Ampliar a compreensão dos discentes acerca das relações internacionais do ex-espaço soviético e de seu entorno através de aulas expositivas com enfoque em história, estudos políticos e análise de política externa dos estados eurasiáticos, aplicando (e observando as limitações das) teorias de Relações Internacionais para explicar o comportamento internacional dos estados da região.

Objetivos Específicos:

1. Compreender, introdutoriamente, as particularidades sociais e políticas dos países do ex-espaço soviético e arredores
2. Compreender a lógica de política interna russa
3. Entender as tendências ocidentalistas e eurasianistas no espaço pós-soviético e arredores.
4. Analisar criticamente as tensões Rússia-Occidente
5. Entender as singularidades de política externa dos estados da Ásia Central, dos Bálcãs, do Cáucaso, da Europa Centro-Oriental e da Federação Russa.

Referências Bibliográficas Básicas

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **Uma longa transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia**. IPEA, 2011.

COPPIETERS, Bruno, **A Regional Security System for the Caucasus** in *Caucasian Regional Studies*, Vol. 5, Nos. 1 & 2, (2000).

ENGLISH, Robert. **Russia and the Idea of the West** New York: Columbia University Press, 2000. (Chapter 6, pgs. 193-228).

Referências Bibliográficas Complementares

MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: the return of Great Power Politics**. Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

TRENIN, Dmitri. **The End of Eurasia**. Washington: The Carnegie Endowment for International Peace, 2002, in entirety.

LEGVOLD, Robert, "The Three Russias: Decline, Revolution, and Reconstruction," in Robert Pastor, ed., **A Century's Journey**, (New York: Basic Books, 1999), pgs. 139-91.

KUZIO, Taras; MOLCHANOV, Mikhail; MORONEY, Jennifer D. P. (eds) **Ukrainian Foreign and Security Policy: Theoretical and Comparative Perspectives**. Westport: Praeger, 2002.

ALLISON, Roy; JONSON, Lena. **Central Asian Security: The New International Context**. Washington DC: RIIA/Brookings, 2001.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Economia internacional II	Carga horária: 60 h
Ementa	
Arranjo internacional sob o padrão-ouro; Economia internacional no período entre-guerras; A grande depressão; Reorganização internacional e o regime de Bretton-Woods; Choque do petróleo e estagflação; A crise da dívida.	
Objetivos	
Objetivo Geral: Possibilitar ao aluno a análise crítica do sistema econômico mundial pós-Segunda Guerra Mundial, suas dinâmicas e transformações, especialmente a partir do pós-Guerra Fria.	
Objetivos Específicos: Apresentar a transição do padrão ouro para o padrão ouro-dólar. Discutir as causas e consequências da Grande Depressão da década de 1930. Analisar a reestruturação da economia internacional a partir do acordo de Bretton Woods. Analisar e discutir o sistema econômico internacional a partir da quebra do acordo de Bretton Woods até os dias atuais	
Referências Bibliográficas Básicas	
BELLUZZO, L. G. M. Ensaio sobre o Capitalismo no Século XX , São Paulo, Editora da UNESP, 2004. BATISTA JR., Paulo N. Da crise internacional à moratória brasileira , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. EICHENGREEN, B. A Globalização do Capital. Uma história do Sistema Monetário Internacional , São Paulo: Editora 34, 2000. 360p.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital , Rio de Janeiro: Xamã, 1996. 338p. MAZZUCHELLI, F. Os anos de chumbo: política e economia no entre-guerras . São Paulo: UNESP, 2009. TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização , Petrópolis, Editora Vozes, 1997. CARVALHO, Maria Auxiliadora & SILVA, César R. L. Economia Internacional . 4ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007. CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, R. Economia internacional: economia e transações globais . São Paulo: Saraiva, 2001. KRUGMAN, P.; OBSTEFELD, M. Economia Internacional: Teoria e política . São Paulo: Pearson Education, 2010. _____. Crises Monetárias . São Paulo: MAKRON, 2001	

7º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Política externa uruguaia	Carga horária: 60 h
Ementa	
A política externa uruguaia: formação histórica, tendências e perspectivas. Discussões teóricas e doutrinárias. Inserção internacional do Uruguai no século XXI.	
Objetivos	
Objetivo Geral: - Compreender as principais características da política externa uruguaia.	
Objetivos Específicos:	

- Oferecer uma aproximação histórica à política externa uruguaia.
- Expor as principais discussões teóricas e doutrinárias de política externa uruguaia.
- Abordar as problemáticas atuais da inserção internacional do Uruguai.

Referências Bibliográficas Básicas

CLEMENTE BATALLA, Isabel. La política exterior de Uruguay, 1830-1985: tendencias, problemas, actores y agenda. Documentos de trabajo, vol. 69. Universidad de la República. Facultad de Ciencias Sociales. 2005, 35 p.

HERNÁNDEZ NILSON, Diego. A política externa da esquerda uruguaia: os governos de Vázquez e Mujica. In: Lais Forti Thomaz, Suzeley Kalil Mathias, Marcelo Fernandes de Oliveira (orgs.). Dialogos sul-americanos. 10 anos da política exterior. 2015, p.: 269 – 291.

REAL DE AZUA, Carlos “Política Internacional e Ideologías en el Uruguay” MARCHA, N° 966, Montevideo, 3 de julio de 1959, pp. 7-B a 14-B.
http://www.autoresdeluruguay.uy/biblioteca/Carlos_Real_De_Azua/lib/exe/fetch.php?media=politicainternacional.pdf

Referências Bibliográficas Complementares

CLEMENTE, Isabel. La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, 19. 2010, p. 165-184.

LOPEZ BURIAN, Camilo; SILVA, Rodinei Tarciano. El discurso político partidario sobre la política exterior en Brasil y Uruguay (2003-2014). **Rev. Urug. Cienc. Polít.**, Montevideo , v. 24, n. spe, p. 67-84, jul. 2015.

Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2015000200004&lng=es&nrm=iso>. acessado em 27 feb. 2018.

LÓPEZ BURIAN, Camilo. “Partidos políticos, ideología y política exterior en Uruguay (2010-2014)”. **Colombia Internacional** 83. 2015, p. 135-169.

LUJÁN, Carlos. “Escenarios prospectivos de la política internacional del país”. En Rodrigo Arocena y Gerardo Caetano (coords.) **La aventura uruguaya**. El país y el mundo. Montevideo, Debate. 2011, p. 205-216.

METHOL FERRÉ, Alberto. **El Uruguay como problema**. Montevideo, EBO, 1971.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Segurança Internacional

Carga horária: 60 h

Ementa

Conceitos e problemas de Segurança Nacional, Internacional, Coletiva e Humana. Teorias das Relações Internacionais aplicadas ao problema da Segurança Internacional. Atuação dos atores estatais e não-estatais no sistema internacional e sua relevância na construção de modelos de segurança. Estudos Estratégicos e a inserção da guerra como medida de solução de impasses.

Objetivos

Objetivo Geral:

- Tendo em vista as novas temáticas agregadas ao estudo tradicional da Segurança Internacional (baseada no poder e no interesse do Estado), busca-se trazer enfoques que contemplem outros aspectos, quais sejam, de natureza sociológica, de direitos humanos ou de ordem metodológico e

ontológico. Esta disciplina propõe discutir as continuidades e pressões que se operaram na noção de segurança internacional e como esse campo se problematizou com a introdução de novos temas, novos atores e novos enfoques teórico-metodológicos.

Objetivos Específicos:

1) Propiciar o conhecimento da abordagem tradicional de Segurança Internacional; 2) Analisar a atuação dos atores internacionais a partir de sua estratégia de segurança; 3) Analisar a atuação dos Atores não-estatais e a tática terrorista; e, 4) Analisar o sistema de Segurança e Defesa na América Latina.

Referências Bibliográficas Básicas

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DAVID, Charles Philippe. **A Guerra e a Paz Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e Conflito na s Relações Internacionais**. São Paulo: Gente Editora, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

BALZACQ, Thierry (edt.). Securitization Theory: How Security Problems Emerge and Dissolve (PRIO New Security Studies). Abington: Routledge, 2010.

NYE JR., Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais Uma Introdução à Teoria e à História**. Lisboa: Gradiva, 2011.

PARET, Peter (Org.). **Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

_____. **Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

RODRIGUES, Thiago. **Guerra e Política nas Relações Internacionais**. São Paulo: EDUC, 2010.

Identificação do Componente

Componente Curricular: Religiões e Relações Internacionais	Carga horária: 60 h
--	---------------------

Ementa

A influência das religiões nas Relações Internacionais. Atores religiosos nacionais e transnacionais.

Objetivos

Objetivo Geral: Compreender a influência das religiões e de seus atores no Sistema Internacional.

Objetivos Específicos:

- Identificar a influência do fator religioso em âmbito internacional
- Desenvolver a capacidade de reflexão crítica;
- Aprender o uso de fontes de consulta diferenciadas;
- Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais a partir da perspectiva das religiões.

Referências Bibliográficas Básicas

BENTO, Fábio Régio. **Marxismo e Religião - Revolução e Religião na América Central**. Jundiaí (SP): Paco Editorial: 2016.

CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá Ed., 2016.

Referências Bibliográficas Complementares

CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada. **Filosofia da ciência e religiosidade: problemas do sagrado na teoria de relações internacionais**. Santana do Livramento, RS , 2014.

CARLETTI, Anna. **O Internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Internacional. A Diplomacia Pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias**. Brasília: FUNAG, 2012.

_____. **Diplomacia e Religião. Encontros e Desencontros nas Relações Internacionais entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005**. Brasília: FUNAG, 2008.

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das Religiões**. São Paulo : Martins Fontes, 2008

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Práticas de Comércio Exterior e Legislação Aduaneira	Carga horária: 60 h
Ementa	
<p>Políticas de Comércio, livre comércio e medidas de defesa comercial; Sistemas e Acordos Multilaterais (GATT/OMC/BANCO MUNDIAL/FMI); O Brasil e o MERCOSUL no Comércio Internacional; Rotinas e Procedimentos Administrativos na Exportação e Importação; Instituições Intervenientes no comércio exterior brasileiro; Valoração Aduaneira; Nomenclatura Comum do MERCOSUL; Regras de Origem; Termos Internacionais de Comércio (Incoterms); Contratos internacionais e modalidades de pagamento utilizadas no comércio internacional; Legislação Aduaneira: Livro I: da jurisdição aduaneira e do controle aduaneiro de veículos; Livro II: dos impostos de importação e de exportação; Livro III: dos demais impostos, e das taxas e contribuições devidos na importação; Livro IV: dos regimes aduaneiros especiais e dos aplicados em áreas especiais; Livro V: do controle aduaneiro de mercadorias; Livro VI: das infrações e das penalidades; Livro VII: do crédito tributário, do processo fiscal e do controle administrativo específico; Livro VIII: das disposições finais e transitórias.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno a análise de conteúdos, sistemáticas e ferramentas referentes às políticas e acordos de comércio (bi- e multilaterais), incluindo as rotinas e procedimentos brasileiros de comércio exterior. Localizar a dinâmica de comércio exterior brasileiro na dinâmica maior de comércio internacional.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revisitar noções de Economia Internacional e Comércio Internacional 2. Entender os principais fluxos do comércio internacional 3. Familiarizar-se com a história do comércio exterior brasileiro 4. Familiarizar-se com a pauta exportadora e importadora brasileira 5. Analisar a balança comercial brasileira e os fluxos de comércio internacional do Brasil. 6. Compreender as leis principais que regem o comércio exterior brasileiro 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>DAINEZ, Valdir Iusif; MORINI, Cristiano; SIMÕES, Regina Célia Faria. Manual de Comércio Exterior. Campinas: Alínea, 2006.</p> <p>Resolução 21 de 7 de abril de 2011 (CAMEX). Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1311715093.pdf. Acessado em 20/11/2013.</p> <p>ROCHOLL, Nataly Evelyn Konno. A história da valoração aduaneira no GATT/OMC. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5419. Acessado em 16 de julho de 2013.</p> <p>SARQUIS, José Buainain Sarquis. Comércio Internacional e o Crescimento Econômico no Brasil. Pg. 87 a 116. Disponível em www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/comercio-internacional.pdf. Acessado em 20/11/2013.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRASIL. Regulamento Aduaneiro Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acessado em 04/08/2016.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga horária: 90 h
Ementa	
Construção do projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC I) e de um capítulo. Normativas sobre projeto e trabalho de curso. Normas ABNT.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Proporcionar aos discentes a revisão dos aspectos metodológicos da pesquisa científica em Relações Internacionais, apresentando as regras formais para confecção do projeto de conclusão de curso.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar a metodologia científica • Produzir textos científicos • Organizar a pesquisa. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>Referências básicas:</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: 1996.</p> <p>CERVO, Amado I; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA. Metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.</p> <p>DENZIN, N.; LINCON, Y. et al. Planejamento da pesquisa qualitativa. 2ª Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.</p> <p>MINAYO, M. DE S. et al. Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.</p> <p>AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.</p>	

8º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Relações Internacionais da América Central e Caribe	Carga horária: 60 h
Ementa	
Características geográficas e históricas dos Estados da América Central e Caribe. Construção da identidade nacional dos Estados da América Central e Caribe a partir dos seus processos de descolonização. O papel da América Central e Caribe no sistema internacional e seus instrumentos de integração regional.	
Objetivos	

<p>Objetivo Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as características principais dos Estados da América Central e Caribe a partir dos seus processos de descolonização. <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descrever as características de identidade política e cultural dos Estados da América Central e Caribe - Identificar e descrever os modelos de integração e os instrumentos de integração regional dos Estados da América Central e Caribe.
Referências Bibliográficas Básicas
<p>AVILA, Carlos Federico Domínguez. As relações entre o Brasil e a América Central. Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>BENTO, Fábio Régio. Marxismo e religião - Revolução e religião na América Central. Jundiaí (SP): Paco Editorial: 2016.</p> <p>DEL POZO, José. História da América Latina e do Caribe. Petrópolis: Vozes, 2009.</p>
Referências Bibliográficas Complementares
<p>AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cubana. São Paulo: Unesp, 2004</p> <p>BOMFIM, Manoel. A América Latina – Males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.</p> <p>GRANDIN, Greg. A Revolução guatemalteca. São Paulo: Unesp, 2002.</p> <p>ZIMMERMANN, Matilde. A Revolução Nicaraguense. São Paulo: Unesp, 2002.</p>

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Relações Internacionais Contemporâneas	Carga horária: 60 h
Ementa	
<p>A Guerra Fria como conflito intersistêmico. Definição do sistema internacional pós-Guerra Fria: aportes teóricos e conjunturais. O declínio dos EUA e do Ocidente, a Integração da Europa. A ascensão da Ásia. O Renascimento da África. A Questão do Oriente Médio. A Eurásia e a Rússia. A Política Externa Brasileira: o Brasil e a América Latina, a Cooperação Sul-Sul, o Multilateralismo.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver no discente a capacidade analítica referente à configuração do sistema internacional pós-Guerra Fria, conjugando os conteúdos aprendidos nas demais disciplinas do curso. <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; - Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; - Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BAILEYS, John & SMITH, Steven (ed.) The globalization of world politics. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.</p> <p>HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.</p> <p>TODD, Emmanuel. Depois do Império: a decomposição do sistema americano. São Paulo: Record, 2003.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>VISENTINI, Paulo Fagundes. O caótico século XXI. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.</p> <p>LANG, Kai-Olaf. A orientalização do Ocidente 20 anos após a troca de sistema: desafios para a</p>	

Europa em processo de unificação In **CADERNOS Adenauer X**, 2009, nº2. O mundo 20 anos após a queda do Muro. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Unesp, 1996.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

PECEQUILO, Cristina S; CARMO, Corival Alves do. O BRASIL E O VÁCUO DE LIDERANÇA REGIONAL: O AVANÇO SINO-AMERICANO (2011/2016). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.5, n.9, Jan./Jun. 2016 | p.54-75 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/65281/38995>

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga horária: 90 h
Ementa	
Execução da pesquisa elaborada em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). Coleta, tabulação e análise de resultados. Redação e formatação.	
Objetivos	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Proporcionar aos discentes a pesquisa aplicada em Relações Internacionais, com coleta de dados, documentos e bibliografias, orientação, redação e entrega de Trabalho de Conclusão de Curso.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a capacidade de reflexão crítica; - Estimular a busca de conhecimentos por meio de fontes de consulta diferenciadas; 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CERVO, Amado I; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA. Metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.</p> <p>GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf Acesso em: 01 ago 2016.</p> <p>GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos. 2ª ed. São Paulo Ed. Saraiva, 2010.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Referências bibliográficas: BR 6023, Rio de Janeiro: 2000.</p> <p>BAQUERO, Marcello. Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MINAYO, M. DE S. et al. Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 29ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.</p>	

2.3.5.2. Ementas dos componentes curriculares complementares de graduação.

Componentes Curriculares Complementares de Graduação	Carga Horária	Objetivo geral	Ementa
Agronegócios internacionais	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Análise de conjuntura I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Análise de conjuntura II	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Análise de conjuntura III	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Análise de conjuntura IV	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Análise e resolução de controvérsias internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Blocos econômicos	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Chinês elementar para leitura I	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Chinês elementar para leitura II	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Cinema e Soft power	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Comércio exterior	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Conflitos internacionais e Direito Humanitário	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Contratos internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Corporações multinacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

Desenvolvimento em regiões de fronteira	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Diplomacia Vaticana	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito aduaneiro	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito ambiental internacional	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito Comunitário e da Integração	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito econômico	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito da Integração Latinoamericana	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito Econômico Internacional	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito Fronteiriço	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito humanitário internacional I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito humanitário internacional II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito internacional e desenvolvimento	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direito Internacional do Trabalho	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direitos humanos	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Direitos Humanos e Relações Internacionais	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

E-commerce	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Economia da América Latina	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Espanhol instrumental I	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Espanhol instrumental II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Estado e sociedade na América Latina	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Francês instrumental I	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Francês instrumental II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Geografia econômica	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Gênero e Sistema de Justiça	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
História da África no Brasil	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
História da Ásia oriental	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
História do pensamento econômico I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Inglês instrumental I	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Idiomas I	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Idiomas II	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

Idiomas III	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Idiomas IV	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Inglês instrumental II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Integração e blocos econômicos internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Internacionalização de empresa	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Italiano instrumental I	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Italiano instrumental II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Laboratório I: análise de política internacional	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Laboratório II: análise de comércio internacional	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Leitura e produção textual	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Libras I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Libras II	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Língua portuguesa	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Logística humanitária	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Logística internacional	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

Mecanismos de solução de controvérsias internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Meio ambiente e Relações Internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Mercado de capitais	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Metodologia da pesquisa	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Métodos quantitativos e qualitativos	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Narcotráfico e relações internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Negociações internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Planejamento e desenvolvimento local	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Propriedade Intelectual e Patentes Internacionais	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de integração regional I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de integração regional II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de integração regional III	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de integração regional IV	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de relações internacionais da África I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de relações internacionais da África II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria III	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Seminário de relações internacionais pós-Guerra Fria IV	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Sistemas de Direitos Humanos	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Sistema financeiro internacional	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Sociedade e cultura no Brasil	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Sociologia das relações internacionais	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Sociologia das relações fronteiriças do Brasil	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Teoria dos jogos	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Teorias do Desenvolvimento e Pensamento Latino Americano	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Terrorismo e relações internacionais	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos Avançados em Desenvolvimento	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos Avançados em Economia Internacional	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos de Relações Internacionais I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

Tópicos de Relações Internacionais II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos de Relações Internacionais III	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos de Relações Internacionais IV	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos de Relações Internacionais V	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos de Relações Internacionais VI	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos emergentes em relações internacionais	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito III	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito IV	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito V	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito VI	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito Internacional Público I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito Internacional Público II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em Direito Internacional Privado I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

Tópicos em Direito Internacional Privado II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia III	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia IV	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia internacional I	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia internacional II	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia internacional III	60	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.
Tópicos em economia internacional IV	30	Proporcionar ao aluno a compreensão e análise das temáticas apresentadas, aplicadas à área de Relações Internacionais.	Temas de Relações Internacionais.

2.3.5. Flexibilização curricular

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular se desenvolvem no curso a partir de atividades, projetos de ensino-aprendizagem e eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as Atividades Complementares de Graduação (por meio da oferta de participação dos discentes em projetos de extensão, pesquisa e ensino), atividades semipresenciais (como as desenvolvidas por meio da Ferramenta Moodle, em ambiente virtual de complementação de estudos), projetos de ensino-aprendizagem, estágios não obrigatórios e aproveitamentos de estudos de outras instituições de ensino, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista apontados no Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Os conteúdos dos componentes curriculares são profundamente compatíveis com o perfil definido para o egresso e alinhados às recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do Curso. Existe forte embasamento teórico permeado por inúmeras iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, materializadas por visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, bem como atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais.

2.3.5.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade se dará a partir da intencionalidade (ação planejada), contextualização (metodologia voltada para a problematização) e da flexibilidade na composição curricular com uma política clara de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Garantirá a construção do conhecimento que rompe com os limites dos componentes curriculares e une, inclusive, os cursos de diversas áreas através da mobilidade acadêmica (UNIPAMPA, 2009).

Enfim, para alcançar o objetivo recorre-se a atividades como: integração mútua entre os docentes (como com a divisão de um componente curricular entre dois professores), componentes curriculares que dialoguem com os quatro cursos do Campus, possibilitando essa interação docente-discente-conteúdo (como os CCCGs Desenvolvimento em regiões de fronteira ou Teorias do desenvolvimento e pensamento latino-americano), participação em eventos, atividades de ensino, pesquisa e extensão, preferencialmente indissociadas, estágios extracurriculares, projetos, ações sociais, artigos e publicação de trabalhos. Também está prevista a mobilidade docente, quando da vinda de professores de outros Campus da Universidade, por semestres previstos, para lecionarem componentes curriculares no Campus Sant'Ana do Livramento.

3 RECURSOS

3.1 CORPO DOCENTE

O perfil almejado do docente da UNIPAMPA construído por todos os professores da instituição durante o “II Seminário de Desenvolvimento Profissional: pedagogia universitária” (realizado em Sant’Ana do Livramento, de 17 a 19 de fevereiro de 2009) espera um educador com alta titulação, com uma sólida e qualificada formação acadêmica, dimensionada no conhecimento específico e nos estudos interdisciplinares da profissionalidade requerida. Este professor tem comprometimento com a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, inserido na região do pampa, em sua diversidade cultural, atuando como potencializador das relações socioeconômicas e do desenvolvimento sustentável. Com postura ética e autonomia intelectual, participa com criticidade da missão da Universidade, fortalecendo sua permanente construção, conforme o Projeto Institucional da UNIPAMPA.

Nesse sentido, tendo esse perfil de professor construído na instituição, fica claro que a UNIPAMPA valoriza os processos de reflexão docente e oportuniza espaços de planejamento e reflexão sobre as práticas bem como estudos de questões pedagógicas buscando oferecer ensino de qualidade. Sendo assim, conta com o Programa de Desenvolvimento Profissional Docente, o qual é uma proposta de formação continuada dos professores. O referido programa envolve três grupos de trabalho: Professores ingressantes, Professores Estáveis e Coordenadores de Curso. Cada grupo recebe orientações conforme suas necessidades e diferentes peculiaridades.

Esse programa já contou com o “Seminário dos Docentes”, já citado anteriormente, cuja atividade acontecia anualmente sendo um encontro de todos os professores da instituição com atividades de formação, reflexão, integração e trocas de experiência. Todo o trabalho de atendimento pedagógico é realizado em cooperação entre a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional de cada campus. Tal núcleo é composto no campus de Santana do Livramento pelo Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo e Assistente Social, os quais executam atividades de atendimento, acompanhamento e assessoramento a docentes e discentes. Além disso, o corpo docente também conta com o apoio dos coordenadores de Curso e Coordenador Acadêmico. Dessa forma, o trabalho dos professores do Curso de Relações Internacionais está respaldado e apoiado pela política da Universidade.

Tabela 7 – Docentes da Comissão do Curso e respectivos componentes curriculares

Atualmente fazem parte da comissão do curso de Relações Internacionais, além dos membros do NDE, os professores: Dr. Rafael Ferraz, Dr. Altacir Bunde, Msc. Margarete Gonçalves, Dr^a. Alessandra Troian, TAE Renata Conte, Dr^a. Lucelia Juliani, Dr. Fernando Meiner, Dr^a. Tanise Bussmann, Msc. Felipe Madruga, Dr. Antônio Brito, Dr. Lucelia Ivonete Juliani, Dr. Renato José da Costa e Dr. Víctor Hugo Burgardt e Msc. Álvaro Batista.

Nome	Formação	Componentes curriculares ministrados no Bacharelado em Relações Internacionais
Alessandra Troian	Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2006) Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2010) Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014).	Formação Econômica do Brasil
Álvaro Maia Batista	Graduação em Filosofia pela Faculdade Vicentina (2004) Graduação em Engenharia Elétrica pelo Instituto Federal da Bahia (2013) Graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010) Especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2014) Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (2016)	Introdução à Economia para Relações Internacionais
Altacir Bunde	Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG)	Economia Brasileira Contemporânea
Anna Carletti	Graduação em Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas – Habilitação Chinês, Università “La Sapienza”, Itália (1996) Especialização Língua e História da China, ISIAO (1990) Doutorado em História, UFRGS (2007) Pós-Doutorado em Ciência Política, UFRGS (2011)	História das Relações Internacionais I e II Italiano instrumental I e II Relações internacionais da Ásia História da Ásia Oriental
Fábio Régio Bento	Graduação em Teologia, FAJE (1989) Graduado em Ciências Sociais, Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino (1992) Mestrado em Teologia Moral. Pontifícia Universidade Lateranense - Academia Alfonsiana (1992) Mestrado em Ciências Sociais, Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino (1993) Doutorado em Ciências Sociais, Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino (1996)	Introdução à Sociologia para Relações Internacionais Sociologia das Relações Fronteiriças do Brasil Religiões e Relações Internacionais
Felipe Gomes Madruga	Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pelotas (2011) Mestre em Economia pela Universidade Federal do Paraná (2013). Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Paraná.	Economia Internacional I
Fernando Pedro Meiner	Graduação em Abogacia pela Universidad Nacional del Litoral (2003), com Revalidação do Título pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (2005). Doutor em Direito Internacional Privado pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016).	Direito Internacional Público Direito Internacional Privado Práticas de comércio exterior e legislação aduaneira

Flávio Augusto Lira Nascimento	Graduação em Relações Internacionais, UNESP (2005) Mestrado em Relações Internacionais, PPGRI San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP), 2008 Doutorado em Relações Internacionais, USP (2015)	Teoria das Relações internacionais II e III Inglês instrumental I Inglês instrumental II Conflitos internacionais e Direito Humanitário Teoria política moderna Teoria política contemporânea Relações Internacionais da Rússia e Eurásia
Kamilla Raquel Rizzi	Licenciatura em História, UFRGS (2002). Mestrado em Relações Internacionais, UFRGS (2005). Doutorado em Ciência Política, UFRGS (2012).	Política externa brasileira I Introdução ao estudos estratégicos e de defesa TCC II Relações internacionais Contemporâneas Metodologia científica para as Relações Internacionais
Lucélia Ivonete Juliani	Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2000) Mestrado em Modelagem Matemática pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2003) Doutorado em Energia pela Universidade Federal do ABC (2014).	Introdução à Economia para Relações Internacionais
Margarete Gonçalves	Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (2006). Mestrado em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010). Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Economia Internacional I Economia Internacional II
Nathaly Silva Xavier Schütz	Graduação em Relações Internacionais, UFRGS (2008). Mestrado em Ciência Política, UFRGS (2011). Doutorado em Ciência Política, UFRGS (2014).	Introdução aos Estudos de Relações Internacionais Teoria das Relações Internacionais I Relações Internacionais da África TCC I
Rafael Balardim	Licenciatura e Bacharelado em História, UFRGS (2002 e 2003) Mestrado em Relações Internacionais UFRGS (2005) Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS (2016)	História Econômica, Política e Social Geral Política Externa Brasileira II e III TCC II
Rafael Camargo Ferraz	Graduação em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2007) Mestrado em Geomática pela Universidade Federal de Santa Maria (2010) Doutorado em Engenharia Agrícola com foco em modelagem aplicada a agricultura (2013)	Estatística
Rafael Vitória Schmidt	Graduação em Direito, UFPEL (2004) Mestrado em Integração Latino-Americana, UFSM (2007) Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS (2016)	Organizações internacionais Relações internacionais da América do Sul
Renato José da Costa	Graduação em Relações Internacionais, ASM/FASM (2003) Mestrado em História Social, USP (2006) Doutorado em História Social, USP (2013)	Geografia política Segurança internacional Relações internacionais do Oriente Médio Seminário de Relações internacionais do EUA I Seminário de Relações internacionais do EUA II
Victor Hugo Burgardt	Graduação em História, UCPEL (1991) Graduação em Estudos Sociais, UCPEL (1990) Mestrado em História, UNB (1996) Doutorado em História, UNB (2006)	Teoria política clássica

3.2 CORPO DISCENTE

A seleção unificada (SISU via ENEM) possibilita o ingresso de discentes de todo o país no curso de Relações Internacionais. Nesse sentido, as ações da Universidade são amplas para possibilitar a esses estudantes acompanhamento e assistência estudantil que refletem a preocupação com a promoção da permanência dos alunos no curso. Essas questões fazem

parte do Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNIPAMPA, o qual é uma proposta aos discentes desde o ingresso na universidade com uma estrutura centrada em três eixos: acolhimento, permanência e acompanhamento dos discentes.

Nesse sentido, os estudantes que tem interesse no Curso de Relações Internacionais podem optar por ingressar pelo “Programa de Ações Afirmativas” (vagas reservadas para indígenas, estudantes com deficiência, afrodescendentes e alunos oriundos de escola pública). Esse tipo de ingresso assegura e amplia o acesso democrático com compromisso de uma instituição social, plural e de natureza laica.

O Curso também conta com o Programa de Apoio a Instalação Estudantil para alunos em vulnerabilidade socioeconômica. É uma concessão de auxílio financeiro, em única parcela para auxiliar nas despesas relacionadas à instalação do estudante vindo de localidades distantes da unidade acadêmica. Como política da Universidade, o Curso se preocupa com o acolhimento dos ingressantes organizando no período de ingresso, o “projeto de acolhida” juntamente com a equipe da Coordenação Acadêmica. O perfil da turma ingressante é definido através de pesquisa aplicada pelo NuDE. Com o levantamento desses dados a Coordenação tem o conhecimento da realidade dos acadêmicos que vai trabalhar além de colaborar para o planejamento de ações. O levantamento dos dados de estudantes com necessidades educacionais especiais na turma ingressante, a entrevista que é realizada e o plano de ação para com esses alunos também já é definido nesse período.

Aos discentes são oferecidos outros programas da Assistência Estudantil. O Programa de Permanência - PP que é a concessão de bolsas aos estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em situação de vulnerabilidade socioeconômica para melhorar o desenvolvimento acadêmico e prevenir a evasão. Está distribuído em modalidades: Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte e auxílio creche para alunos(as) mães com crianças até 4 anos incompletos, que comprovadamente necessitam desse auxílio. O Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), objetiva incentivar a inserção dos estudantes nas atividades acadêmicas contando com a concessão de bolsas para atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Acadêmica a partir de seleção e classificação em edital anual.

Os acadêmicos contam (anualmente) com o SIEPE (Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão). Tem como objetivo ampliar, potencializar e disseminar pesquisas acadêmicas, oficinas de áreas do conhecimento e integração da comunidade acadêmica com a comunidade externa a UNIPAMPA, fomentando e fortalecendo a interação e a cooperação dos povos do MERCOSUL.

Sobre o acompanhamento dos estudantes, o NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional) realiza os levantamentos que colaboram para a Gestão do Curso como, por exemplo, a análise da situação do Curso (sempre no fim do semestre) visando levantamento de reprovações em componentes curriculares e nome dos estudantes que reprovaram em mais de um daqueles, repassando esses dados para a Coordenação de Relações Internacionais. Além disso, realizam atendimentos aos discentes e encaminhamentos necessários.

Referente aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, em cada campus, os Núcleos de Desenvolvimento Educacional e as Comissões de Acessibilidade constituem-se como extensões do NInA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade) que tem como objetivo promover uma educação inclusiva que garanta ao aluno com deficiência e com necessidades educacionais especiais o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico na UNIPAMPA. Sendo assim, os estudantes do Curso contam com o atendimento educacional especializado (AEE), adequado ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência durante seu percurso acadêmico.

Há também o Programa Apoio Social e Pedagógico da Unipampa (PASP), que prevê acompanhamento a estudantes das Ações Afirmativas e beneficiários do Plano de Permanência (PP)”, em conformidade com o Programa de Ações Afirmativas, Programa de Acompanhamento ao Estudante e Resolução Nº 84/2014, de 30 de outubro de 2014. Esse programa conta com monitores (discentes) vinculados aos profissionais dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs), que supervisionam o desenvolvimento dos planos de trabalho e recebem os relatórios semestrais de atividades.

3.3 INFRAESTRUTURA

O curso está sediado nas instalações do Campus Sant’Ana do Livramento. O prédio onde se encontra instalado o Campus conta com uma área construída de 4.214,00m², em um terreno de superfície de 5.529,17m². Possui diversas salas de aula, auditório para 172 pessoas, laboratórios, biblioteca e espaços para os setores administrativo e acadêmico. Assim, no que tange às instalações necessárias para o funcionamento desta oferta, é necessário dispor de 04 salas de aula para o período diurno (manhã e tarde), acrescentada uma sala de aula a cada nova turma ingressante (anualmente). As salas têm em média 51,96m² de área e estão equipadas com quadro branco, 50 cadeiras com braço, aparelho de ar condicionado e data show fixo.

O curso ainda conta com 2 Laboratórios de Informática, Biblioteca e Auditório. Os Laboratórios de Informática contém quadro branco, 20 computadores cada, em pleno

funcionamento, sob o controle da Coordenação Acadêmica, a qual tem 03 discentes bolsistas/trabalho que são encarregados de sua manutenção. A biblioteca contempla livros a disposição dos discentes, de acordo com o regulamento das bibliotecas da Universidade, e conta com uma área de 92m², além de disponibilizar 2 computadores para pesquisa ao acesso bibliográfico e mesas redondas para grupos de estudo/leituras individuais. Localizado no terceiro andar do prédio e com capacidade para 172 pessoas, o Auditório possui área de 275,30m², com datashow, tela de projeção, aparelho de sonorização, bem como microfones com e sem fios. Ainda conta com palco de uma área de 46,95m². As salas de docentes estão distribuídas no terceiro pavimento do prédio. Cada uma com uma área de 11,84m². Ao todo são 17 salas para cada dois ou três docentes.

Por ser um patrimônio antigo (tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual), o prédio não apresentava infraestrutura de acessibilidade, sendo necessárias alterações para minimizar as dificuldades. Foram, assim, reformadas as alas I e II do prédio (subsolo I e II) buscando atender algumas dessas necessidades apontadas, como o aumento de salas de aula, adequação de acessibilidade com a construção de rampas de acesso e sanitários para atender aos alunos com necessidades especiais, conforme Normas Técnicas ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). Atualmente, para disponibilizar o acesso aos andares superiores há uma cadeira de rodas especial para transposição de escadas chamada “Stair Trac” que atenderá as demandas até que o novo prédio seja concluído. Também está sendo construído prédio anexo, o qual terá uma circulação vertical de acessibilidade (escada e elevador) que propiciará a interligação entre o prédio antigo e esse novo. Assim, o conjunto institucional será acessível na sua totalidade.

4 AVALIAÇÃO

De acordo com o PDI 2014-2018, a avaliação é parte constitutiva do sistema e tem papel de acompanhar o desenvolvimento da proposta institucional de forma permanente. A concepção adotada vai ao encontro da proposta do SINAES.

Cada instituição tem sua história e constrói concretamente suas formas e conteúdos próprios que devem ser respeitados. No desenho da regulação e da avaliação, cada instituição deveria submeter-se ao cumprimento das normas oficiais e aos critérios, indicadores e procedimentos gerais, porém, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos (BRASIL. MEC. SINAES, 2009, s/p).

A partir do citado, e em consonância com o apresentado no PDI 2014-2018 (UNIPAMPA, 2013: 70-74), os envolvidos no Curso de Relações Internacionais entendem como fundamentais os cinco primeiros princípios para a Gestão do mesmo. Para tanto, a instituição conta com a CPA – Comissão Própria de Avaliação, a qual oferece orientações e acompanhamento ao trabalho realizado

A Comissão Própria de Avaliação da UNIPAMPA foi constituída pela portaria nº 697, de 26 de março de 2010, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando suas características multicampi, a CPA da UNIPAMPA é constituída por:

- I. Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada campi da UNIPAMPA;
- II. Comissão Central de Avaliação (CCA/UNIPAMPA).

A CCA é uma organização de representantes de todos os CLAs e tem como atribuições elaborar o projeto de autoavaliação institucional; promover uma cultura avaliativa; coordenar procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação; acompanhar e orientar o processo de avaliação; desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com vistas a aperfeiçoar o projeto de avaliação institucional, apresentando-as a administração e ao conselho universitário; elaborar e apresentar relatórios; prestar informações ao INEP e prestar informações solicitadas.

Já os CLAs são as comissões que trabalham nos campi da instituição. Sendo assim, cada campi possui o seu Comitê Local e tem como atribuições: sensibilizar a comunidade acadêmica; desenvolver os processos de autoavaliação; organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades e sistematizar e prestar informações solicitadas pela CCA. Nos

campi são compostos por: um representante docente, um técnico administrativo, um discente e um membro da sociedade civil. No caso do campus Sant'Ana do Livramento, atualmente tal CLA é formada pelo professor Victor Hugo, um técnico administrativo (a ser nomeado, pela exoneração do membro anterior), discente Vinícius Fialho e Cláudio Pedroso, representante da sociedade civil.

Além da supervisão e orientação da CPA, o Curso também conta com o auxílio de outros órgãos da universidade. Por exemplo, foi proposta pela Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (PROPLAN), em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), com o intuito de qualificar os cursos de graduação, a metodologia de autoavaliação. A base para este trabalho foi a identificação das forças e fragilidades dos cursos a partir dos indicadores utilizados pelo Ministério da Educação para implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A partir da análise realizada pelos cursos, foi realizada a construção de planos de ação para superação das dificuldades.

O trabalho de autoavaliação do curso de Relações Internacionais, a exemplo dos demais cursos do Campus de Sant'Ana do Livramento, dá-se pela reunião da Comissão de Curso e Núcleo Docente estruturante, responsáveis pela implementação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, para analisar o estado das coisas frente aos indicadores que constam no formulário do INEP para processos de reconhecimento de cursos. Tal trabalho conta com a orientação dos avaliadores do INEP da instituição, que participaram no intuito de esclarecer dúvidas sobre os indicadores de forma específica e sobre os processos de avaliação de maneira geral. O resultado do trabalho foi um panorama geral dos cursos de graduação da UNIPAMPA, no que diz respeito a esses indicadores.

A busca da excelência na qualidade dos processos, em todos os contextos nos quais acontecem, depende fundamentalmente de um levantamento correto dos problemas, do planejamento das ações, da execução e do acompanhamento daquilo que foi planejado. Em qualquer uma das fases, a informação é um requisito essencial, sem a qual as chances de sucesso da proposta tendem a esgotarem-se.

É necessário, no entanto, que haja um mínimo de conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do curso, o que sugere atividades que se poderia chamar de pré-aprendizado, considerando-se como tais a) o conhecimento do Projeto do Curso, objetivos e perfil do egresso, b) a apresentação da ementa do componente curricular aos alunos no início do semestre, c) a apresentação dos objetivos, conteúdo, metodologia, instrumentos e critérios de avaliação, bem como referência a ser usada também no início do semestre; e d) a preparação do aluno anterior ao início do componente curricular.

Nesse sentido, o Curso de Relações Internacionais também pretende utilizar o resultado do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, para avaliar o rendimento dos alunos ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos do curso os quais embasam a formação desejada. Ainda não houve a oportunidade de participação no exame, porém, assim que houver, o resultado será utilizado para as reflexões do Curso.

A avaliação institucional integra, portanto, o Projeto Institucional e destina-se a acompanhá-lo, descobrindo avanços, dificuldades e potencialidades no decorrer do tempo, permitindo a contínua adequação às responsabilidades da instituição. No Campus Sant'Ana do Livramento, é aplicada uma avaliação institucional, que consiste em um instrumento de pesquisa disponibilizado aos estudantes no laboratório de informática. Essa investigação refere-se à avaliação dos componentes curriculares ministrados no período, bem como a postura individual de cada docente. Além disso, o estudante tem a oportunidade de avaliar o Curso, o Coordenador e alguns setores do campus (direção, coordenação acadêmica). Há uma questão aberta em que o aluno poderá expor suas críticas e sugestões. Esse formato é constantemente revisto e discutido entre a Coordenação Acadêmica e os Coordenadores de Curso, no intuito de aperfeiçoamento. Nestes termos, esse tipo de avaliação colabora para a gestão do Curso de Relações Internacionais e para a reflexão dos profissionais que atuam no mesmo, buscando sempre a melhoria e a qualidade da educação oferecida. Os dados coletados na pesquisa subsidiam reuniões pedagógicas no campus.

Referente às evasões que ocorrem, é realizado levantamento dos evadidos no Curso e enviado a eles, por e-mail, formulário de pesquisa “Formulário de controle de evasão”. Os dados coletados informam à Gestão de Relações Internacionais os motivos que levaram o discente a desistir da vaga que ocupavam no Curso. A partir desse estudo, tem-se o panorama de perfil dos evadidos, modalidade de evasão (reopção, abandono, transferência...), bem como o levantamento da influência de aspectos internos e externos da universidade nas causas da evasão. Além disso, o evadido tem a oportunidade de responder questões abertas referente ao que esperava do Curso, dar sugestões, responder se estudaria novamente na instituição e por que, enfim, esclarecer as causas de sua saída do Curso. Com estes dados a Coordenação poderá autoavaliar o trabalho do Curso e realizar modificações e reflexões junto à comunidade acadêmica, caso seja necessário.

O NuDE do campus possui um projeto chamado “Perfil do Aluno Egressante”, uma pesquisa que colaborar com a autoavaliação do Curso no momento que teremos o retorno dos concluintes. Questões referentes a formação geral e específica do estudante são contempladas

no instrumento de pesquisa (por exemplo, qual o conhecimento que o formando possui de informática, língua estrangeira e se a atividade acadêmica teve influência nesse conhecimento, informações referentes ao oferecimento por parte do Curso e a participação do estudante em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contribuições do curso sobre aspectos humanísticos, como ética, criticidade..., avaliação do Curso, dos docentes e do Currículo, além de críticas e sugestões). Enfim, essa pesquisa também auxiliará o Curso de Relações Internacionais na sua autoavaliação.

As atividades didático-pedagógicas são planejadas e avaliadas mensalmente em reuniões convocadas para tal fim. Para estas reuniões são convocados, além dos docentes pertencentes à Comissão de Curso e ao NDE, outros docentes que estejam em atividade no curso de Relações Internacionais, além dos representantes Técnicos Administrativos em Educação e discentes, ocasião em que as políticas e práticas, após debate, são criticadas, revistas e, se for o caso, modificadas. Além destes aspectos, há iniciativas voltadas para um aperfeiçoamento constante no processo avaliativo, principalmente pelo fato de que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) mantém constante diálogo com a Coordenação do Curso, o que sugere um acompanhamento ininterrupto do processo, procurando-se, desde já, o acompanhamento dos egressos através da compilação de uma base de dados de contato ao fim do curso e que será continuamente atualizada, a fim de possibilitar um levantamento constante e comparativo da colocação profissional dos ex-alunos através de questionários e formulários. A avaliação, portanto, aliada ao planejamento, se constitui neste contexto, condição *sine qua non* para a excelência acadêmica buscada pelo Curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Regional. PROMESO: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. 2009. Disponível em <www.integracao.gov.br/documents/10157/123374/cartilha_promeso.pdf/55ad7cc0-c050-4a56-af51-52f638f47b08?version=1.0>. Acessado em 02 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, maio, 2011.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12259:legislacao&catid=242:prolind&Itemid=499> Acesso em: 05 maio 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Nacional. **Política Nacional de desenvolvimento regional**: construindo um Brasil de todas as regiões. Brasília: MIN, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Nacional. **Programas de desenvolvimento regional**. Brasília: MIN, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO Nacional. **PROMESO: mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul**. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>> Acesso em: 05 maio 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-componentes>> Acesso em: 05 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 243/2017. 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=67951-pces243-17-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192>. Acessado em 30 de abril de 2017.

BRASIL. MEC.RESOLUÇÃO CNE/CES nº 2, de 18 de julho de 2007.

BRASIL. MEC. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO MEC nº 07 de 29 de março de/2006.

BRASIL. MEC. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO nº 2, de 18 de junho de 2007.

BRASIL. MEC. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO nº 4, de 13 de julho de 2007.

GUTIERREZ BOTTARO, Silvia Etel. El fenómeno del bilingüismo en la comunidad

fronteriza uruguayo-brasileña de Rivera. In Proceedings of the 2. Congreso Brasileño de Hispanistas, 2002, San Pablo, São Paulo, São Paulo (SPSPSP, Brazil) [online]. 2002 [cited 04 September 2018]. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000100053&lng=en&nrm=iso> . Acesso em 04 de setembro de 2018.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**. 2009.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. 2013.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Programa de Desenvolvimento Profissional Docente**. 2011.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNIPAMPA**. 2011.

Uruguai. Instituto Nacional de Estadística. Departamento de Rivera. Disponível em <<http://www.ine.gub.uy/rivera2>>. Acesso em 04/09/2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior**: projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

ANEXO I: NORMAS DE TCC

NORMA REGULAMENTAR DO PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC I) E DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC II) DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIPAMPA – CAMPUS SANT’ANA DO LIVRAMENTO.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 – O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas a Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Graduação – Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Art. 2 – O TCC consiste em dois componentes curriculares obrigatórios a serem realizados na forma de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), ou seja, trabalho de pesquisa individual, sob orientação docente, envolvendo obrigatoriamente temas de abrangência da área de Relações Internacionais, vinculados aos componentes curriculares presentes no PPC do curso de Relações Internacionais.

Art. 3 – Os objetivos gerais do TCC são os de propiciar aos discentes a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de referências bibliográficas especializadas e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica na área de Relações Internacionais, bem como apreensão, compreensão e domínio de conteúdo.

CAPÍTULO II DOS PRÉ-REQUISITOS DOS COMPONENTES CURRICULARES DE TCC I e TCC II

Art. 4 – Poderá matricular-se no componente curricular de TCC I (referente ao Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso), o discente que tiver concluído os seguintes componentes curriculares, com aprovação: História das Relações Internacionais II, Metodologia Científica para Relações Internacionais, Economia brasileira contemporânea, Teoria das Relações

Internacionais III, Direito Internacional Público, Organizações internacionais, Economia internacional II.

Parágrafo Primeiro – O não cumprimento desse requisito constitui motivo para impedimento de matrícula ou cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular.

Parágrafo Segundo – A aprovação no componente curricular de TCC I (Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso) constitui-se em pré-requisito para cursar o componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso).

Art. 5º – A matrícula no componente curricular de TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso II) atribui ao discente o direito de escrever e defender seu trabalho, com a concordância do orientador (salvo o previsto no Art. 21), conforme calendário estabelecido semestralmente pelos docentes do respectivo componente curricular.

CAPÍTULO III

DO COMPONENTE CURRICULAR TCC I

Art. 6 – O objetivo do componente curricular é elaborar o projeto de pesquisa e um capítulo previsto no sumário provisório, em acordo com o(a) docente orientador(a), voltado para o estudo obrigatório de uma problemática relacionada às Relações Internacionais, devidamente justificada a relação com o curso de graduação e com a anuência dos docentes do componente curricular.

Parágrafo Primeiro – O componente curricular TCC I será ofertado presencialmente, com carga de 90 horas-aula, sempre sob a responsabilidade de um ou dois docentes de Relações Internacionais. A escolha do docente orientador do TCC partirá da área de interesse a ser pesquisada pelo discente, com apoio dos docentes de TCC I, de acordo com as áreas de pesquisa e atuação de cada docente. O Coordenador do curso, junto com o provável orientador e os docentes de TCC I, definirão quais as orientações, mediante Termo de Compromisso de Orientação.

Parágrafo Segundo – Cada docente poderá ter um número máximo de cinco (5) orientandos em TCC I e TCC II.

Parágrafo Terceiro – O docente orientador deve ser lotado na UNIPAMPA. Há a possibilidade de um docente de outra instituição de ensino ser co-orientador do TCC, desde que devidamente preenchido o Termo de Vínculo de orientação.

Art. 7 – O discente deve elaborar seu Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com este Regulamento e com as recomendações do docente orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do Projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação.

Art. 8 – A estrutura básica do Projeto de Trabalho de Conclusão compõe-se de:

I Sumário

II Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa)

III Objeto (tema, delimitação do tema, problema de pesquisa, hipóteses)

IV Justificativa

V Objetivos: Gerais e Específicos

VI Embasamento Teórico

VII Metodologia

VIII Sumário Provisório

IX Cronograma de atividades

X Referências Bibliográficas

Art. 9 - O Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso e o capítulo, conforme art. 6, devem ser entregues aos docentes de TCC I, assinados pelo orientando e pelo orientador responsável, em data a ser especificada no Plano de Ensino do componente curricular. Deve ser entregue também o Termo de Vínculo de Orientação de TCC II devidamente assinado.

Art. 10 - A avaliação do TCC I será feita pelos docentes do componente curricular, pelo docente orientador e por um docente avaliador, sendo seis (6,0) a nota mínima para aprovação.

Parágrafo Primeiro – A nota final será composta da soma das notas obtidas na avaliação do projeto de TCC e na avaliação do capítulo entregue.

Parágrafo Segundo – A avaliação do projeto de TCC será feita pelos docentes do componente curricular, mediante apresentação oral (em data prevista no Plano de Ensino), totalizando cinquenta por cento (50%) da nota final do componente curricular.

Parágrafo Terceiro – A avaliação do capítulo entregue será feita por meio de pareceres, do docente orientador e de um docente avaliador, designado pelos docentes do componente curricular e pelo orientador, de acordo com as áreas de pesquisa e atuação de cada docente. A nota será obtida através da média aritmética das notas atribuídas pelo orientador e pelo docente avaliador, totalizando cinquenta por cento (50%) da nota final do componente curricular.

Parágrafo Quarto – Os docentes do componente curricular TCC I poderão elaborar uma

ficha de avaliação padrão, contendo os requisitos constantes da avaliação.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR TCC II

Art. 11 – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), com carga de 90 horas-aula, deve ser elaborado considerando-se:

I – na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas para elaboração de trabalhos acadêmicos estabelecidos pela UNIPAMPA;

II – no seu conteúdo, finalidades estabelecidas no artigo 6º deste Regulamento e vinculação obrigatória do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área de Relações Internacionais.

Art. 12 – Para a matrícula no componente curricular TCC II (Trabalho de Conclusão de Curso), o discente deverá ter obtido aprovação no componente curricular TCC I (Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso).

Art. 13 – Ao iniciar o componente curricular TCC II, o discente deverá ter o Termo de Vínculo de Orientação assinado desde o final do componente TCC I.

Art. 14 – A rotina de trabalhos e orientações será definida pelo docente orientador e discente.

Parágrafo único – O discente deverá entregar aos docentes do componente curricular TCC II, em data ser especificada, 3 (três) cópias encadernadas em espiral da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso. A entrega deverá ser acompanhada da expressão “apto para a defesa”, e assinatura do docente orientador.

Art. 15 – A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de:

I Capa

II Folha de rosto

III Termo ou folha de aprovação IV

Dedicatórias (opcional)

V Agradecimentos

VI Epígrafe (opcional)

VII Lista de ilustrações (quando for o caso)

VIII Lista de tabelas (quando for o caso)

IX Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso)

X Lista de símbolos (quando for o caso)

- XI Sumário;
- XII Introdução;
- XIII Desenvolvimento do trabalho (capítulos);
- XIV Considerações Finais;
- XV Referências;
- XVI Glossário (quando for o caso)
- XVII Apêndices (quando for o caso)
- XVIII Anexos (quando for o caso)
- XIX Índices (quando for o caso)

Parágrafo Primeiro – O Trabalho de Conclusão de Curso deve possuir no mínimo 80 páginas (oitenta) e no máximo 110 (cento e dez) páginas ao total, dentro das normas da ABNT.

Parágrafo Segundo – O Trabalho de Conclusão de Curso que extrapolar o limite máximo estabelecido no parágrafo anterior, para a apresentação, deve obter a aprovação dos docentes do componente curricular, ouvido antes o docente orientador.

CAPÍTULO V

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E SUA BANCA EXAMINADORA

Art. 16 – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do discente do componente curricular (nota final) de TCC II será constituído pela média ponderada das avaliações feitas por cada um dos membros da banca examinadora.

Parágrafo único – A nota dada pelo orientador terá peso 4 na nota final e peso 3 para os demais membros da banca (4,0+ 3,0+ 3,0=10,0).

Art. 17 – As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso serão públicas e poderão ser gravadas em áudio e/ou vídeo para fins de registro institucional.

Parágrafo único – Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Art. 18 – Cabe aos docentes de TCC II autorizar e designar as Bancas Examinadoras, ouvindo as sugestões dos docentes orientadores e do Coordenador do Curso, de acordo com as áreas de pesquisa e atuação dos docentes.

Parágrafo único – Os docentes de TCC II serão os responsáveis pela coordenação dos

trâmites, como elaboração de calendários de bancas e finalizações do componente curricular.

Art. 19 – Ao término da data limite para entrega das cópias do Trabalho de Conclusão de Curso, os docentes do componente curricular deverão divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local (salas) e o horário destinados à realização das defesas.

Parágrafo Primeiro – Quando o Trabalho de Conclusão de Curso não for entregue no prazo estabelecido, caberá aos docentes do componente curricular analisarem a relevância ou não do motivo apresentado pelo discente.

Parágrafo Segundo – Comprovada a existência de justo motivo pelos docentes do componente curricular e com o consentimento do docente orientador, poderá ser estabelecida data específica para a defesa no mesmo semestre letivo.

Art. 20 – Na defesa, o discente terá até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco) minutos a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada membro da banca examinadora terá até 15 (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 21 – A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

Parágrafo Primeiro – Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais, elaboradas pelos docentes do componente curricular, onde o avaliador põe suas notas para cada item a ser considerado.

Parágrafo Segundo – A nota final do discente é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora, conforme ponderação constante no Parágrafo Primeiro do Artigo 16.

Parágrafo Terceiro – Será considerado aprovado em TCC II, o discente que obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis).

Parágrafo Quarto – Para os discentes que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá recuperação de nota, isto é, o discente que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) estará reprovado e deverá cursar novamente o componente curricular de TCC II.

Parágrafo Quinto – Em caso de comprovação de plágio pela banca examinadora antes da defesa pública, o discente será reprovado automaticamente, sem possibilidade de fazer a apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 22 – A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao discente que reformule aspectos de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo único – O prazo para apresentar as alterações sugeridas será definido pela banca.

Art. 23 – O discente que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, estará automaticamente reprovado no componente curricular TCC II.

Art. 24 – Em caso de reprovação por nota, o discente poderá recorrer a Comissão do Curso de Relações Internacionais, no prazo de 48 horas, contados da data de publicação do resultado.

Parágrafo Primeiro – Caso o recurso do discente seja aceito pela Comissão do Curso de Relações Internacionais, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por três docentes distintos dos componentes da banca examinadora e, preferencialmente, da área de concentração do trabalho.

Parágrafo Segundo – É facultativo à comissão revisora solicitar ao discente uma nova defesa pública do trabalho.

Parágrafo Terceiro – A comissão revisora terá cinco (5) dias úteis para apresentar julgamento da revisão da nota.

Parágrafo Quarto – Se reprovado, fica a critério do discente continuar ou não com o mesmo tema do TCC I e com o mesmo orientador.

Parágrafo Quinto – Optando por mudança de tema, e quando da matrícula em TCC II, deverá o discente apresentar o novo projeto de TCC ao docente do componente curricular de TCC II e à Coordenação de Curso. Essa mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto e o preenchimento dos seguintes requisitos:

I – ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo;

II – haver a aprovação do docente orientador, expressa por memorando à Coordenação de Curso, que consultará a possibilidade junto aos docentes do Componente Curricular de TCC II;

III – existir a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo.

Parágrafo Sexto – Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do Projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

Parágrafo Sétimo – Sem prejuízo do direito de recurso previsto na normativa geral dos Cursos de Graduação da UNIPAMPA, caso a reprovação no componente TCC II tenha ocorrido por comprovado plágio, o discente não poderá apresentar recurso.

Art. 25 – Ao discente cujo Trabalho de Curso tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo Trabalho, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 26 – A avaliação final dos discentes de TCC II será lançada no sistema GURI– Portal do

Professor, ao final do semestre letivo.

Parágrafo Primeiro – A banca pode ter em sua constituição um membro que não seja docente, escolhido entre os servidores com nível superior, da UNIPAMPA ou de instituições de ensino superior.

Parágrafo Segundo – Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

Art. 28 – A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes, sendo a presença do orientador obrigatória.

Parágrafo único – Não comparecendo algum dos docentes designados para a banca examinadora, o docente do componente curricular deve comunicar, por escrito, ao Coordenador do Curso de Relações Internacionais.

Art. 29 – Todos os docentes do Curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA podem ser convocados para serem orientadores de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II), bem como para participar das bancas examinadoras.

Parágrafo único – Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada docente para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 6 (seis) bancas examinadoras por semestre.

CAPÍTULO VI

DO PRÊMIO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DESTAQUE

Art. 30 – O Prêmio “TCC Destaque” tem por objetivo reconhecer aquele Trabalho de Conclusão de Curso que se destacou pela originalidade, análise crítica e profundidade teórica.

Parágrafo único – É vedada a concessão do prêmio ao discente que reprovou nos componentes curriculares de TCC I e/ou TCC II.

Art. 31 – O TCC a ser premiado será definido por uma comissão avaliadora de, no mínimo, cinco (5) docentes lotados no Campus Santana do Livramento da Unipampa, indicados pela Coordenação do Curso.

Parágrafo único – São membros natos dessa comissão os docentes dos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

Art. 32 – Estão aptos a concorrer ao prêmio todos os TCC aprovados no semestre em questão

com nota final dez (10), respeitadas as exigências do Art. 30 desta norma.

CAPÍTULO VII
DA FREQUÊNCIA NOS COMPONENTES CURRICULARES
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Art. 33 – A frequência mínima nos componentes curriculares de TCC I e TCC II será de 75% relativamente às orientações com os docentes dos respectivos componentes, de acordo com o cronograma de horário estabelecido e atividades solicitadas.

Art. 34 – De forma alguma os componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II poderão ser cursadas no mesmo período.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 – Os casos de plágio comprovado em TCC I ou TCC II resultarão em reprovação imediata do acadêmico, sendo passíveis de punições e processo interno, dependendo do nível apresentado.

Art. 36 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão solucionados pelos docentes dos componentes curriculares, Coordenador do Curso e pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

Art. 37 – Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pela Comissão do Curso de Relações Internacionais.

Sant'Ana do Livramento, 1º de março de 2018.
(Aprovação pela Comissão Local de Ensino)

Sant'Ana do Livramento, 7º de março de 2018.
(Aprovação pelo Conselho do Campus)

ANEXO II: DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2017)

DOU Nº 192, quinta-feira, 5 de outubro de 2017 18 ISSN 1677-7042 1Nº 192, quinta-feira, 5 de outubro de 2017 18 ISSN 1677-7042 1

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº4, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nos 776/97, 583/2001, 67/2003 e 210/2004, e com fundamento no Parecer CES/CNE nº 243/2017, de 6 de junho de 2017, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 20 de setembro de 2017, Seção 1, página 6, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Internacionais, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES) em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do Curso de Graduação em Relações Internacionais, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo projeto pedagógico e matriz curricular, linha de formação; perfil do egresso; incluindo as competências e habilidades esperadas; os conteúdos curriculares; a duração do curso; o regime de oferta; as atividades complementares; o sistema de avaliação; a metodologia de ensino e aprendizagem; o estágio curricular supervisionado, em caráter opcional, e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), este como componente obrigatório da Instituição; sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), além da clara concepção do curso de graduação em Relações Internacionais, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros aspectos, os seguintes elementos estruturais:

I - Concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação a sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - Condições objetivas de oferta e vocação; vertente; ênfase ou característica central do curso;

III - Cargas horárias das atividades didáticas e carga horária mínima para integralização do curso;

IV - Formas de realização da transversalidade da interdisciplinaridade;

V - Formas de garantia da flexibilidade da estrutura curricular do curso, ou seja, adequação do que é cobrado nas avaliações in loco. Esse aspecto favorece inclusão de disciplinas como tópicos especiais, bem como uma oferta diversificada de disciplinas optativas e atividades de pesquisa e extensão;

VI - Metodologias do ensino e aprendizagem que estimulem

VII - Modos de integração entre teoria e prática;

VIII - Formas de garantia da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

IX - Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

X - Formas de avaliação institucional do curso;

XI - Formas de garantir a integração dos conteúdos das Diretrizes Nacionais sobre Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena e demais requisitos legais e normativos às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente;

XII - Modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

XIII - Incentivo à pesquisa, como relevante prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

XIV - Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado;

XV - Concepção e composição das atividades de extensão, de acordo com as orientações dos Planos Nacionais de Extensão e legislação vigente do Ministério da Educação;

XVI - Regulamentação do trabalho de conclusão de curso;

§ 1º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no PPC a perspectiva da articulação do ensino continuado entre a graduação e a pós-graduação.

§ 2º O curso de Relações Internacionais pode seguir vertente própria ou linha de formação específica de egressos, a partir de áreas pré-definidas e contempladas com disciplinas específicas no seu Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º As linhas de formação específica não constituem extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como habilitação, devendo constar apenas no Projeto Pedagógico do Curso como vocação, ênfase, característica central ou direcionamento geral da área de formação que cada curso de Relações Internacionais optar por fornecer aos seus estudantes.

Art. 3º Relações Internacionais é um curso em nível de graduação, na modalidade bacharelado, cujo objetivo fundamental é formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional nas esferas pública e privadas, tais como governos, universidades, empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições.

Art. 4º O Curso de Graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades relacionadas à concepção, ao gerenciamento, à gestão e à organização de atividades com interface internacional:

I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética;

II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;

III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação;

IV -Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia);

V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;

VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;

VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;

VIII -Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;

IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas;

X -Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;

XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;

XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;

XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;

XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;

XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional.

Art. 5º O Curso de Graduação em Relações Internacionais deverá ter no seu projeto pedagógico e na sua organização curricular característica que o distinga como área de conhecimento, expressa em disciplinas que abordem um conjunto de conteúdos básicos, organizados

em quatro grandes eixos temáticos complementares entre si:

I -Eixo de Formação Estruturante: contempla, obrigatoriamente, os conteúdos de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das

II - Eixo de Formação Interdisciplinar: contempla os conteúdos das Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística, Metodologia; Ética; e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso.

§ 1º Recomenda-se que o tratamento dos conteúdos dos diferentes campos do conhecimento seja articulado, de forma que, de um lado, ofereça embasamento para os conteúdos do eixo de formação estruturante e, de outro lado, garanta os princípios da transversalidade, interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem.

§ 2º Recomenda-se que o curso ofereça conhecimentos e habilidades para a atuação profissional, que considerem características regionais específicas.

§ 3º Recomenda-se que sejam previstas disciplinas abertas na forma de Tópicos Especiais.

III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional: Estudos ou atividades práticas (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais.

IV - Eixo de Formação Complementar: As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de

cada Instituição de Educação Superior.

Parágrafo único. Cada Curso de Graduação em Relações Internacionais estabelecerá, ainda, conteúdos da Linha de Formação Específica, adotada no Projeto Pedagógico do Curso, conforme previsto no Art. 2º, § 2º, desta Resolução.

Art. 6º O estágio curricular é componente curricular, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por meio das instâncias institucionais competentes, aprovar o correspondente regulamento, com suas modalidades de operacionalização.

§ 1º A previsão da obrigatoriedade do estágio curricular é de opção da Instituição de Ensino Superior.

§ 2º A concepção e a composição das atividades de estágio devem estar descritas no documento, mesmo quando a opção da Instituição de Ensino Superior for pela não obrigatoriedade, uma vez que o estudante pode optar pelo estágio ou, no âmbito das Atividades Complementares, tê-lo como reconhecido.

Art.7º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, atividades culturais, transversais, opcionais, e de interdisciplinaridade.

§ 1º Cada IES, por intermédio de suas instâncias institucionais competentes, deverá aprovar o regulamento das Atividades Complementares, com suas diferentes modalidades de operacionalização, acompanhamento e avaliação, mesmo que a Instituição decida por não as tornar obrigatórias.

§ 2º O percentual máximo de horas das Atividades Complementares e do Estágio Supervisionado, em relação à carga horária integral do curso, deverá seguir regulamentação própria do Ministério da Educação.

Art. 8º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório e poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional, relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio, aprovado pelas instâncias institucionais competentes, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 9º A carga horária dos cursos de graduação será de, no mínimo, 2.700 horas, integralizadas conforme a Resolução CNE/CES nº 2/2007, salvo disposição contrária.

Art. 10 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI